

TERRORISMO PROVOCADOR EM LISBOA

Embaixador israelita ferido em atentado

• "Comando" mata guarda-costas e fere polícia, motorista e transeunte



Bombeiros no local do atentado desta manhã, diante da Embaixada israelita em Lisboa, junto ao cruzamento das ruas António Enes e Filipe Folque. Em baixo: uma bala de metralhadora perdeu-se contra uma porta do estabelecimento comercial, no rés-do-chão do edifício

Um «comando» provocador não identificado atacou hoje à metralhadora e à granada, às 9 horas e 43 minutos, o Volvo onde seguia o embaixador de Israel em Portugal, causando ferimentos naquele diplomata e a morte do seu guarda-costas. O embaixador, Ebrahim Eltar, ficou ferido no braço direito com um tiro de pistola-metralhadora, escapando por pouco ao rebentamento da granada defensiva atirada logo a seguir, quando o motorista do carro diplomático já tinha posto a viatura em andamento para fugir. O «chauffeur», embora, atingido também pelos disparos, conseguiu conduzir a viatura até à esquadra mais próxima. O atentado efectuou-se mesmo diante da Embaixada de Israel, perto do cruzamento da Rua António Enes com a Rua Filipe Folque; um guarda da PSP que se encontrava de serviço ao edifício foi também atingido numa perna pelos estilhaços da granada, bem como uma transeunte, a sr.ª D. Emilia da Conceição Mesquita.

A acção parece ter sido levada a efeito por pelo menos dois indivíduos, embora, segundo testemunhas, perto estivesse uma viatura com mais. As versões contraditórias das testemunhas permitem supor que os disparos e o lançamento da granada foram efectuados por pessoas diferen-

tes. A Embaixada fica no quarto andar do edifício, que ficou com marcas de balas nas paredes do rés-d-chão.

O guarda-costas do embaixador, que teve morte imediata, era do corpo de segurança pessoal da PSP e chamava-se Ildefonso Ferreira.

O guarda que se encontrava de vigilância ao edifício foi identificado como Joaquim Alberto da Silva.

O tenente-coronel Aparício, que foi observar o local do atentado, declarou que a Polícia procura um carro branco que podia ter sido utilizado no assalto.

REACÇÕES DIVERSAS

A Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo recebeu com grande consternação a notícia do atentado ao embaixador de Israel em Lisboa, pensando o Governo tomar posição ainda hoje, provavelmente ao fim do dia. O ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas Cruz deslocou-se ao hospital para visitar os feridos.

Também a AAPA (Associação dos Amigos dos Países Árabes) condenou veementemente o atentado terrorista de que foi vítima o embaixador de Israel. A AAPA afirma «que



Continua na pág. 7

Liberdade democrática e propaganda fascista

A campanha eleitoral para as eleições intercalares, pelo uso do écran da RTP e dos microfones da RDP, oferece aos diferentes partidos e formações políticas a audiência de milhões de portugueses. São vozes e imagens que entram nas nossas casas, que se nos impõem e que só podemos deixar de ver ou de ouvir consumada a agressão.

Ontem, pela RTP, os democratas portugueses foram agredidos, atacada a «ordem democrática», vilipendiada a Revolução de Abril. Era o uso da liberdade, — dir-se-á. E dir-se-á, também, que a liberdade nem aos seus inimigos deverá ser negada.

Os princípios são os princípios. Como democratas, respeitamo-los. Mas a liberdade individual ou de grupo tem limites na lei, na

moral, na coexistência social.

A liberdade política tem como limites a subversão contra as normas democráticas de convivência pluralista e o próprio Estado democrático.

A liberdade democrática não é permeável à apologia do «fascismo».

E ontem, na RTP, fez-se a apologia do «fascismo» que tivemos e do ditador que nos oprimiu, a pretexto de propaganda eleitoral.

Abusando da liberdade democrática para combater a democracia e as forças democráticas, abusando da campanha eleitoral para fazer a apologia do tirano genial.

O mal está feito. Mas a provocação poderá ser repetida. Que medidas pensa tomar a Comissão Nacional de Eleições?

«DL»

Publicado o Estatuto da Carreira Docente

Pág. 5

Voto por procuração e Lei da Amnistia em debate no CR

Pág. 9

Separação de siamesas no D. Estefânia

Gémea sobrevivente morreu esta manhã

Morreu esta manhã, às 8 horas, a gémea siamesa sobrevivente da operação de separação que ontem se efectuou no Hospital D. Estefânia.

Uma das crianças faleceu ontem, cerca das 20 horas, em consequência de uma paragem cardíaca durante a intervenção cirúrgica.

A equipa médica fez todos os esforços para reanimar a menina mas em vão.

A criança sobrevivente não conseguiu recuperar da operação, vindo a falecer também esta manhã.

Mais informações sobre o caso não foi possível obtê-las hoje no hospital D. Estefânia, por expressa determinação dos pais das crianças. «Segredo profissional», foi como os médicos e enfermeiras se escudaram esta manhã, perante a insistente procura dos órgãos de Comunicação Social.

As gémeas nasceram a 28 de Fevereiro passado naquele hospital e ali se mantiveram até poderem ser operadas. Marta e Filipa, assim se chamavam, estavam ligadas pela zona da bacia, apresentando um ânus comum e duas hemibexigas interligadas.

A intervenção cirúrgica afigurava-se, portanto, bastante melindrosa.

Uma equipa de 6 cirurgiões chefiada pelo dr. António Gentil Martins e 4 anestesistas procedeu à separação das duas crianças, numa intervenção que começou às 9 horas de ontem e terminou às 20.

Segundo declarações dos médicos, estes casos são extremamente raros e mais raros ainda os casos de sobrevivência.

HOJE HÁ "EXCLUSIVO"

O escândalo ocorrido em França com o suicídio de um ministro envolvido numa negociata de terrenos e o comportamento de certa imprensa é um dos temas do nosso «Exclusivo» de hoje, que inclui ainda artigos sobre a mulher no Sara Ocidental, um negro eleito presidente da Câmara nos Estados Unidos, bem como a continuação de um estudo sobre a Palestina. O «Exclusivo», durante o período eleitoral, terá apenas quatro páginas.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Um "gentleman" em Londres — com 196 anos reapareceu o sempre novo "The Times"

«The Times», o porta-voz de uma importante parte da vida britânica, voltou hoje às bancas depois de um silêncio de quase um ano.

Com 196 anos de idade, e um dos jornais mais influentes do mundo, «The Times» afirma na sua edição de hoje que regressa sem mudanças, «certo de que os leitores preferem a continuidade».

William Ress-Mogo, director do matutino, declarou que a tiragem inicial é de quatrocentos mil exemplares, mais cem mil que a da última edição de 30 de No-

vembro de 1978.

Apesar de haver mais oito matutinos em Londres à escolha dos leitores, os responsáveis do «The Times» estão confiantes de que conseguirão recuperar a posição que ocupavam no dia a dia dos cidadãos britânicos.

Aliás, na primeira página, o jornal publica hoje uma figura mostrando um homem a tomar o pequeno almoço com a cara enfiada no «The Times», enquanto a mulher se queixa que a partir de agora deixa de o poder ver de manhã...

Carteira Profissional dos Jornalistas

O Conselho de Imprensa optou por pedir ao Governo algumas alterações ao projecto de regulamento da Carteira Profissional dos Jornalistas.

Efectivamente, na sua reunião de ontem, o CI procedeu à análise daquele documento (que lhe fora remetido pelo Ministério da Comunicação Social) e entendeu endereçar ao Governo o

respectivo parecer, sugerindo algumas alterações «nomeadamente no que se refere à emissão da Carteira Profissional, sanções às infracções aos deveres do exercício da profissão e respectivos recursos».

No âmbito da sua competência, o CI tratou ainda de outros assuntos.

"La Voz de España" — jornalista morto a tiro

O correspondente do jornal «La Voz de España» em Oyarzun (Guipúscoa), Fernando Rodriguez, foi morto num atentado nesta localidade, onde também era guarda-florestal.

Quando se encontrava num bar, o jornalista foi atingido por

sete balas disparadas da porta por dois jovens que fugiram num automóvel.

Foram encontradas no local cápsulas de «Parabellum», de 9 mm, calibre habitualmente utilizado pela ETA.

Enviados da agência EFE impedidos de entrar no Irão

Quatro jornalistas espanhóis, incluindo três jornalistas da Agência EFE, foram impedidos na passada semana de entrar no Irão, sem que lhes fosse dada qualquer explicação.

Os três jornalistas da EFE eram o chefe de redacção Fernando Martinez Lainez e os fotógrafos José Maria Pastor e Manuel Perez Bar lopedro. O quarto jornalista era Feliz Bayon, repórter do matutino madrilenho «El País».

«Estivemos cerca de uma hora no aeroporto a tentar convencer os guardas revolucionários a darem-nos a autorização de entrada» — declarou Manuel Perez.

«Eles, no entanto, colocaram-nos no mesmo avião, sem nos terem dito por que não podíamos entrar no Irão. Mas a nossa bagagem e equipamento fotográfico não voltaram para o aparelho. Estamos a tentar descobrir o que lhe aconteceu» — concluiu o fotógrafo da EFE.

Director dos Serviços de Imprensa do MNE

Assumiu as funções de director dos Serviços de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros o dr. Luís Quartin, até à data cónsul-geral de Portugal em S. Paulo.

Licenciado em direito pela

Universidade de Lisboa, Luís Quartin prestou anteriormente serviço nas Embaixadas de Portugal em Pretória, Beirute, Oslo, Vaticano, Haia, Paris e Bucarest.

Imprensa estrangeira terminou visita aos Açores

Na fase final da sua visita à Região Autónoma dos Açores, os correspondentes da Imprensa estrangeira acreditada em Portugal visitaram Ponta Delgada.

Cumprindo o programa oficial, aquele grupo de jornalistas, que visitou os Açores a convite da Direcção Regional da Comunicação Social, visitou fábricas de

rações e óleo, para além de ter dado um passeio turístico pela região das Furnas.

Após uma conversa informal com o presidente do Governo Regional dos Açores, os correspondentes deslocaram-se à zona das caldeiras da Ribeira Grande, aonde se procedem a perfurações geotérmicas.

O RESCALDO DA GOVERNAÇÃO VAZ PORTUGAL

Alastra o movimento de protesto dos quadros técnicos do MAP

Em meados de Setembro registaram-se os primeiros protestos. As nomeações para lugares de chefia — directores de serviço e chefes de divisão do Ministério da Agricultura e Pescas e o consequente provimento definitivo nas categorias correspondentes da carreira técnica superior por força do n.º 3 do art.º 12 do Decreto-Lei 191-F/79 — levantaram uma vaga de indignação. Técnicos superiores do MAP do Norte expuseram já ao actual ministro as injustiças e até ilegalidades cometidas pelo seu antecessor, o célebre professor Vaz Portugal.

Mas dada a cobertura legal que Vaz Portugal utilizou, sem prejuízo do diálogo com o ministro da Agricultura e Pescas Joaquim Lourenço, os reclamantes pretendem recorrer por via jurídica. Com efeito — como se lê na exposição enviada ao ministro — o Decreto-Lei 221/77, Lei Orgânica do MAP constitui a base dessas injustiças e também de arbitrariedades que, de tempos a tempos, atingem o corpo de funcionários do MAP, porque efectivamente esse Decreto, coloca nas mãos do Ministro o poder total, para, por sua escolha, nomear os funcionários que entender, independentemente da sua categoria e da sua qualificação. Segundo o referido dec.-lei os directores de serviço e os chefes de divisão são nomeados pelo ministro, sobre proposta dos directores-gerais ou equiparados. Nenhuma regra, nem respeito por categoria, qualificação ou idade, é obrigatoriamente respeitada.

Esta situação — lê-se na exposição dos técnicos — deu origem a graves problemas, injustiças e anomalias que alguns Despachos do ministério do dr. Luís Saias tentaram corrigir. E porque o Decreto 22/77 era ainda aberrante e diferenciado das Leis Orgânicas de outros Ministérios onde se introduziram regras para provimento de lugares, e onde se tinham em consideração as carreiras e a sua hierarquia por categorias, é que foi necessário legislar, aprovando e promulgando os Dec.-Leis 191-C/79 e 191-F/79 denominados da Correção das Anomalias e da chefia na Função Pública.

Descrevem os reclamantes, na sua exposição, o que se passou em concreto: «1.º — Aqueles dois Decretos — 191-C/79 e 191-F/79 — foram aprovados em Conselho de Ministros em 31-5-79. O primeiro promulgado em 19-6-79 e publicado em 25-6-79 e o segundo promulgado e publicado em 26-6-79. 2.º — Os despachos de autorização de nomeação do pessoal dirigente dilatam-se por um período que começa a 22-5 até 15-6, situando-se a maior parte durante o mês de Junho. 3.º — Com excepção das nomeações da Beira-Litoral e de Entre-Douro e Minho, os Vistos do Tribunal de Contas ocorreram todos a partir de 2 de Julho até 25 do mesmo mês, logo fora dos prazos legais. 4.º — A nomeação dos quadros dirigentes é feita em DR do mês de Julho, mesmo a de Entre-Douro e Minho. 5.º — O acto de posse, em consequência, só se efectua após o Visto do Tribunal de Contas e a publicação em Diário da República. Em resumo: a) Visto do Tribunal de Contas; b) Publicação no «Diário da República»; c) Acto de posse; ocorrem no mês de Julho, após a publicação dos Decretos 191-C/79 e 191-F/79 e entrados em vigor em 1 de Julho de 1979.

Em consequência, como os reclamantes afirmam, e só por estas razões as nomeações estão feridas de nulidade e por conseguinte não dão direito a qualquer provimento definitivo em categoria correspondente na carreira técnica superior — n.º 1 e 3 do art.º 12.º do D.-L. n.º 191-F/79. Porque, transcrevemos da exposição a que nos vimos referindo: «1.º De acordo com o art. 52.º do Dec.-Lei 221-77 art. 52.º com a redacção que lhe dá o Dec. 320-78 de 27-10-78, nele se estabelece que «o pessoal referido no n.º 1 deste artigo ingressará nos quadros únicos mediante lista ou listas nominativas aprovadas pelo ministro, visadas pelo Tribunal de Contas e publicadas no «Diário da República», considerando-se investidos definitivamente nos respectivos lugares a partir da data da publicação das listas, e o D.L. 4937 de 24-11-69 e o D.-L. 51/73 de 22-2 e Parecer da Procuradoria da República publicado na 2.ª Série do «Diário da República» de

7-6-78 só se consideram investidos nos lugares a partir da data da respectiva posse».

Anotase-se que existem despachos de nomeações em Maio e que só viram o Visto do Tribunal de Contas em Julho, «quando outros despachos ocorridos em Junho obtiveram o Visto no mesmo mês».

A entrada em vigor dos Dec.-Lei 191-C/79 e 191-F/79, em 1 de Julho de 1979, fere de nulidade os processos de nomeação que não tinham respeitado as regras administrativas. O art. 2.º do Dec.-Lei 191-F/79 estabelece que: «2.º «O recrutamento para os cargos referidos na alínea c) do número anterior far-se-á de acordo com as seguintes regras: a) — Directores de Serviço, de entre os chefes de Divisão e Assessores; b) — Chefes de Divisão de entre Assessores e técnicos superiores principais. 3. Quando se verificar não existirem funcionários ou agentes com as categorias previstas no número anterior e possuidores de formação e experiência adequadas à especificidade dos cargos a prover, o recrutamento será feito por concurso documental nos termos de critérios a definir por despacho do ministro competente.»

Os quadros técnicos do MAP sublinharam na sua exposição-protesto que os despachos de nomeação têm data posterior à entrada em vigor dos Dec.-Lei 191-C/79 e 191-F/79, que estabeleceram regras para o preenchimento dos lugares. O ministro Vaz Portugal nomeou Directores de Serviço e Chefes de Divisão sem ter em conta a existência de «técnicos principais». É contra essa marginalização e o desrespeito da lei que alastra um movimento de protesto que, ao que nos consta, encontrou compreensão por parte do actual ministro que se considera embaraçado com as decisões e nomeações do seu fantasioso antecessor.

O ministro Vaz Portugal, aliás, em vez de ter feito nomeações em Comissão de Serviço conferiu aos seus «nomeados» provimento definitivo. Afirmam os técnicos fora reclamantes: «... para favorecer arbitrariamente Directores e subdirectores Regionais, em Comissão de Serviço, e outros técnicos que colaboravam junto do

seu Gabinete ou faziam parte da sua equipa, o senhor ministro Vaz Portugal, manda publicar a sua nomeação definitivamente em Directores de Serviço para a consequente promoção na carreira — assessores, tapando o acesso a esta categoria de igual número de técnicos que se vêem injustamente preteridos. As consequências morais deste procedimento levaram alguns Directores e subdirectores Regionais a recusarem esta promoção — caso da Beira-Litoral, Beira-Interior e Ribatejo e Oeste — o que significa o seu desacordo com mais esta prepotência e ilegalidade do ministro cessante».

E a terminar a sua exposição-protesto os técnicos do MAP escreveram: «Para culminar toda esta arbitrariedade e imoralidade, vem, por último o despacho do ministro Vaz Portugal 206/79 de 12 de Julho, publicado a 22.8, cuja redacção e intenções só merecem o total repúdio e reprobção. «Na impossibilidade de proceder aos concursos documentais de avaliação curricular nos despachos normativos n.ºs 249/78, 250/78, 252/78, 275/78, 267/79, 42/79, 126/79, 57/79, 56/79, 299/78, 43/79, 44/79, 69/79 e 278/79 dentro do prazo estabelecido no n.º 4 do art.º 7.º do Dec.-Lei 191-C/79 de 25 de Junho e considerando as expectativas criadas a numerosos funcionários determino que o preenchimento de lugares se faça mediante a ordenação do pessoal abrangido nos termos daqueles despachos, sendo as condições de antiguidade na categoria e na carreira com observância e sem prejuízo de se efectuarem provimentos por escolha em percentagem a fixar, desde que devidamente fundamentado no mérito curricular, na relevância dos serviços prestados ou na conveniência de se evitarem prejuízos irreparáveis aos funcionários.»

O Governo Mota Pinto-Vaz Portugal deixou no Ministério da Agricultura e Pescas uma herança terrível. Será o ministro Joaquim Lourenço capaz de impor a legalidade e as regras administrativas ou terão os técnicos do MAP que recorrer juridicamente?

O «DL», como lhe compete, leva a questão ao tribunal da opinião pública.

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA ANÚNCIO

2.ª Publicação

Pelo presente se anuncia que correm editos de VINTE DIAS para citação de quaisquer credores incertos para, no prazo de DEZ DIAS, findo que seja a dos editos e a contar da publicação do segundo e último anúncio, deduzirem os seus direitos nos autos de Execução de Sentença em que é Exequente JOÃO MANUEL DA SILVEIRA

Lisboa, 24 de Outubro de 1979

O JUIZ DO 1.º JUÍZO

José António de Lacerda e Silva

O ESCRIVÃO DA 1.ª SECÇÃO

ALFREDO MARQUES BILREIRO

INDEPENDENTE FUTEBOL CLUBE TORRENSE CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea a) do Artigo 28.º dos Estatutos, convoco todos os sócios do INDEPENDENTE FUTEBOL CLUBE TORRENSE para reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 30/11/79 pelas 21 horas, no Salão de Festas do Clube à Av. do M.F.A. na Torre da Marinha, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES PARA O EXERCÍCIO DE 1980

Nota: A Assembleia Geral considera-se legalmente constituída desde que esteja presente à hora marcado na convocatória a maioria dos sócios no gozo dos seus direitos e em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de sócios. (§ 1.º do Art. 16.º)

Torre da Marinha, 5 de Novembro de 1979

Mesa da Assembleia Geral

O Presidente

Carlos Manuel Santos Fernandes

ponto a ponto



O prof. Henrique de Barros foi ontem recebido pelo Presidente da República no Palácio de Belém. Não se conhecem os temas abordados na entrevista entre o Chefe do Estado e o antigo presidente da Assembleia Constituinte.

O dr. Paulo Enes, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, encontra-se desde ontem na RDA para consultas sobre a próxima realização em Madrid da Conferência para a Cooperação e Segurança Europeias. Aquele membro do Governo deve encontrar-se na Alemanha de Leste com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e assinar um acordo de saúde entre os dois países.



O general Pedro Cardoso, chefe do Estado-Maior do Exército, preside à Comissão de Honra do Terceiro Encontro de Estudos Militares que ontem começou no Instituto de Altos Estudos Militares. O encontro, de iniciativa da Direcção do Serviço de Administração Militar, servirá para o debate de temas de natureza técnico-militar e questões mais gerais como a cooperação com os países de expressão portuguesa e as relações entre Portugal e Espanha e a NATO.

Está reunido desde as 10 da manhã de hoje o Conselho Económico e Social. A reunião preside a Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo.



Os ministros da República para os Açores e a Madeira, juntamente com os secretários regionais das Finanças dos Açores e da Coordenação Económica, da Madeira, iniciaram hoje uma série de reuniões com o ministro Sousa Franco. Assuntos relacionados com a transferência de competências em matéria fiscal serão temas para o encontro entre Lino Miguel e Silva Horta com o responsável da pasta das Finanças.

UNIDADE NA DEFESA DA ORDEM CONSTITUCIONAL (III)

A POSIÇÃO E A FUNÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO

ANTÓNIO DE SEQUEIRA ZILHÃO

Colocada a premissa de algumas ideias gerais derivadas da consideração das garantias constitucionais de pluralismo tomadas em função dos objectivos definidos na própria Constituição, vejamos a questão mais de perto e em termos práticos para, de seguida, nos referirmos mais especificamente ao direito de expressão nos órgãos de Comunicação Social, designadamente os do Estado.

Como vimos, a Constituição institui um Estado de direito que corresponde (algo segundo a terminologia de Pontes de Miranda, constitucionalista brasileiro) a um poder político de regras formais democráticas, isto é, a uma forma de democracia, mas envolvida ou enquadrada por determinadas directrizes de fundo que relevam das dimensões da liberdade e da igualdade na justiça (cfr. «Democracia, Liberdade, Igualdade — Os três caminhos», obra do citado autor).

Em primeira linha há que partir do ponto de vista basililar de que aos órgãos de soberania ou de autoridade política e jurídica, fonte directa do Poder do Estado (Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Governo e tribunais — os cinco, como órgãos separados, mas interdependentes) encontra-se necessariamente adscrita a máxima atribuição do zelo pela observância e cumprimento da Constituição; sem embargo de que a suprema opção constitucional em que se integram seja, como é, a de um socialismo largamente humanista e compatibilizada com o exercício plural das liberdades individuais e públicas.

Depois, o Estado, como máquina ou aparelho de Administração Pública, de coordenação, orientação e execução de todo um conjunto de serviços e funções de interesse comunitário, projecta-se tanto no plano central, como no regional e, no das autarquias locais, revestido do poder que lhe advém da sua formação e estruturação democráticas, ou que desce dos órgãos de soberania, mais especialmente do Governo Central. Mas em todos os sentidos, e aspectos das suas actividades e dependências funcionais, o Estado está, por definição, vinculado ao princípio de constitucionalidade e de legalidade democrática.

Pertanto ao Estado, inclusive no âmbito geral da sua actuação como corpo da Administração Pública, e em todas as suas projecções e ramificações, está naturalmente inerente a obrigação de respeito e defesa da Constituição. Porque «o Estado não está acima ou à margem da

Constituição, está submetido a ela, existe por ela», como o exprimem lapidariamente os professores Gomes Canotilho e Vital Moreira num dos muitos passos de comentário na «Constituição da República — Anotada», a propósito dos arts. 3.º/4 e 115.º da Lei Fundamental.

É a esta luz que se mostra aberrante e flagrantemente escandaloso que os órgãos ou meios de Comunicação Social estatizados, como empresas públicas, ou por qualquer forma economicamente sob o controlo externo do Estado — na Im — não se apresentem cientes e ciosos da missão indeclinável, que lhes cabe, de esclarecimento cívico, verdadeiramente pedagógico, da ordem constitucional estabelecida. E com isto não se pretende evidentemente dizer que, para exercerem um tal papel educativo ou formativo, tivessem de deixar de cumprir os preceitos que importam a um também necessário pluralismo de informação.

É certo que os meios de Comunicação Social pertencentes ao Estado não têm propriamente que servir um Governo ou qualquer sector da Administração Pública, dada a independência e o respeito pelo pluralismo que

logo lhes atribui e que lhes é exigido pelo art. 39.º da CRP: «... serão utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo e a Administração Pública...». Mas não é menos certo que essa independência ou, talvez melhor, essa autonomia não tem de fazer esquecer o respeito e, mais do que passivamente o respeito, a defesa da Constituição que rege o Estado a que, apesar de tudo, os mesmos órgãos de Comunicação Social pertencem.

A liberdade de imprensa e, de modo geral, a liberdade de expressão e informação, com o acolhimento do pluralismo de opinião, designadamente nos meios directa ou indirectamente estatizados, não hão-de pois significar que se possa e deva abstrair da lealdade para com o Estado democrático, o seu principal estatuto e as leis deste derivadas; que, precisamente, facultam tais liberdades e tal pluralismo ideológico.

Mais graves do que a passividade ou incumprimento da defesa são os ataques. Faz, porventura, sentido que um jornal estatizado, ou a Rádio ou a TV estatizadas, evidenciem uma orientação adversa da Constituição da República Portuguesa, visando já, não o legítimo e oportuno aperfeiçoamento das suas normas e da respectiva institucionalização, mas sim, a sua

Continua na pág. 26

REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

COMO DESVIAR CAPITAIS DO SECTOR PÚBLICO PARA O PRIVADO

JOÃO PIRES

No momento em que o povo se vai pronunciar sobre o sucesso da nacionalização de vários sectores básicos da economia portuguesa, através de eleições, justifica-se mostrar aspectos concretos de ataques às nacionalizações daqueles que sonham com um regresso ao passado.

São diversos os meios a que se tem recorrido para fazer crer que as empresas privadas são mais bem administradas do que as empresas públicas.

Começa por se repetir a afirmação continuante na esperança de que a mentira suficientemente repetida acabe por se converter em verdade, segundo a bem conhecida regra nazi-fascista.

Depois, criam-se às empresas públicas todas as dificuldades imagináveis, sendo as próprias instâncias públicas a negar avales, garantias bancárias, créditos, etc. que pressurosamente são oferecidos ao chamado sector privado. Esta desigualdade de tratamento vem ainda amplificada pela intervenção dos «técnicos» colocados nas diferentes estruturas, actuando em obediência conformidade com as suas «instruções superiores».

Para lá do alcance destas medidas tem-se também recorrido a legislação criada

por sucessivos governos tecnocratas/ independentes, todos apostados em corroborar a premissa inicial, isto é, que as empresas particulares é que dão lucro, que não as públicas.

Um caso relevante nesta matéria é o Decreto n.º 830/76 surgido em 24 de Novembro de 1976, isto é, um ano após o celebrado 25 de Novembro. Este decreto, invocando a existência de outro (o Decreto 273-E/75) com um campo de aplicação diverso, permite às firmas privadas, muitas ligadas a multinacionais, titulares de contratos de fornecimento e montagem de equipamentos a empresas públicas e ao Estado, «reajustar» os seus preços finais para as compensar de «anormalias» ocorridas no país a partir de 25/4/74, segundo critérios tão favoráveis que lhes permitem facturar milhares de contos, ultrapassando as suas expectativas mais optimistas.

Com o fim confessado de compensar as firmas em questão, das «anormalias» resultantes do 25 de Abril, o referido decreto chegou a ser invocado para rever contratos assinados em 1976 e 1977, muito depois das tais «anormalias».

Para se fazer uma ideia da maneira como assim se permite a manipulação dos dinheiros públicos, podem

referir-se os seguintes aspectos:

— É corrente os contratos de fornecimento de equipamentos incluírem cláusulas que permitem fazer variar os preços finais em função de eventuais variações dos custos de materiais e mão-de-obra, durante a execução mas, habitualmente, tais variações ficavam sujeitas a um limite máximo. Ora o nosso decreto põe de parte esses limites, «flutuando» os preços sem limitação.

— Nas cláusulas de variação de preços era habitual considerar que uma determinada percentagem do preço (correspondente a estudos, lucro e/ou investimentos já amortizados, variáveis de transacção para transacção) se mantivesse invariável. O decreto permite reduzir essa percentagem abaixo dos valores anteriormente fixados nos contratos, aumentando por conseguinte a percentagem do preço sujeita a variação.

— Era habitual considerar, para aplicação das referidas cláusulas de ajustamento do preço, índices de custo de salários nacionais, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística. O decreto permite que o cálculo da eventual variação de custos se baseie, não em índices nacionais, mas noutros propostos pelos

fornecedores e eventualmente aprovados pelos «isentos» ministérios.

— Diz-se terem as anomalias «resultantes do 25 de Abril» afectado os custos de salários e materiais nacionais, mas nada impede que, para os grandes contratos de fornecimento de equipamentos, em que frequentemente se inclui uma parte elevada de materiais provenientes do estrangeiro, se invoque também o n.º «valioso» decreto.

De tudo isto resultou terem sido feitos, pelo sector privado, ao sector público, pedidos de pagamento de somas avultadíssimas. Só uma importante metalomecânica solicitava de uma empresa pública o pagamento de cerca de 1 milhão de contos e pode ainda apontar-se o caso de uma firma ligada a uma multinacional que, sobre contratos de fornecimento a essa mesma empresa pública da ordem dos 500 mil contos, iria cobrar cerca de 1 000 000.

E se, com tudo isto, o sector privado não surge efectivamente com resultados ainda mais contrastantes com a «penúria» do sector público, é porque, de facto, se administra mal ou então porque escamoteia os resultados para não pagar a totalidade dos impostos devidos, o que será outra forma de defraudar o martirizado sector público.

post-scriptum

«Calúnias e mentiras revoltantes»

Quando há tempos entrei no Ministério do Trabalho, para marcar passagem para um tio meu que regressava ao Brasil, tive oportunidade de presenciar e ouvir o seguinte:

Quando entrou um sr. e pediu para marcar passagem para Moçambique, foi-lhe dada pela senhora que se encontrava sentada à secretária a seguinte informação:

— O sr. vai para Moçambique? — Vou, porquê?

— Admira-me muito... O sr. sabe que não vai ter os mesmos direitos e regalias que têm os emigrantes, os estatutos são diferentes. O sr. vai como cooperante e só depois é que poderá, ou não ter acesso aos mesmos estatutos, tudo depende da maneira como se portar por lá, e além disso o sr. sabe que matam as pessoas de qualquer maneira, sem saber das razões, etc.

— Bem, olhe, vou tentar, estou desempregado, e vou tentar a minha sorte. Obrigado.

Isto é revoltante, é inadmissível que uma funcionária de um Departamento do Estado se sirva do lugar que ocupa para caluniar, dizer mentiras, e denegrir a imagem de um País independente.

A calúnia e a mentira são a arma dos reacçãoários e fascistas, que mesmo depois de mortos ainda mexem.

João Monteiro de Jesus — Piteus — LOURES

Um grito a que não podemos ser indiferentes

«... Eu antes era uma mulher sadia e robusta, e hoje estou tristemente mutilada dos meus órgãos, quando apenas necessitava de uma correcção da bexiga por esta se encontrar fora do lugar normal. Senhor director é lamentável brincar-se assim com uma vida humana. Estas palavras que aqui mandei escrever requerem que todos os leitores as leiam e meditem».

Segue-se a descrição de uma intervenção cirúrgica realizada por alguém que a tal não estava habituado ou não tinha a necessária experiência.

«Pois bem, todas estas coisas se passaram entre o dia 17 de Novembro de 1977 e o dia 3 de Julho de 1978, mas, voltando um pouco atrás, quero aqui frisar que na primeira operação o sr. dr., assim que acabou de a executar, ausentou-se do hospital durante 13 dias e não mais voltou ao pé de mim, nem deixou alguém para vigiar o meu estado de saúde, nem marcados os tratamentos de que eu necessitava. Quando me dirigi aos médicos e médicas para me auxiliarem no meu sofrimento, todos me diziam que era com o sr. dr. que era o operador e o director da enfermaria. E foi assim que com todos estes sofrimentos e faltas de tratamento que ao fim de 13 dias para maior infelicidade me apareceu uma embolia pulmonar, que se não fora a intervenção tão rápida e com todos os maiores cuidados prestados pelo incansável dr. eu teria desaparecido da companhia dos meus familiares para sempre».

E as queixas desta doente prosseguem visando o cirurgião que depois de uma terceira intervenção acabou por dar-lhe alta.

«Foi assim que, depois de já estar despregada pelo médico na assistência, fui obrigada a comparecer ao trabalho. Mas foi impossível eu resistir ao trabalho. E ao fim de 3 meses fui obrigada a ir ao médico particular visto já quase não ser capaz de andar. O médico a que recorri mandou-me internar com urgência na clínica S. João de Deus... e logo no outro dia fui operada e foram-me extraídos dois órgãos principais: o útero e os ovários...»

A história da doente não acaba com esta nova operação. Evitando referências pessoais e profissionais eventualmente chocantes, oiça-mo-la:

Pois bem, conforme já referi na intervenção particular na clínica S. João de Deus apenas a bexiga não foi muito mexida visto exteriormente se encontrar sã, mas ela é que tinha a chave do enigma, e quando eu e o sr. dr. estávamos confiantes que a minha saúde estava à vista, eu comeci a sentir-me pior, e então fui enviada a um especialista de exames à bexiga, e aí se desvendou o mistério todo, fui novamente hospitalizada na clínica e foi o sr. dr. e o sr. dr. que fizeram o milagre de extrair da minha bexiga um calhau e uma rede plástica, deixada talvez por inércia pelo dr. ...

Luísa Maria Mira — Prior Velho — Sacavém.

O «DL» não faz comentários. Nem emite juízos de valor sobre competência profissional e idoneidade moral. Regista um grito de protesto. Dá a palavra a uma mulher que não se conforma com a maneira como foi tratada por um médico, a outros prestou justiça e manifesta agradecimento. Não fazemos campanhas contra os médicos, mas acolhemos nas nossas colunas aqueles que sofreram na sua carne as consequências de uma deplorável insensibilidade profissional.

«DL»

DE-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 32 02 29

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

PODER LOCAL



«... que o seguro nacional garanta aos reformados, pensionistas e idosos os meios necessários a uma terceira idade vivida sem miséria»

Sintra: lotes de terreno só adquiridos de acordo com a lei

«Alerta compradores de lotes de terreno» — este o apelo lançado pela Câmara Municipal de Sintra por ter conhecimento de que «loteadores clandestinos e sem escrúpulos» têm vindo a efectuar por todo o concelho vendas de parcelas de terreno para construção, «em áreas em que não existe qualquer loteamento autorizado, e onde nem se prevê que possam constituir no futuro áreas de construção ou de expansão urbana».

Acentuando serem muitos e aliciantes os expedientes utilizados para efectivação das operações de venda, o Município de

Sintra põe de sobreaviso os possíveis compradores, alertando-os para os graves riscos que correm de não poderem realizar a justa aspiração de construir casa própria, «através de manobras ou práticas ilícitas que apenas beneficiam aqueles loteadores».

Impõe-se, por conseguinte, que os interessados se informem junto dos respectivos serviços camarários antes de qualquer transacção sobre terrenos destinados à construção, a fim de se apurar se na área em questão existe alvará de loteamento.

CM de Cascais e CHE's

O Conselho Municipal de Cascais, ao tomar conhecimento da intervenção que as Cooperativas de Habitação Económica vão oportunamente fazer perante a Assembleia Municipal, aprovou uma moção de apoio «no que se refere a sua crítica a gestão da

Câmara», bem como às deliberações da Assembleia Municipal, no âmbito de «actividade em matéria ligada ao movimento cooperativo habitacional».

A moção da CM foi aprovada por maioria, registando-se três abstenções.

S. Jorge de Arroios condena acto da PSP

A Junta de Freguesia de S. Jorge de Arroios, considerando que «a Polícia de Segurança Pública deve estar ao serviço do povo», aprovou uma moção em que «condena veementemente o acto selvagem levado a efeito

sobre as mulheres que assistiam ao julgamento de um caso de aborto no Tribunal da Boa Hora», no passado dia 28 de Outubro.

Afirma aquela JF que a PSP «deve dar exemplo de civismo»

APOSENTAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

Pensões devem ser requeridas até 31 de Dezembro deste ano

Aposentação e sobrevivência: as pensões deverão ser requeridas, segundo um esclarecimento tornado público pelo Serviço do provedor de Justiça, no Montepio Geral até 31 de Dezembro próximo e serão devidas a partir do mês seguinte ao da apresentação.

Devido às «reclamações» veiculadas para aquele Serviço, o seu provedor chama a atenção dos «reclamantes» e de todos os interessados para as alterações dos Decretos-Leis n.ºs

191-A/79 e 191-B/79, de 25 de Junho, e para os prazos fixados naqueles diplomas para a apresentação dos requerimentos de pensão e aposentação, e da pensão de sobrevivência.

No documento em questão «avisam-se designadamente os funcionários demitidos da Função Pública por efeito de pena disciplinar ou de condenação definitiva, ou os seus sobreviventes, de que lhes foi conferido direito às pensões respectivas».

Pensionistas do Barreiro expõem dificuldades e propõem voto na APU

Numa sessão de esclarecimento, efectuada no sábado no Barreiro pela comissão local dos reformados, pensionistas e idosos, foram apontadas as carências com que se debatem em Portugal os cidadãos enquadrados naquelas três categorias.

Assim (e segundo o nosso correspondente) foram recordadas declarações da actual Primeira-Ministra quando, após o 25 de Abril, ocupando o cargo de secretária de Estado dos Assuntos Sociais, disse que nenhum reformado poderia ter menos de metade do salário mínimo nacional.

Agora, sendo Primeira-Ministra, certamente que verifica que muitos milhares de trabalhadores rurais recebem pensões de reforma de 1250 escudos mensais, e outros milhares de trabalhadores de outros sectores auferem pensões de 2250 escudos por mês.

Um reformado de Lisboa, falando em nome dos reformados do País, informou que havia sido enviado ao Conselho da Revolução um telegrama pedindo que «o aumento das pensões se faça consoante o aumento do custo de vida — e que o seguro nacional garanta aos reformados, pensionistas e idosos os meios necessários a uma terceira idade vivida sem miséria».

Lembrou que há três anos a esta parte os sucessivos Governos nada têm feito para que a situação dos pensionistas e reformados seja minorada. Acabou por solicitar o voto da Aliança Povo Unido (APU), «pois que só com um Governo democrático reformados, pensionistas e idosos serão condignamente atendidos», apesar, no entanto, «das boas palavras e da compreensão de Maria de Lurdes Pintasilgo».

Partidos e pensionistas debateram em Aveiro educação na democracia

Por iniciativa do Conselho Directivo do Liceu José Estevão, de Aveiro, efectuou-se sábado passado, durante a tarde, no ginásio daquele estabelecimento de ensino, um debate sobre «Educação na Democracia», com a presença de representantes do PS, PCP, PSD e CDS.

O convite foi feito a todos os pais que porventura tinham uma palavra a dizer sobre a política da

educação, «política essa que os partidos pretendem defender (diz o nosso correspondente naquela cidade) como superação da situação em que se encontra este sector da vida nacional».

Foi também convidada a população em geral, «na medida em que se impõe educá-la por forma a saber viver em democracia».

O debate, «muito animado», foi considerado «positivo».

REFORMA AGRÁRIA

E ARRENDAMENTO RURAL

Assembleia Municipal do Redondo reclama promulgação de leis

A Assembleia Municipal do Redondo, localidade do distrito de Évora, aprovou uma moção na qual apela ao Presidente da República para que sejam promulgadas as alterações às Leis de Bases da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural.

Segundo o documento estas duas leis, aprovadas na Assembleia da República em Julho passado «tornam-se objecto fácil de poderes discricionários para Executivos governamentais que não estão interessados

na sua interpretação correcta e consciente».

A moção, apresentada pelos representantes do Partido Socialista (que são três) contou com os votos dos cinco elementos da APU que também fazem parte da assembleia municipal. Quanto ao CDS, partido igualmente representado naquele organismo autárquico, através de um único elemento não teve oportunidade de manifestar o seu voto visto que já não comparece às reuniões há cerca de um ano.

Aumenta a criminalidade na Amadora

Gravadores de som, máquinas de calcular, relógios, canetas e rádios, foram os artigos sortidos que os autores do assalto a um estabelecimento da Amadora levaram após terem arrombado uma das portas, causando um prejuízo de cerca de trezentos e vinte contos.

O estabelecimento, situado na Avenida Comandante Luís António da Silva, 26-A, é um dos muitos que nos últimos tempos

têm vindo a ser assaltados naquela nova cidade, sendo rara a noite em que mais de um estabelecimento e algumas residências não sejam objecto da actividade de uma intensa criminalidade local.

Por outro lado, são poucas as vítimas que têm visto regressar ao seu património os valores subtraídos, índice evidente da fraca operacionalidade das autoridades policiais.

Concurso literário do FAOJ

Devido ao interesse crescente da camada juvenil pelo concurso literário distrital aberto em Aveiro pelo FAOJ, foi deliberado por

rogar o prazo limite de entrega de trabalhos até ao dia 31 de Janeiro do próximo ano.

Publicado o Estatuto da Carreira Docente

Foi hoje publicado no «Diário da República», I Série, o Estatuto da Carreira Docente que abrange no ensino universitário as categorias de professor catedrático, professor associado, professor auxiliar, assistente e assistente estagiário.

O diploma, que funda numa única carreira as carreiras de professor catedrático e professor estagiário, é aplicável ao pessoal docente das Universidades e Institutos Universitários e tem como objectivo primordial transformar a nova universidade portuguesa, à semelhança das suas congéneres estrangeiras, numa instituição polivalente, voltada simultaneamente para o ensino da licenciatura e pós-graduação, para a investigação fundamental e aplicada e para a prestação de serviços altamente especializados e de interesse social.

No preâmbulo deste decreto-lei, que estabelece a obrigatoriedade do regime de tempo integral aos docentes universitários de carreira, refere-se que, pelo estatuto agora em vigor, é garantida, nomeadamente, a estabilidade de emprego, no Estado, aos assistentes e a entrada nos quadros das universidades aos professores associados, tornando, por outro lado «menos aleatório o acesso às categorias superiores».

Concebido de forma a que, a despeito das grandes inovações que introduz, a sua entrada em funcionamento não perturbe sensivelmente a vida das escolas, mas, pelo contrário, «lhes traga imediatos benefícios», o diploma admite para além das categorias referidas, a possibilidade de serem contratadas para a prestação de serviço docente individualidades, nacionais ou estrangeiras, «de reconhecida competência científica, pedagógica ou profissional, cuja colaboração se revista de interesse e

necessidade inegáveis para a instituição do ensino universitário».

FUNÇÕES DOS PROFESSORES

O estatuto atribui ao professor catedrático funções de coordenação da orientação pedagógica e científica de uma disciplina, de um grupo de disciplinas ou de um departamento, conferindo-lhe ainda competência para: reger disciplinas dos cursos de licenciatura, disciplinas em cursos de pós-graduação ou dirigir seminários; dirigir as respectivas aulas práticas ou teóricas, bem como trabalhos de laboratório ou de campo, não lhe sendo, no entanto, normalmente exigido serviço docente em aulas ou trabalhos dessa natureza; supervisionar a actividade pedagógica e científica dos professores auxiliares e dos assistentes da respectiva disciplina e, quando para tal for designado, coordenar aquela actividade a nível do respectivo grupo de disciplinas ou departamento, coordenar, com os restantes professores do seu grupo ou departamento, os programas, o estudo e a aplicação de métodos de ensino e investigação relativos às disciplinas desse grupo ou departamento; dirigir e

realizar trabalhos de investigação; substituir, nas suas faltas ou impedimentos, os restantes professores catedráticos do seu grupo.

Ao professor associado é atribuída a função de coadjuvar os professores catedráticos, competindo-lhe ainda reger disciplinas dos cursos de licenciatura, disciplinas em cursos de pós-graduação, dirigir seminários, aulas práticas ou teóricas, bem como trabalhos de laboratório ou de campo e orientar e realizar trabalhos de investigação, segundo as linhas previamente estabelecidas.

São atribuições comuns ao professor auxiliar e ao assistente e assistente estagiário, a leccionação de aulas práticas ou teóricas e a prestação de serviço em trabalhos de laboratório ou de campo, em disciplinas dos cursos de licenciatura ou de pós-graduação, sob a direcção dos respectivos professores. Ao professor auxiliar poderá ainda ser distribuído serviço idêntico ao dos professores associados, caso conte cinco anos de efectivo serviço como docente universitário.

Os professores visitantes e os professores convidados desempenham as funções correspondentes às da categoria a que foram equiparados por via contratual.

Português vence Concurso Mundial de «Barmen»

Um «barmen» português, António de Jesus, foi classificado em primeiro lugar no 14.º Concurso Mundial de «Barmen», realizado no domingo em Otatija, na Jugoslávia.

António Jesus, que trabalha no bar do Hotel Sintra Estoril, tinha sido o vencedor, na modalidade «Long Drink», do terceiro Concurso Nacional realizado em Maio na Madeira.

A equipa portuguesa ao concurso mundial, onde competiu com mais de cem «Barmen» de 37 países, incluiu também José Dinis e António Mestre Gomes.

A associação «Barmen» de Portugal enviou à Jugoslávia uma delegação que estudou a organização do concurso com vista à preparação do próximo, que se efectua em Portugal, em 1980.

Professores comunistas do Norte: paralisação de escolas é ilegal

A reacção de alguns Concehlos Científicos à aprovação pelo actual Governo do Estatuto da Carreira Docente levou os professores comunistas do Ensino Superior do Porto a tomar posição.

«Os docentes do Ensino Superior do Porto lutarão contra a paralisação das escolas, imposta por minorias de docentes», afirma o Organismo de Direcção da Organização dos Professores do Ensino Superior do Porto do PCP.

Para aquele organismo são transparentes as intenções que estão por trás das paralisações aprovadas por alguns CC's. O objectivo é impedir a publicação do Estatuto.

As paralisações têm ainda outra consequência de incidência política. Paralisar as escolas teria tais repercussões não só nos alunos mas nas respectivas famílias que rapidamente se contribuiria para criar um clima de alarme e instabilidade durante a campanha eleitoral que muito agradaria à direita.

O Organismo de Direcção da

Organização dos Professores do Ensino Superior do Porto do PCP considera ilegal a paralisação, que se traduz na «não aprovação da distribuição de serviço docente». A ilegalidade reside no facto de se impedir discricionariamente o funcionamento das escolas, o que constitui «lock-out».

De acordo com o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, o Estatuto publicado pelo Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo contempla a maioria das reivindicações dos professores. Desde o 25 de Abril que os

professores lutam pela substituição do estatuto herdado do regime fascista e pela obtenção de um diploma que dignifique a função docente.

Desde a presença de Sotomayor Cardia no Ministério da Educação que se têm sucedido os projectos de Estatuto, sem que contudo contemplassem as aspirações dos professores.

O organismo do PCP critica a indiferença da actual Direcção (PPD) do Sindicato dos Professores da Zona Norte na luta pela obtenção do Estatuto.

Curso de formação de segurança social

«Financiamentos da segurança social», «morte e sobrevivência» e «doenças profissionais» foram alguns dos temas abordados por representantes sindicais e de comissões de trabalhadores num curso de formação sobre segurança social promovido pelo Centro de Cultura da Caixa Geral de Pensões, no

qual participaram cerca de duas centenas de pessoas.

O Centro de Cultura da CGP, promotor do curso, edita também um semanário, «Processo Zero», em que debate problemas ligados à segurança social. No curso em questão esteve também, como convidado, o director-geral da Segurança Social, Ilídio Neves.

PUB



C.
C.
T.
V.
C.
O.
N.
S.
T.
R.
U.
Ç.
Ã.
O

C.
I.
V.
I.
L

COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

PRÉ-AVISO DE GREVE

Ao

Ministro do Trabalho

Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas do Sul

Associação dos Industriais de Construção de Edifícios

Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte

Associação Nacional dos Empreiteiros de Obras Públicas

Associação dos Sub-Empreiteiros da Construção

De acordo com o disposto no art.º 5.º da Lei n.º 65/77, de 26 de Agosto, as Associações Sindicais abaixo referidas, subscritoras da proposta de revisão do CCT para a Indústria da Construção Civil e Obras Públicas, no cumprimento da resolução dum Plenário Vertical de Sindicatos, declaram greve, no sector da Construção Civil e Obras Públicas, no próximo dia 15 de Novembro.

- Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil e Madeiras
- Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.
- Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Químicas
- Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços
- FETESE
- Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços
- FESINTES
- Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários
- Federação Portuguesa dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio e Serviços.
- Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo
- Sindicato dos Construtores Cívicos.
- Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte
- Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro
- Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas
- Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares
- Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa

— Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares

- Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul
- Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho
- Sindicato dos Fogueiros do Mar e Terra do Sul e Ilhas Adjacentes
- Sindicato Livre do Norte dos Trabalhadores de Armazém
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Leiria
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Castelo Branco
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Portalegre
- Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Beja
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Leiria
- Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Castelo

Branco

- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Évora
- Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul
- Sindicato Nacional dos Técnicos de Topografia.

AVISO AOS MULTIPLICADORES DE TRIGO PARA SEMENTE

Avisam-se os produtores de trigo que, nos termos do Decreto-Lei n.º 29.999, de 24/10/939, está aberta a inscrição para a produção de trigo para semente no ano agrícola de 1979/80.

Pretende-se que sejam multiplicadas as variedades para a seguir se designam e de que se indiquem as respectivas quantidades de sementeira:

VARIETADES	TONELADAS	VARIETADES	TONELADAS
ANZA	250	IMPETO	4200
BARBELA	300	MARA	700
CAMPODORO	700	MEXICANO 1481	2500
CAPEITI	300	MUCABA	700
CHAIMITE	500	NAZARENO STRAMPELLI	500
COCORIT	100	PRETO AMARELO	50
DA MAIA	50	TARRO	200
ETOILE DE CHOISY	800	XÉVORA	200

A produção das sementes seleccionadas será confinada às Regiões Agrárias:

a) 1.ª — Região Agrária (Entre Douro e Minho): Variedades Anza — Da Maia — Mucaba — Xévoa

b) 2.ª — Região Agrária (Trás-os-Montes e Alto Douro):

Terra Fria — Variedades Barbel

Terra Quente — Variedades Anza-Barbela-Mexicano 1481-Mucaba

c) 4.ª — Região Agrária (Beira Interior): Variedades Anza-Barbela-Mexicano 1481-Mucaba — Xévoa

d) 5.ª — Região Agrária (Ribatejo e Oeste):

Sub-Região de Santarém e Concelhos de Azambuja e Vila Franca de Xira — Todas as variedades excepto Barbel e Da Maia

Sub-Região do Oeste — Variedades Capeiti Cocorit e Preto Amarelo

e) 6.ª — Região Agrária (Alentejo): Todas as variedades excepto Barbel e Da Maia

Os trigos provenientes de searas inscritas, depois de aprovados no ensaio preliminar do grão, serão pagos aos preços e nas condições fixados oficialmente.

Os produtores interessados na multiplicação das referidas variedades deverão apresentar os seus pedidos de inscrição nas Secções Regionais da EPAC e em boletins que lhes são fornecidos por aquelas, dentro do prazo fixado, que termina em 31 de Dezembro próximo.

DE ONTEM PARA HOJE

Conselho de polícias contra a criminalidade?

O ministro da Justiça admitiu ontem, ao empossar o novo director adjunto militar da Polícia Judiciária, major José Manuel da Silva Viegas, que, além de oficial superior, é também licenciado em Direito, a possibilidade de vir a ser criado um Conselho de Polícias para a luta contra a criminalidade. De acordo com as suas palavras, esse CCP seria constituído pelos comandantes da GNR, PSP, GF e PJM, bem como pelo director da Polícia Judiciária, cargo que o dr. Lourenço Martins ocupa. Esse órgão, a ser criado, funcionaria em termos de planeamento, permuta de elementos informativos e de disposição de meios «numa visão supra-sectorial, ou seja, nacional».

Num discurso marcado pela brevidade, o empossado afirmou que «esta é uma das muitas missões a que um militar pode ser chamado» e, recordando o juramento que os militares prestam no início da sua carreira, comprometo-se a servir a Pátria e a serem fiéis aos princípios de honra, o major Viegas acentuou: «Aquele juramento feito há muitos anos mantém para mim todo o seu valor e significado».

APARECEU O CORPO DA JOVEM DE ALIJÓ

Aludimos acima à criminalidade, transcrevendo parte do discurso de Pedro Macedo (ministro da Justiça), e a importância da possível criação de um Conselho Coordenador de Polícias. Nada mais a preceito, tendo em conta o facto do corpo da jovem Leónia Augusta Pereira Lopes, de 21 anos, que desaparecera de Alijó na passada quarta-feira, ter aparecido num campo de vinha nos arredores daquela vila duenesa, há precisamente dois dias. O corpo de Leónia Lopes, mestiça, natural de Angola e órfã (vivia com os padrinhos), foi encontrado por duas jovens.

Uma brigada da secção de homicídios da PJ do Porto encontra-se em Alijó para investigar o caso, admitindo tratar-se de um caso de violação e estrangulamento. De acordo com os investigadores, a jovem foi sequestrada e torturada, como o comprovaram as queimaduras com pontas de cigarro que o seu corpo apresenta.

INQUÉRITO EM MAR- CHA

Leónia Lopes, 21 anos, mestiça, era natural de Angola. De Angola, Moçambique, Guiné e Timor são os 1700 desalojados das ex-colónias que em condições subumanas vivem (ou vegetam?) no Centro de Acolhimento Colectivo do Vale do Jamor, na esperança de melhores dias. Sobre este e um alegado desvio de alimentos do armazém aí existente vão as autoridades policiais, provavelmente ainda esta semana, dar a conhecer o resultado de um inquérito sobre o mesmo levado a cabo, uma das razões por que uma desalojada, que foi jornalista, fez greve da fome na Praça do Comércio como o «DL» na oportunidade noticiou.

Informam entretanto os dirigentes do Centro que não está a correr qualquer inquérito à administração e que não haverá razão para tal, uma vez que ainda em Abril deste ano foi feita uma inspecção às fontes. Os desalojados por seu turno, defendem que se proceda «a um esclarecimento total e de vez» acerca da utilização das verbas aplicadas na assistência às populações regressadas das ex-colónias.

BALEADO DA COSTA EM ESTADO GRAVE

O jovem Carlos Alberto Filipe dos Santos, de 19 anos, pescador, baleado pela PSP da Costa da Caparica ao

princípio da madrugada de ontem, encontra-se, afinal, em estado grave no Hospital de S. José, depois de várias horas de internamento na Sala de Observações daquele estabelecimento hospitalar. Tudo começou, como ontem noticiámos, no «Edis Club», quando Mário da Conceição Lázaro, de 46 anos, igualmente pescador e figura muito popular naquela vila piscatória, insistiu em pagar a sua conta pela segunda vez. O gerente aceitou a «oferta», os clientes riram, Mário Lázaro, já um pouco tocado pelo vinho (era dia de S. Martinho), foi expulso. E, sem para tal ser chamado, o «84» (número de um agente da PSP que ninguém na Costa aprecia), retornado de Angola, que «resolve tudo à pancada», (na versão dos que moram no Bairro dos Pescadores), interveio à bastonada, prostrando-o no solo, sem sentidos.

Dois dos filhos vieram em sua ajuda, a multidão amontoou-se, o «84» recebeu reforços e insistiu em sovar até às costuras o quase quinquagenário. Confusão, gritos, e às tantas, forma-se uma «peregrinação» para a esquadra, com o jovem Carlos Alberto a liderar. Aparece de novo o «84», leva uma primeira sova, os protestos e o avanço não param, e outra nova sova no polícia de que ninguém gosta na Costa. Depois, com a esquadra já apedrejada (e alguns vidros partidos), a polícia começou a disparar «para o ar», atingindo com duas das mais de vinte balas que ecoaram o jovem em questão nas pernas e no abdómen (?).

GF: MAIS UM BATA- LHÃO

Coimbra será o centro de um novo batalhão da Guarda Fiscal, a instalar naquela cidade provavelmente nos primeiros meses do próximo ano. Para o efeito, os responsáveis da corporação estão a proceder a estudos com vista a determinar com exactidão a área do novo Batalhão, que terá o número 4. A principal das dificuldades reside, neste momento, na falta de edifícios.

À MÃO ARMADA

Soube-se ontem que uma fábrica de fição de Viana de Castelo foi assaltada, no passado domingo, por três desconhecidos armados que imobilizaram o guarda apoderando-se de valores ainda não inventariados. Os assaltantes, munidos de metralhadora e duas pistolas, introduziram-se no local por arrombamento.

“GHETTO” DAS FONTAÍNHAS — VENDA NOVA

Um buraco no escuro para mil e seiscentas crianças

Três mil pessoas (entre as quais cerca de mil e seiscentas crianças), vivem num chiço chamado «bairro das Fontainhas, à Venda Nova. Não há esgotos, as barracas, na sua maioria de madeira, «taboan» ou chapa zincada, mal protegem da chuva e do vento — que de frio é bom nem falar. Ainda por cima, para todo o fontanista, existe apenas um único fontanário. E quatro ou cinco famílias vivem em tendas do exército, colocadas ali «provisoriamente» há cerca de dois anos, hoje autênticos farrapos que não abrigam coisa nenhuma.

Das três mil pessoas que ali vivem antes, que ali sobrevivem da pior maneira, noventa por cento são emigrados cabo-verdianos, cinco ou seis por cento, gente oriunda de outras ex-colónias e o resto da população constitui-se por algumas famílias brancas, que isto de se ser pobre até ao extremo, atinge todas as raças e credos.

Durante o apontamento de reportagem que ali realizámos, muitas foram as queixas daquela gente. Luciano, natural da cidade da Praia (Cabo Verde) e actualmente funcionário de limpeza da Câmara Municipal de Oeiras, casado, cinco filhos, disse-nos:

— Como o sr. vê, aqui tudo é muito mau. Não só vivemos a monte, em turgúrios que mal dariam para abrigar animais, como sentimos bem na carne, uma diferença quase total pelas nossas reivindicações, que ninguém parece querer escutar. Mesmo as entidades cabo-verdianas em Lisboa, como que nos ignoram. E isto dói.

Enquanto Luciano falava, um grupo de garotos brincava numa poça fétida a alguns metros.

— E as crianças? — indagámos. — Têm apoios? Escola? Creche? Luciano sorri amargamente: — Bom, a escola é na Venda Nova, bastante longe. Quanto a creches para mantermos os nossos filhos, nem uma amostra. As mulheres que têm de ir trabalhar, vêem-se obrigadas a deixá-los por aí, com todos os riscos inerentes. O sr. sabe... Aqui também

há droga e nem toda a gente é assim tão recomendável.

— Mas não existe policiamento?

— Policiamento... Olhe, de vez em quando aparece por cá a Guarda Republicana e não sei que informações trazem, que só lhes dá para invadir as barracas das pessoas pacíficas, altas horas da noite, quando calha. Posso citar-lhe vários exemplos.

Também Agostinho, dono de um «tascó» de madeira e lata metido no umbigo do bairro, nos afirma:

— A minha casa ardeu vai fazer um ano ou mais. Pedi que me ajudassem. Nada. Agora, como vê estou a comprar tijolo para levantar uma casa mais segura.

Um camião descarregava tijolo. Garotos e graúdos em fila indiana ajudavam ao transporte do material, desde a estrada até ao interior do bairro. O proprietário da camioneta, sr. Realista que fora contratado para o transporte do tijolo, ao fazer as contas com Agostinho, disse:

— São menos quinhentos escudos. Vocês são pobres e eu não ando nesta vida para explorar os pobres.

Um gesto a registar, mas que não passa duma gota de água no oceano das necessidades de homens como Agostinho, igualmente cabo-verdiano e de tantos outros que ali habitam por não terem direito a uma casa capaz.

— Eu ganho sete contos, seiscentos e setenta — acrescenta Luciano naquele seu tom de voz amargo. — Como posso alugar uma casa, ainda que a houvesse?

Vimo-nos rodeados por um grupo de habitantes das Fontainhas. Todos eles anseiam sair dali, ter «uma casa», creche para os filhos, um mínimo de conforto. E sobretudo, exigem que os oçam. De cada vez, dizem-nos, que se dirijam a uma qualquer entidade, seja ela a câmara municipal ou outra, escutam algumas promessas que... nunca se concretizam.

— Porque não constituem uma

comissão de moradores que lute pelos vossos interesses?

Resposta:

— A gente não percebe nada dessas coisas. Há uma comissão de moradores na Venda Nova, mas nós não temos lá representação. E há quem nos aconselhe a não nos metermos muito nessas comissões por causa da política.

Entretanto, no meio do aglomerado e à sua volta, cerca de mil e seiscentas crianças encontram-se à mercê de todos os riscos: fome, desamparo, droga, o perigo da estrada próxima, falta de higiene, doença. Os pais cabo-verdianos das Fontainhas admiram-se, tristemente, que apesar de assim serem considerados, o Estatuto do Emigrante não funcione para eles, como funciona para todos os emigrantes. E perguntam-se que crime cometeram ou em nome de quê se vêem lançados no «ghetto» e na indiferença.

Josué da Silva

Actividade de polícias e ladrões

Ferramenta de alta marcenaria no valor de duzentos e treze contos foram o único objectivo que terá movido os gatinhos que na noite passada assaltaram as instalações da firma Lourenço Gomes e Castro, situada na Quinta da Barbosa em Odivelas.

Em outro assalto já o interesse dos assaltantes se dispersou entre aparelhagem sonora, colecção de relógios e artigos em ouro, no valor de duzentos contos, segundo o cálculo da vítima, António Fernandes da Silva residente na Avenida Mousinho de Albuquerque, catorze em Lisboa.

Numa tentativa de contrariar o evidente aumento de criminalidade, a Polícia Judiciária, terá prendido na semana transacta, dez indivíduos acusados de vários crimes: um portador de documentos de identificação falsos; dois na posse de molhos de

chaves de portas que confessaram haverem sido por si forjadas para assaltos; seis com mandados de captura ou pedidos de paradesios pendentes e, finalmente, um que antes se de-

dicava à angariação de empregadas domésticas para Espanha, negócio em que na sua inócua aparência encobria o vulgar tráfico de mulheres para serem exploradas na prostituição.

Assalto rendeu mil contos

Rendeu mil contos em dinheiro português e estrangeiro o assalto a um estabelecimento situado no Outeiro da Bela Vista, em Cascais, na Rua Manuel Correia.

O estabelecimento pertencente a António Joaquim Marques foi primeiramente arrombado e do seu interior os gatinhos apenas retiraram dinheiro, não se interessando por qualquer outro dos muitos valores ali existentes.

Em Santa Iria da Azoia, na Rua Guerra Junqueiro uma residência também foi vítima de arrombamento na noite passada, pertencente a António José Teixeira que calcula em cento e dezasseis contos o valor de todas as peças de ouro que lhe roubaram.

E evidente assim que as localidades à volta da capital, onde o policiamento é mais reduzido, está a ser alvo de uma maior actividade da delinquência.

Atenção moradores de Vila Franca, Sacavém, Odivelas, Amadora Almada, Baixa da Banheira e ENTRONCAMENTO

PREÇOS NUNCA VISTOS

	ERA	É
Quarto casal moderno.....	18 000\$00	11 950\$00
Quarto casal moderno.....	21 000\$00	12 950\$00
Quarto criança moderno (desde).....	15 000\$00	9 500\$00
Jogos de mapas (desde).....	7 000\$00	6 500\$00
Quartos Século XVII — Mogno.....	33 000\$00	25 950\$00
Salas Século XVII — Mogno.....	38 000\$00	32 500\$00
Mesas de refeição tampo vidro.....	8 000\$00	4 950\$00
Cadeiras cromadas.....	2 200\$00	1 580\$00
Estante c/ cristaleira.....	18 500\$00	9 500\$00

MUITAS MAIS MOBILÍAS E MAPLES

A.S. NUNES - FABRICANTES

R. de S. José, Lote 1, r/c. - Tel. 2510029 - SACAVÉM
R. Conceição Sameiro Antunes, 13-B (Junto ao Pão de Açúcar)
Cova da Piedade
R. Elias Garcia, 25 - Tel. 976597 - V. Nova - AMADORA
R. Palha Branco, 73 - Tel. 06322081 - V. FRANCA DE XIRA
R. Guilh. G. Fernandes, Lt. 13 - Tel. 917336 - ODIVELAS
R. Padre José Feliciano, 15 B - BAIXA DA BANHEIRA
R. 5 de Outubro, 63 - ENTRONCAMENTO

EVA, LDA

CABELEIREIRO



O MESMO CAMINHO
O TEMPO MELHOR APROVEITADO
O MENOS DINHEIRO POSSÍVEL

PR. MARQUÊS DE POMBAL I
RUA C. CASTELO BRANCO 23

ARMAZÉNS

“ZINID”

de JOSÉ RODRIGUES JÚLIO
TEL. 22158

Armenista e Importador de Bicicletas, Motorizadas
e Acessórios

AGENTE OFICIAL

da Scooter «Lambretta» e da Moto «Yamaha»
STAND EXPOSIÇÃO ARMAZÉM E ESCRITÓRIO
Avenida Pedro Vitor, 46-52 Rua Dr. Jacinto Nunes, 17

VILAS FRANCA DE XIRA

O CASO DA COOPERATIVA MILITAR

A quem interessa que não haja corpos gerentes eleitos?

O caso da Cooperativa Militar está longe de ser um caso encerrado e sanado.

Como se sabe, a 2 de Dezembro de 1977, num acto eleitoral singular na história daquela Cooperativa, foram eleitos os corpos gerentes para o triénio de 78-80. A Assembleia Geral convocada segundo as normas estatutárias, compuseram 84 associados, que elegeram por unanimidade os novos directores. Nunca, até então, uma direcção daquele organismo fora eleita por tão grande número de sócios — é de referir que para o anterior triénio (76-78), a eleição foi realizada com a presença de apenas oito sócios. Apesar disto e de terem sido cumpridas todas as normas estatutárias, o então chefe do Estado-Maior do Exército decidiu-se pela impugnação, o que para muita gente do meio terá sido uma forma de dar força de lei às manobras que certa faixa militar vinha levando a cabo para não perder a direcção daquele estabelecimento cooperativo. A impugnação baseava-se, segundo o despacho dimanado pelo EME, no facto de se «constatar que a portaria que aprovou os novos estatutos da Cooperativa Militar, em 20 de Novembro de 75, não foi publicada em «Diário do Governo», omissão que — afirma-se no citado despacho — «nos termos gerais de direito, conduz à sua inexistência jurídica...»

Pensa-se que tal despacho, só por si, pretende ir mais longe, ou seja, pretenderia ilegalizar a existência de milhares de sócios do estabelecimento em causa. Isto cria ainda um outro problema: se os estatutos da Cooperativa Militar se encontram feridos de inexistência jurídica e ininvocababilidade, quer dizer, ao aconselhar-se no mesmo despacho a «actual» direcção a «convocar uma assembleia geral com vista à eleição dos novos corpos gerentes» com base nos estatutos assim feridos, retira-se automaticamente toda a legalidade de actuação àquela direcção, uma vez posto em causa o seu suporte jurídico.

Seja como for, a verdade é que decorreram quase dois anos sobre o despacho de Rocha Vieira e, que se saiba, nenhuma diligência foi feita pela «actual» direcção, para promover novas eleições. Sendo estranho, este procedimento leva a perguntar-se o EME ou os corpos gerentes da Cooperativa não se preocupam em cumprir o referido despacho assinado pelo então chefe do Estado-Maior, querera dizer-nos, que, em «casos especiais», a tão invocada disciplina é letra morta de acordo com determinadas conveniências? Ou poder-se-á deduzir, depois de tudo o que se passou — e do que não se passou —, que o despacho em questão não substanciou mais do que um subterfúgio para

evitar a tomada de posse dos corpos gerentes eleitos democraticamente em 2 de Dezembro de 77 e ainda para travar outras eleições — cujo prazo se aproxima — e até mesmo Assembleias Gerais? Se democracia, dentro ou fora das Forças Armadas, é «boicotar», menosprezar ou desautorizar as leis democráticas, então deixemo-nos de paliativos e tenhamos a coragem de dizer às pessoas deste País que espécie de «regime democrático» é que pretendemos instaurar.

Por outro lado, se atentarmos na «gestão» da «actual» — o comando quer dizer apenas que a sua «actualidade» foi imposta e não considerada em eleição democrática, como já se viu —, é de tal modo ruinoso que qualquer leigo na matéria logo admitiria a sua imediata demissão. Vejamos: prejuízos de exercício relativos a 1977: 228 797\$20; prejuízos de exercício relativos a 1978: 2.611 786\$00. É o que se chama levar «à glória» a quase centenária Cooperativa Militar.

Entretanto, é evidente que esta gestão — se gestão se pode chamar —, só se tornou possível por razão do já citado despacho.

E se houvesse que pedir responsabilidades, não seria de começar por quem lhe deu corpo e vida?

Também é provável que o actual chefe do Estado-Maior do Exército haja sentido o peso de

tão estranha responsabilidade perante as contas apresentadas, visto que se trata de dinheiros públicos perdidos. Daí talvez a necessidade de uma solução «arranjada» sobre o despacho 226/79, com o qual se nomeia uma Comissão Administrativa para substituir os, demasiado «enraizados», corpos gerentes em exercício imposto. Naturalmente que também aqui se apresenta um outro problema: ninguém vai entender como é que uma Cooperativa (mesmo militar) pode admitir uma Comissão Administrativa nomeada (pelo CEME), quando num artigo estatutário se diz «que em casos não previstos nos estatutos ou nas disposições das leis aplicáveis, compete ao Ministério do Fomento intervir, correndo exclusivamente pelo mesmo ministério os assuntos que interessam à sociedade».

Entretanto, repare-se que, tal qual a «actual» direcção, a referida Comissão Administrativa deixou passar seis meses sem tomar as medidas prescritas para a normalização da situação: não fez, sequer, a publicação em «Diário do Governo» das novas normas estatutárias, que foi, como já se disse, o cavalo de batalha para a preterição duma direcção democraticamente eleita.

Afinal, no caso da Cooperativa Militar, a quem interessa o impasse marcado por uma impugnação apesar de tudo duvidosa?

BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS

Meio milhar no VII Encontro

O VII Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas decorrerá entre amanhã e sábado, na Reitoria da Universidade de Lisboa, com a presença de cerca de 500 profissionais afectos àquelas áreas. Representantes de países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente Angola e Cabo Verde, bem como do Brasil, participarão nos trabalhos, que terão também a presença de altas individualidades oficiais e de enviados de países como Inglaterra e França.

«Planificação da Infra-estruturas da Informação» é o tema nuclear e à sessão inaugural deverá presidir o prof. Sedas Nunes, ministro da Ciência e Cul-

tura, para o efeito convidado. No primeiro dia, mas à tarde, haverá uma mesa-redonda na qual participarão personalidades de diversos ramos, como Isabel Magalhães Colaço, Rogério Fernandes, Protes da Fonseca, Miriam Halper, Joaquim Letria, Caldeira da Silva, Joel Serão e José Manuel Serrão.

Os trabalhos de quinta e sexta-feira serão ocupados por uma apresentação de comunicações e mesas-redondas sobre planeamento de redes de bibliotecas, arquivos e serviços de documentação, devendo o encontro terminar, sábado, com a leitura das conclusões.

Quanto vale a fruta que temos?

● JNF ao seu dispor

Todas as semanas, sensivelmente no mesmo dia, apresentamos aos nossos leitores os preços das espécies de frutas que temos, veiculando informações dimanadas da Secretaria de Estado do Comércio Interno. Desnecessário será uma vez mais dizer que a sua enunciação tem em vista esclarecer os muitos milhares de utentes dos postos regularizadores da Junta Nacional de Frutas espalhados pelo país.

Para esta semana (que começou ontem e vai até sábado), informa-se que os preços da

fruta da JNF nos seus postos regularizadores é o seguinte:

Bananas. 65\$00/Kg. Limões. 25\$00/Kg. Maça «golden». 12\$00; Marmelos, 10\$00; Maça «starking», 17\$50; Pêras. 14\$00; Tânger, 15\$00; Abóbora. 7\$50; Alfaces, 39\$00; Alhos. 52\$00; Batata. 15\$50; Batata-doce, 13\$00; Cebolas, 11\$00; Cenouras, 13\$00; Couve portuguesa, 19\$00; Coube lombarda. 13\$00; Nabos, 16\$00; Feijão Branco fidalgo, 52\$00; Feijão catarino, 52\$00; Feijão manteiga, 62\$00; Castanhas, 27\$00/Kg. e Miolo de amêndoa inteiro. 360\$00.

FEIRA DA GOLEGÁ

Cavalo foi rei

Durante nove dias, o cavalo recebeu merecidas honras na Golegá, por ocasião da Feira de S. Martinho, que ontem encerrou naquela vila ribatejana. Claro que a feira também prestava homenagem à castanha, à água-pé, à azeitona, ao presunto e até mesmo às quinilharias que outrora eram de barro ou madeira e hoje são de plástico. Mas o cavalo vinha primeiro. A Golegá, de resto, segundo a tradição, deve a sua existência ao cavalo.

Teria sido uma galega (e daí Golegá), de nome incógnito, que ali montou taberna nos longínquos tempos de Sancho I, que vinha a evoluir para muda de cavalos e mais tarde transformada, em mala-posta. A existência de numerosos equinos no local e as naturais condições de pasto, que raro falta nas margens do Tejo, levou a povoação a tornar-se no mais importante centro de criação de cavalos de todo o Portugal.

De criação do cavalo lusitano, apuramento de uma raça local (talvez melhor, da Bética Lusitana que se estende até à actual Andaluzia), presentemente o único animal que Portugal exporta e que contribui, ainda que modestamente, para a necessidade de equilíbrio da balança de pagamentos.

Um cavalo não tem propria-

mente preço. Para remonta não valerá mais do que 50 ou 60 contos, mas aspectos sentimentais ou mais simples elevam facilmente esse preço para os 150 ou os 200 contos.

E um cavalo «trabalhado», para fazer as suas habilidades numa praça de toiros, pode valer não menos de 600 contos.

Em 1977, depois de um interregno negativo, o cavalo pesou 50 mil contos nas nossas exportações. Em 1978 o número subiu para cerca de 70 mil contos. É possível que este ano se possa atingir a centena de milhar de contos, sobre tudo depois da recente criação do Centro Nacional de Produção Cavalar, na herdade de Pancas, e do reforço do trabalho que, de há muito, vem sendo levado a efeito na coudelaria de Alter.

Animal «aristocrático» e destinado às «élites», recriminação que lhe é frequentemente lançada, o cavalo — de resto como o toiro bravo — necessita de grandes espaços. Dois ou três hectares por égua, área suficientemente para alimentar algo como quinze vacas de leite ou de carne, problema que foi abertamente pela Reforma Agrária e hoje ainda não totalmente resolvido, apesar dos sucessivos incentivos lançados à criação do cavalo.

Fábrica clandestina de «whisky» em Almocageme

Candongueiro mexia o líquido com um «black and decker»

A Guarda Fiscal de Lisboa (Batalhão n.º 1) detectou uma fábrica clandestina de whisky e deteve o seu explorador, em Almocageme, a 35 quilómetros da capital. O proprietário, cujo nome não foi revelado, aprestava-se para lançar no mercado mais de mil garrafas (exactamente 1145), o que não aconteceu pelas razões acima referidas. Em vez disso, foi detido e enviado ao Tribunal de Sintra.

A operação foi levada a cabo — salienta uma nota da GF — na passada sexta-feira, mas só agora tornada pública. A corporação actuava na exploração de informações previamente recolhidas. Se o produto apreendido tivesse sido lançado no mercado, o infractor realizaria facilmente cerca de 2126 contos, afectando não só a economia nacional como o consumidor. Atentaria também, ao que se julga, contra a saúde pública. É por este triplo crime que deverá responder. O material apreendido foi, com o infractor, entregue ao mesmo tribunal.

Para ficarem com uma ideia

do «poder criador» do falsificador, vejamos as marcas de bebidas prontas para serem lançadas no mercado: «Whisky» — «Chivas Regal», «Ballantines», «White Horse», «Dimple», «Lord Ronald» e «Vat 69», entre outros: gin — «Gordons» e «Gruiser»; material para ser lançado avulso no mesmo: 700 litros de whisky

avulso contidos num barril e Jericans, no valor de 350 contos; 500 garrafas vazias; 250 garrafas de álcool também vazias; mais 15 garrafas com álcool; 3900 selos para garrafas; 12 cápsulas; 13154 rótulos de diversas marcas, 3990 das quais de «White Horse», 2953 de «J & B» e 1982 de «Ballantines»,

assim como 1975 de «Johnnie Walker».

Para funcionamento da fábrica, o homem tinha, entre outro material, uma bomba eléctrica, 2 capuladores, um «black and decker» para mexer o líquido, 12 caixas de grampos, um rádio portátil e 48 cartuchos de marca «Bana».

ESTA MANHÃ EM LISBOA

Embaixador israelita ferido em atentado

Continuação da pág. 1
não pode deixar de condenar aquele acto uma vez que é apologista do diálogo permanente entre todos os interlocutores da causa árabe.» E sublinha «que se pretende denegrir a imagem de todas as pessoas moderadas e sensatas que defendem a causa árabe».

Também Silas Cerqueira da organização da Conferência Mundial que recentemente se realizou em Lisboa disse que o ataque ao embaixador «é um acto moral e politicamente inqualificável e repugnante». Trata-se de um acto terrorista mas quevevalicammente urdido contra a política da OLP e contra a Conferência Mundial de Apoio à Causa Palestiniana. Silas Cerqueira frisou que o atentado pretende atingir a justa imagem deixada por aquela Conferência na opinião pública portuguesa. Este atentado segundo Silas Cerqueira, atinge também a OLP ao procurar fechar-lhe as portas da Europa Ocidental que tinham sido abertas em Portugal, e in-

tervem como factor desestabilizador na conjuntura político-eleitoral portuguesa.

Também o «Bureau» da OLP em Madrid tomou de imediato posição sobre o acontecimento sublinhando em telefonema para o «DL» «que a OLP não tem nada a ver com este ataque já que nós lutamos militarmente dentro da Palestina ocupada. Pensamos que este ataque tem por objectivo deteriorar as relações entre palestinianos e portugueses especialmente depois da vitória política e diplomática conseguida pela OLP com a presença de Arafat em Lisboa e os seus encontros com o governo e o povo português que mostrou a sua solidariedade com a nossa justa causa.» A terminar o porta-voz afirmou: «Israel com a sua política fascista não tem só por inimigo o povo palestiniano pois tem mais em toda a parte».

A Associação Portugal-Israel que também tomou posição considerando que esta tenta-

tiva terrorista é resultado das «amabilidades» concedidas a Arafat.

O atentado ao embaixador de Israel é «um acto puramente criminoso que o PS condena totalmente» disse Alberto Arons de Carvalho, porta-voz do Partido Socialista.

«Trata-se de um atentado condenável, que nada justifica, que o PS condena, apologista como é do diálogo e da paz» — acrescentou.

PJ

A Polícia Judiciária iniciou de imediato as investigações, após as pesquisas iniciais da Polícia de Segurança Pública.

Uma equipa da secção central de investigação das actividades concertadas de violência da PJ continua no local do atentado ao embaixador israelita, não podendo até ao momento fornecer quaisquer informações.

Cultura austríaca em Coimbra

O embaixador da Áustria em Portugal esteve ontem em Coimbra, na abertura dum ciclo de conferências sobre a cultura austríaca que começou na Faculdade de Letras.

O próprio diplomata interveio na sessão inaugural, falando sobre a formação histórica da Áustria e a especificidade da sua cultura. Depois esteve no Insti-

tuto de Estudos Alemães onde fez uma entrega de livros de Germanística e Direito?

O ciclo de conferências ontem inaugurado visa mostrar a especificidade e características próprias da literatura austríaca de expressão alemã, e está a cargo de catedráticos da Universidade de Graz (Estíria).

Nas intervenções de ontem foram abordados costumes e dialectos dos estados federais austríacos e continuam amanhã com a evolução histórica da literatura austríaca desde 1900.

Das intervenções de hoje, destaque para a do jovem escritor austríaco Wolfgruber, que lerá parte dum romance seu inédito. O ciclo termina hoje.

DIZ A AAPA

Foram nazis e não árabes
que dizimaram os judeus

A Associação dos Amigos dos Países Árabes, (AAPA), em comunicado divulgado em Lisboa,

Portugal
-Argentina
— vistos
abolidos
a partir
de 5.ª-feira

A partir da próxima quinta-feira serão abolidos os vistos para os cidadãos portugueses e argentinos que viagem entre os dois países, segundo declaração à ANOP do embaixador argentino em Lisboa.

O acordo consular que prevê a abolição dos vistos foi assinado no mês passado em Buenos Aires.

Na Argentina encontram-se actualmente cerca de 50 mil portugueses, a maioria dos quais vivendo nos arredores de Buenos Aires. Os portugueses radicados na Argentina, na sua maioria originários das províncias do norte de Portugal, dedicam-se à agricultura e à criação de gado.

Walter Costanza, o embaixador em Portugal desde Setembro passado, disse também que «está praticamente finalizado o projecto de um acordo de comércio a apresentar pela Argentina a Portugal para assinatura entre os dois países».



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
E INDÚSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral
dos Serviços Eléctricos
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sede em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP — Direcção Distribuição Tejo — Zona Lisboa a que se refere o Processo 8/65 785 Arquivo 14, para o estabelecimento no concelho de Vila Franca de Xira, da modificação da linha aérea a 30 kV, n.º 107, entre o Posto de Seccionamento 4134 e o apoio n.º 83, com 226 metros de comprimento, e com seccionamento no Posto de Seccionamento n.º 4817, em Verdelha.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser apresentadas na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repatrição de Licenciamento, em 31 de Outubro de 1977.

O DIRECTOR DE SERVIÇO,
José Flores

«lamenta que a Embaixada de Israel pretenda manipular a opinião pública portuguesa com o seu comunicado contra a Conferência Mundial de Solidariedade com o Mundo Árabe».

A AAPA «cha a atenção para o facto de na referida conferência terem participado igualmente alguns judeus, pelo que, uma vez mais, convém fazer a distinção entre o Judaísmo e o Sionismo».

O comunicado, assinado por Suleiman Vally Mamede, presidente da AAPA, afirma que na conferência realizada recentemente em Lisboa, «foi atacado o Sionismo, como uma doutrina expansionista, agressiva e racista, e nunca o Judaísmo».

A AAPA «reitera a sua completa solidariedade à OLP, legítima representante do povo palestino» e diz que a «responsabilidade pela morte de cerca de seis milhões de judeus, durante a Segunda Guerra Mundial, cabe aos nazis e não aos árabes».

O comunicado afirma por fim que «não é concebível que a Embaixada de Israel pretenda manipular, de maneira antiga, a opinião pública portuguesa».

EM VISEU

V. Constâncio insistiu
na integração europeia

Organizada pela Fundação de Quental, realizou-se no sábado, em Viseu, um colóquio sobre «Integração Europeia e Desenvolvimento Regional».

A intervenção de fundo esteve a cargo de Vítor Constâncio, que expôs, perante uma assistência de algumas dezenas de quadros

Notariado Português
Monita & Araújo,
Limitada

Eu abaixo assinado, ajudante do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, sito na Avenida Almirante Reis, número 202, rés-do-chão, certifico para efeitos de publicação que por escritura de 18/10/79, lavrada nas notas deste Cartório no livro G-95 de folhas 11 a folhas 12 verso, António Augusto Siquenique Morita e Mário Alberto Gonçalves de Araújo, como únicos sócios da sociedade em epígrafe, sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, reforçaram a capital da dita sociedade com o quantum de 600 000\$00, ficando assim elevado para 800 000\$00.

A importância do reforço foi subscrita e realizada a dinheiro em partes iguais, ou seja:

António Augusto Siquenique Morita, 300 000\$00
Mário Alberto Gonçalves de Araújo, 300 000\$00

Pela mesma escritura alteraram o artigo 3.º do respectivo pacto nos termos seguintes:

3.º — O capital social é de 800 000\$00, está integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrituração, e corresponde à soma das quotas dos sócios: uma quota de 400 000\$00 pertencendo a cada sócio.

§ único — Os sócios são obrigados a prestações suplementares de capital desde que a assembleia geral o deliberar pela unanimidade dos votos representativos de todo o capital social.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial, que vai conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

Lisboa, 29 de Outubro de 1979.
A AJUDANTE,
J. Aquina Rita Gíao de Rodrigues
Falcato

Restringir a Lei do Aborto

Derrota sem precedentes
para Begin
no Parlamento de Israel

O primeiro-ministro israelita, Menahem Begin, recebeu ontem em Jerusalém um golpe sem precedentes contra a sobrevivência do seu Governo com a derrota parlamentar de uma proposta de lei sobre o aborto.

O projecto foi derrotado por um empate de 54 votos.

O partido «Agudat», ultra-ortodoxo, ameaçou abandonar a coligação governamental de Begin, caso uma cláusula liberal não fosse retirada da Lei sobre o aborto, sendo ainda desconhecido o que este partido vai fazer.

Uma retirada do «Agudat» deixaria Begin com apenas 60 dos 120 membros do «Knesset», um a menos do que a maioria.

Mas uma retirada não significaria automaticamente o colapso da coligação de Begin, pois seria divulgado apenas se não conseguisse reunir pelo menos 61 votos para derrotar uma moção de não confiança ao Governo.

A derrota de Begin nesta votação surgiu de forma surpreendente, pois o bloco governamental «Likud» apresentou a moção

esperando a sua aprovação.

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Moshe Dayan, votou contra e assim o fizeram também alguns membros da coligação de Begin.

O voto foi um dos mais dramáticos do Parlamento israelita, e a contagem dos votos teve que se fazer nada mais nada menos que três vezes. Quando os resultados definitivos foram anunciados pelo presidente do «Knesset», Yitzhak Shamir, foram calorosamente aplaudidos pelo público que se encontrava nas tribunas dos visitantes, enquanto a oposição se regozijava e os deputados religiosos não escondiam a sua consternação.

O projecto governamental destinava-se a suprimir a cláusula das «razões sociais» da Lei, autorizando o aborto, por razões de ordem psicológica, social e económica, que actualmente permitem a gravidez com os custos a cargo da segurança social. Esta foi a primeira derrota parlamentar do Governo de Begin desde que assumiu o Poder.

NA SUÉCIA

Também na Suécia, a legislação sobre o aborto, uma das mais liberais do Mundo, poderá vir a ser modificada, devido às incidências demográficas. Pretende o legislador encorajar a natalidade pelo melhoramento da protecção social e da ajuda às «famílias numerosas». Um projecto de emenda da lei de 1975 foi apresentado por vários parlamentares dos partidos «burgueses» que consideram a actual lei «muito permissiva». Na Suécia a lei confia à mulher e só a ela o direito de uma interrupção da gravidez até à 18.ª semana. Única restrição: uma consulta obrigatória com a assistente social da 12.ª à 18.ª semana.

Contrariamente à legislação de outros países, a cláusula de consciência concedida ao médico não é na Suécia um impedimento à interrupção de gravidez. Um médico ou o pessoal assistente não está obrigado a praticar esta intervenção se ela vai contra as suas convicções morais ou religiosas. Mas o chefe da clínica ou do hospital é obrigado a empregar um número suficiente de pessoas para que a intervenção seja sempre possível sem demoras.

O Parlamento decidirá dentro de algumas semanas se aceita ou não estudar esta moção, mas é pouco provável, segundo os especialistas, que venha a verificar-se uma grande mudança.

Novo
embaixador
de Portugal
em
Cabo Verde

O novo embaixador de Portugal em Cabo Verde, Duarte Vaz Pinto, deve apresentar as suas credenciais ao presidente Aristides Pereira no próximo dia 16. Aquele diplomata exerceu antes funções de conselheiro da Embaixada de Portugal em Washington e esteve colocado no Cairo, em Lisboa, em Nova Iorque e em Leopoldville. Duarte Leite vai também integrar em Lisboa a delegação governamental portuguesa à terceira reunião da comissão mista permanente luso-cabo-verdiana.

Cornélio da Silva, anterior embaixador de Portugal em Cabo Verde num período em que as relações entre os dois países sofreram incrementação razoável, deve vir a ocupar um alto cargo na nova direcção-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Entretanto, em Cabo Verde atribui-se grande significado político à visita de Ramalho Eanes, prevista para o primeiro semestre do próximo ano. Ramalho Eanes vai inaugurar na Cidade da Praia as novas instalações da Embaixada de Portugal e proceder à abertura solene do novo Centro Cultural Português que se prevê tenha um amplo papel no intercâmbio cultural entre os dois países.

ENSINO

Conselhos
científicos
tentam
paralisar
Universidade
do Porto

PORTO. — Numa conferência de Imprensa, que decorreu na Faculdade de Engenharia, delegados sindicais de estabelecimentos do Ensino Superior analisaram problemas relacionados com as tentativas feitas no sentido de paralisar o funcionamento da Universidade do Porto.

Durante a reunião, foi apresentado um documento em que os delegados das faculdades de Engenharia e de Letras, do Instituto Superior de Economia e da Escola Superior de Belas-Artes expõem as suas posições, facto que suscitou debate, com várias intervenções, alegando alguns delegados que a abertura das aulas devia ser suspensa — uma vez que era desconhecido o texto do Estatuto da Carreira Docente, aprovado superiormente.

Foram feitas algumas intervenções em defesa do Estatuto, e revelado que o mesmo será publicado, nestes próximos dias, no «Diário da República».

No final do documento, os delegados sindicais deixaram bem clara a sua posição acerca dos últimos acontecimentos registados na Universidade do Porto, declarando que «não podem deixar de denunciar, energeticamente, esta decisão de paralisação de algumas escolas do Porto, que está dirigida contra o Estatuto, lesando assim os interesses profissionais dos docentes».

Lê-se, ainda, que «estas acções de paralisação tomadas por alguns Conselhos Científicos mostram a incorrecção da atribuição de poderes muito vastos a um órgão eleito como é o CC», e que «já não é a primeira vez que «os poderes dados aos Conselhos Científicos têm servido para lesar interesses profissionais dos docentes».

CIÊNCIAS
SEM AULAS

A direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências do Porto acusa o Conselho Científico de ser o causador da ainda não abertura do ano lectivo naquele estabelecimento de ensino. «É preciso sensibilizar a opinião pública para os graves prejuízos decorrentes de sucessivos adiamentos e apurar responsabilidades», disseram elementos daquela Associação em conferência de Imprensa.

Em jeito de explicação para a anomalia: «Não há perspectivas de tão cedo se iniciarem as aulas porque o Conselho Científico, de poderes omnipotentes, suspendeu o seu funcionamento, cancelando o serviço de assistentes já distribuído».

Esta atitude, dever-se-á, nas palavras dos estudantes, «ao facto de os professores catedráticos da Faculdade temerem que o novo Estatuto da Carreira Docente os não beneficie como queriam, do ponto de vista monetário e quanto a privilégios».

Dentro de dias realizar-se-á uma reunião geral de alunos «para serem tomadas as medidas adequadas» contra esta situação que a Associação de Ciências considera como «greve escondida» dos professores.

FOTOCÓPIAS

DESDE \$60

Encadernações, plastificações
e trabalhos em offset

Discoteca Filinto

Av. 5 de Outubro, 53-A — Tel.
535040

CORRUPÇÃO NO INSTITUTO DOS PRODUTOS FLORESTAIS?

**Advogado oferecia
às UCP's e cooperativas
"dinheiro da cortiça"
impossível de receber**

Indícios de corrupção surgem em torno de questão do dinheiro da cortiça pertencente aos trabalhadores da Reforma Agrária e que se encontra retido em organismos governamentais, segundo revela um comunicado do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Évora.

Tudo começou com a publicação da «lei da cortiça», que obriga as UCPs e Cooperativas Agrícolas a depositar na Caixa Geral de Depósitos, à ordem do Instituto dos Produtos Florestais, os valores provenientes da venda daquele produto.

Medida de carácter político, que visa, sem dúvida, o estrangulamento financeiro da Reforma Agrária, dado que usurpa às explorações agrícolas colectivas uma parte substancial da sua receita. Mais tarde um despacho do secretário de estado da Estruturação Agrária, João Goulão, ainda veio agravar a questão ao permitir que as Direcções Regionais de Agricultura retivessem cheques, no valor de milhares de contos, passados em nome das UCPs e Cooperativas, para liquidação dos 35%, previstos na lei, para despesas de descontentamento.

Se esta orientação do MAP era já de si escandalosa pelo que tinha de ilegal e discriminatório (os agrários podem comercializar livremente a cortiça) agora, de acordo com o Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas de Évora, tudo indica haver corrupção da «grossa» em torno da cortiça.

Um estranho advogado

Apesar das diligências efectuadas, as UCPs e Cooperativas não conseguem que o Instituto dos Produtos Florestais desbloquee o dinheiro da cortiça, o que parece ter sido tarefa fácil para um certo advogado com escritório aberto na zona do Saldanha, em Lisboa.

Na verdade, em determinada altura, um tal dr. Vítor Valle-Domingues, sem mais nem menos, dirige-se às UCPs e Cooperativas Agrícolas, através de uma carta-circular, a oferecer-lhes assistência jurídica, para os casos relacionados com o recebimento dos valores das vendas da cortiça.

Algumas UCPs e Cooperativas aceitaram a oferta do estranho advogado. Num curto espaço de tempo — demasiado curto para os entraves burocráticos que o Estado costuma colocar em operações desta natureza — o IPF envia para os serviços regionais do MAP um che-

que com a importância referente ao valor (ou parte dele) em dívida.

Claro que o eficiente advogado cobrava do «cliente» o correspondente a 15% do valor enviado em cheque. E o mais grave é que não passava aos trabalhadores o recibo de «pago», exigido pela lei, mas sim uma «nota de crédito» não selada, fugindo, assim, aos impostos.

Para cúmulo da fraude as UCPs e Cooperativas acabam por não receber um tostão porque, entretanto, os serviços do MAP, continuam a reter os cheques, graças ao despacho de João Goulão. Desta forma diversas cooperativas foram defraudadas em centenas de contos pelo dr. Valle Domingues que recebe à percentagem, provavelmente em convivência com as suas relações dentro do Instituto dos Produtos Florestais.

O Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas de Évora admite que alguém dentro do IPF forneça informações ao citado advogado sobre as cooperativas que têm dinheiro a receber da cortiça e considera muito estranho que um particular «ponha em marcha com tanta celeridade, os mecanismos internos de um organismo de Estado».

Na lógica do seu raciocínio deduz que se trata de mais um escandaloso caso de corrupção no interior do aparelho de Estado, onde o Governo de Mota Pinto instalou toda a espécie de gente, sem escrúpulos, ligada à CAP e às forças reacionárias que tentam, por todos os meios, destruir a Reforma Agrária.

Em face desta situação o Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas de Évora exige que o Governo abra um inquérito à actuação do Instituto dos Produtos Florestais, que revogue o Decreto-Lei 260/77, da autoria do I Governo, do Partido Socialista, e os despachos ilegais, de João Goulão, que permitem aos serviços do MAP reter os cheques e outras verbas das UCPs e Cooperativas e que pague a estas os valores em dívida.

A PRIMEIRA VISITA PRIMOMINISTERIAL NO SÉC. XX

Lurdes Pintasilgo auscultou problemas do Alto Minho

VIANA DO CASTELO, 13 — (do nosso enviado especial Luís Humberto) — Verdaderamente histórica foi a visita que Maria de Lurdes Pintasilgo fez, ontem e anteontem, ao Alto Minho, inserida naquilo que ela própria considerou ser, tão-só, «a rotina de trabalho e de realizações do V Governo». Com efeito, conforme sublinhou o governador civil, dr.

rios problemas concelhios nos domínios da Saúde (aos fins-de-semana há apenas um médico para os concelhos de Paredes de Coura, Valença e Monção), Habitação, Escolas, Saneamento, Electricidade, etc., a Primeiro-Ministro disse que tem faltado na implementação da constituição uma peça fundamental: a legislação relativa à

nistro frisou que estamos a funcionar com um tipo de orçamento e de gestão do orçamento que vem praticamente desde 1933 e que correspondia a um país pequeno, com uma administração centralizada. Hoje em dia, sublinhou, com as aspirações legítimas das várias regiões, nós precisamos não só de uma administração do orçamento que

lho de gerência do sector público».

Dirigindo-se directamente aos presidentes das câmaras, Lurdes Pintasilgo falou na legítima reivindicação dos seus legítimos direitos junto do poder central «que não existe para outra coisa, senão para servir as mesmas populações».

A Primeiro-Ministro visitou também os estaleiros navais, onde laboram cerca de dois mil trabalhadores. Um dos administradores referiu que, após uma ligeira falta de trabalho durante o 1.º semestre de 80, haverá plena ocupação até 1981, garantida por uma nova encomenda da URSS em vias de se concretizar. A propósito foi sublinhado que dois navios químicos noruegueses deram um prejuízo à empresa da ordem dos 500 mil contos, por o contrato celebrado em Março de 1974 ter sido feito em escudos.

Gonçalo Meira, do conselho de trabalhadores, referiu-se ao presente tranquilo e ao futuro relativamente promissor, aproveitando o facto para sublinhar a necessidade de desenvolver o sector público.

De tarde, Lurdes Pintasilgo foi a Paredes de Coura, onde o povo, apesar da chuva intensa, lhe proporcionou uma efusiva recepção.

No Soajo, aonde a Primeiro-Ministro se deveria deslocar também, antes de voltar a Lisboa, a frustração foi evidente. «Se não podia vir escusava de mentir, que de mentiras já estamos fartos» — disse-nos uma mulher, vestida de negro, junto ao edifício da Junta de Freguesia onde o povo a aguardava. Aquele povo tão habituado a falsas promessas, cansado e de quase nenhuma esperança ficou de facto desiludido. Na sua pureza desabafou outra mulher: «A gente tinha aquilo tão arranjadinho.» Aquilo era a sala da Junta com uma mesa para comer e beber, era o rancho, eram as flores...

A 5 quilómetros do Soajo um grupo de mulheres da aldeia de Vilar de Sente aguardavam-na, encharcadas, teimosamente à espera, não acreditando que a viagem tivesse sido anulada. E contaram ao «DL» os problemas que gostariam de colocar à eng.ª Lurdes Pintasilgo: falta de energia eléctrica, de água canalizada, uma escola de Madeira a cair, etc. E não acreditavam porque, já na véspera, indivíduos conotados com a «Aliança Democrática» haviam tentado desmobilizar a população, dizendo que quando a Primeiro-Ministro viesse não fizessem nada porque a altura não era para festas ou saudações.

Mesmo antes de partir para Lisboa, Lurdes Pintasilgo teria ocasião de manifestar ao «DL» a sua desolação com o cancelamento da visita. Quanto à viagem em globalidade considerou-a «extremamente positiva» na medida em que encontrou uma «vitalidade extraordinária na região, o que sugere acções a curto e a médio prazo».



Muito entusiasmo popular à volta de Lurdes Pintasilgo nesta sua deslocação ao Alto Minho. Aqui é o abraço das crianças. Mas por toda a parte foi esta alegria. Excepto no Soajo, onde a reportagem do «DL» viu a frustração de inúmeros locais só pelo facto de Lurdes Pintasilgo não ter lá ido, como estava no programa

Oliveira e Silva, durante uma reunião com os presidentes das câmaras, foi a primeira vez que, pelo menos no século XX, um primeiro-ministro visitou o Alto Minho.

Falando aos presidentes das câmaras, Lurdes Pintasilgo disse que os objectivos destas visitas de trabalho vão além da mera auscultação dos problemas. Tendem mesmo a resolver questões passíveis de decisão imediata e «bloqueadas por uma máquina administrativa que muitas vezes corta cerne às aspirações legítimas dos que governam e desejam corresponder às necessidades imediatas do País». A extrema burocratização e centralização do aparelho de Estado viria aliás a ser uma constante das suas intervenções.

DESBUROCRATIZAR E REGIONALIZAR

Depois dos presidentes das Câmaras terem apresentado vá-

regionalização. O que, acrescentou, faz com que «em cada um dos ministérios estejamos a braços com tentativas diversas de descentralizar e de desconcentrar». A situação é de tal ordem que faz com que se trabalhe nesta altura com 45 divisões regionais, sobreposição esta que torna «ingovernável do ponto de vista administrativo» toda uma série de problemas locais. Cabe às câmaras, disse Lurdes Pintasilgo, pressionar o Governo e a Assembleia da República para prioridade inequívoca quanto à legalização sobre a regionalização.

Depois de referir-se à necessidade «complementaridade de competências entre o poder local e o poder central, a Primeiro-Mi-

seja localmente autónoma dentro dos limites que a Assembleia da República vier a definir, mas que dentro dos departamentos do Governo seja também autónoma. Como todos sabem, disse ainda sobre o assunto, «em qualquer departamento de Estado à gestão do orçamento escapa completamente o que faz com que nós possamos ter uma política conceptual de educação que não corresponde a uma prática».

Isto é «temos entre a ideia e a prática uma mediação que é uma enorme máquina administrativa que vamos criando, que vamos empurrando e que cada administração vai reforçando muitas vezes com poderes parciais para tentar resolver os impasses e que não têm senão sobrecarregado alguns dos serviços».

ESTADO NÃO É PATRÃO

A propósito de acusações à EDP por causa da tensão eléctrica estar abaixo do normal em Ponte de Lima, Lurdes Pintasilgo afirmou que «o Estado não se considera patrão das empresas públicas. O Estado — sublinhou — é apenas proprietário dessas empresas mas os problemas internos, laborais e de serviço que prestam, devem ser de responsabilidade das gerências». Disse ainda a Primeiro-Ministro que «o Governo não é um supercon-

Otelo em Argel

Otelo Saraiva de Carvalho encontra-se desde sábado passado em Argel. Trata-se duma visita de cortesia, informação e trabalho. Otelo deslocou-se à Argélia a convite do departamento dos movimentos de libertação do partido argelino Frente de Libertação Nacional, FLN.

Ontem, o major na reserva Saraiva de Carvalho, ex-comandante do Copcon e actualmente presidente da Organização Unitária de Trabalhadores, teve um encontro com Sadok Malainine, membro do gabinete político da Frente Polisário, na capital argelina. No final, e segundo um telex da France Press de Argel, Otelo declarou aos jornalistas o seu apoio à frente e ao povo saaraui.

Ainda ontem, Otelo foi recebido por Moamede Salah Yahuii coordenador da FLN, e pelos secretários nacionais das diferentes organizações de massas da FLN argelina.

Voto por procuração e Lei da Amnistia no Conselho da Revolução

A Comissão Constitucional ainda não se pronunciou sobre o voto por procuração, segundo o «DL» apurou esta manhã de fonte fidedigna.

No entanto, é provável que dada a urgência da questão, o parecer da Comissão presidida pelo tenente-coronel Melo Antunes possa ser elaborado, ainda hoje ou amanhã de forma a ser discutido amanhã, na reunião do Conselho da Revolução prevista para as 16 horas.

Tudo leva a crer que a Comissão Constitucional se pronuncie

pela inconstitucionalidade do voto por procuração e que o CR ratifique esta posição. Pelo menos, numa questão semelhante, o CR declarou inconstitucionais diversos preceitos da Lei Eleitoral para a Assembleia da República. É de prever que na legislação que regulamenta as eleições para as autarquias, idêntica posição seja adoptada.

Entretanto, é provável que o CR amanhã se pronuncie sobre um outro tema de alguma relevância. Segundo se espera, da ordem de trabalhos da reunião constará a análise do parecer da

Comissão Constitucional sobre o decreto-lei do CR sobre a aplicação da amnistia, que anula na prática o valor delas para os militares. A Comissão não se pronunciou pela inconstitucionalidade.

Por seu turno, a Lei da Amnistia está de momento em S. Bento para ser referendada pela primeiro-ministro. Depois de promulgada por Eanes, a Lei será referendada, sendo a seguir enviada para a Imprensa Nacional para ser publicada no «Diário da República».

Costa Gomes na ONU

Integrando uma delegação do secretariado da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe, o general Costa Gomes desloca-se dentro de dias à ONU.

O Objectivo desta deslocação é apresentar os resultados da reunião que se realizou recentemente em Lisboa.

Da delegação fazem parte, além de Costa Gomes, o secre-

tário-geral do Congresso do Povo Árabe, Omar Al-Hamidi, um representante da OLP, um deputado socialista italiano, e Silas Cerqueira, do CPPC.

Uma vez na ONU, a delegação estabelecerá contactos com o secretário-geral, Kurt Waldheim, e com a comissão sobre os direitos do povo palestino.

A delegação parte para Nova Iorque no dia 26.

Ajudantes de Farmácia de novo em greve amanhã e depois

Só o Ministério do Trabalho poderá «evitar» a greve de 48 horas que os ajudantes de farmácia se preparam para efectivar a partir das 9 horas de amanhã, em defesa da reivindicação de carácter económico.

Perante a recusa persiste da associação patronal do sector (ANF) em negociar, resta aos sindicatos a possibilidade de recurso à via administrativa para obter os aumentos salariais e as regalias pretendidas pelos trabalhadores. Por isso, dependerá em última análise dos resultados de uma reunião a efectuar ainda hoje no Ministério do Trabalho a concretização (ou eventual suspensão) da greve, segundo informação prestada ao «DL» por uma fonte sindical.

A comissão negociadora sindical deseja obter garantias quanto ao âmbito de matérias a abranger por uma possível portaria de regulamentação, procurando evitar também que alguns limites que se lhe afiguram inaceitáveis venham a restringir a satisfação das aspirações dos

trabalhadores que representa.

A atitude de boicote às negociações para revisão do CCT, assumida pela Associação Nacional de Farmácias, carece de justificação económica, e representa apenas mais um comportamento de desestabilização política que visa os sindicatos e o próprio Serviço Nacional de Saúde — afirmou-nos a mesma fonte.

Segundo um estudo efectuado pelos sindicatos, o aumento de encargos mensal seria, em média, de 12.500 escudos por farmácia, caso a proposta sindical viesse a ser integralmente aceite. Aumento ínfimo, quando comparado com o aumento de lucros brutos mensais, que se estima em 84 contos mensais, em média.

Estes números, segundo os sindicatos, mostram bem a capacidade económica das farmácias. Dado, porém, que a respectiva associação não quer negociar, haverá que assegurar uma «solução satisfatória» pela via que resta: a elaboração de uma PRT.

Construção Civil pára na 5.ª-feira

Os trabalhadores da construção civil paralisarão a nível nacional, na próxima quinta-feira, durante 24 horas como forma de pressionar negociações do contrato vertical do sector.

A Federação dos Sindicatos intervenientes no processo esclareceu que os representantes patronais se recusam «a sentar à mesa de negociações», independentemente das atitudes que venham a tomar os trabalhadores.

Por outro lado, a Federação afirmou que em grande número de empresas já se pratica a ta-

bela salarial reivindicativa, pelo que «não se justifica esta posição do patronato».

Os trabalhadores reivindicam uma subida salarial da ordem dos vinte a 26 por cento.

Actualmente trabalham na construção civil cerca de 250 mil pessoas, das quais cerca de 65 por cento são sindicalizadas.

Um informador sindical esclareceu porém, que a greve abrangerá também os trabalhadores não sindicalizados.

A média de salários actualmente paga no sector é de 8.200 escudos líquidos.



ARMANDO ARTUR DA SILVA AVELÃS

FALECEU

Sua mãe, pai, irmãos e mais família participam o falecimento do seu muito querido e saudoso filho, irmão e parente e que o funeral se realiza hoje pelas 15.30 Horas, da Igr. de Santa Catarina para o cemitério do Alto de São João.

Agência Salgado, da R. da Rosa, Telf. 32 42 57

SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

CGTP-IN quer participar na elaboração de leis de gestão

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional defende, em comunicado ontem publicado, que o direito de participação na gestão do sector empresarial do Estado é um direito colectivo dos trabalhadores, e, por isso, a legislação destinada a regulamentá-lo está integrada no conceito de legislação do trabalho.

Assim, defende a CGTP-IN que, «sob pena de inconstitucionalidade, em relação a todos os diplomas legais (incluindo as alterações aos estatutos das empresas públicas) previstos para regulamentar, neste particular, a lei n.º 46/79, deverá observar-se o regime definido naquela outra lei».

«O movimento sindical não abdica do seu direito de participar na elaboração de tais diplomas», acrescenta a Confederação. «Os trabalhadores lutam e lutarão para levar à prática os direitos que a lei lhes reconhece e lembram que o Governo tem um especial dever de ser o primeiro a submeter-se às leis da República» — diz-se, depois, no comunicado.

A tomada de posição agora assumida pela Intersindical resulta, em última análise, de um comunicado do Conselho de Ministros, no dia 27 do mês passado, em que era referida a Lei 46/79.

Para a CGTP-IN, esse comunicado do Governo contém aspectos positivos. Mas, considera, «não pode aceitar-se como válido nem legal que o Governo condicione a entrada em funções dos representantes à prévia alteração dos estatutos das empresas».

Comenta a Inter: «Pelo menos quanto aos órgãos de gestão das empresas públicas, tal posição é ilegal, porque a Lei 46/79 (Art.º 40.º, n.º 3) revoga expressamente todas as disposições legais que a contrariem. Logo, revoga (ou altera) os estatutos das empresas públicas (aprovados sob a forma de decretos-leis) na parte correspondente».

As conclusões tiradas pela confederação, vão, ao contrário das do Governo, no sentido de que «os representantes eleitos têm direito a entrar já no exercício de funções e a participar de dentro nas tarefas de alteração dos estatutos».

DIREITO MAIS VASTO

Há, contudo, outras questões que merecem contestação da parte da Inter, como seja a ideia «que parece pressuposta pelo Governo de que o direito de participação na gestão se restringe às empresas públicas personalizadas». No comunicado considera-se que tal é «profundamente erróneo e ilegal».

De facto, segundo afirma a CGTP, a lei 46/79 prevê textualmente essa participação em todas as empresas do sector empresarial do Estado e este, «de acordo com o conceito utilizado na planificação económica e expresso em diversas leis,

compreende, além das empresas públicas personalizadas, todas as empresas, nas quais, independentemente da sua forma jurídica, o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, fundos autónomos, institutos públicos, instituições de previdência e outras entidades públicas exercem, de facto ou de direito, o poder de decisão».

Temos, portanto, e de acordo com esta concepção, que estão abrangidos:

- os serviços municipalizados;
- os estabelecimentos fabris militares;
- as empresas nacionalizadas ainda sem a forma jurídica de empresas públicas personalizadas;
- as sociedades de capitais públicos;
- as sociedades de economia mista e as empresas participadas, sob a forma de sociedades comerciais, em que o Estado e (ou) as entidades públicas acima referidas detenham, separada ou conjuntamente, uma percentagem de capital superior a 50 por cento (Decreto-Lei 285/77);
- as empresas intervencionadas (Decreto-Lei 422/78);
- as empresas controladas, de facto, pelo Estado (através da dispersão de voto do capital privado ou do crédito), ainda que a percentagem de capital seja inferior a 50 por cento.

ASPECTOS POSITIVOS

Alguns aspectos são, entretanto, considerados positivos por parte da CGTP-IN, como acontece, por exemplo, no que se refere ao «reconhecimento expresso e público pelo Governo de que a Lei 46/79 não consente que aos administradores eleitos pelos trabalhadores seja conferido um estatuto diminuído em relação aos administradores designados pelo Governo».

É, ainda, positivo, da óptica da Inter, o reconhecimento público e expresso, de que «os membros dos órgãos de gestão e fiscalização eleitos pelos trabalhadores são agentes do interesse público, ainda que designados electivamente».

No entanto, assinala, o reconhecimento do interesse público das funções exercidas pelos representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários das empresas do sector empresarial do Estado «não pode ser fundamento para a submissão desses representantes à tutela governamental, como se de mais um gestor designado pelo aparelho de Estado se tratasse».

Mas antes, prossegue a Confederação, tem de «corresponder à perspectiva constitucional de considerar os trabalhadores como principais destinatários e agentes do projecto de transformação económica e social e, por isso, legitimadas para controlar a sua observância pela administração pública e pelas empresas (controlo de gestão) e para in-

tervir construtivamente no sentido de levar à prática os valores constitucionais (participação na gestão)».

Dois outros pontos são, também, considerados positivos, na posição governamental: que reconheça o direito da eleição imediata, dos representantes dos trabalhadores, para os órgãos de gestão, aceitando como válidas as designações, embora não estejam ainda alterados os estatutos das empresas; a previsão da audição dos trabalhadores das empresas na elaboração dos diplomas de alterações dos estatutos.

Porém, «há que advertir que os projectos carecem de ser previamente publicados» — adianta a Inter, quanto ao segundo ponto.

BANCÁRIOS RECUSAM LIMITAÇÕES

A Coordenadora das Comissões de Trabalhadores Bancários recusou, em carta enviada na semana passada ao ministro das Finanças, «qualquer limitação ao controlo de gestão da banca nacionalizada».

Na mesma carta, aquela Comissão recorda a fixação de prazos feita na Lei 46/79, «prazos que os trabalhadores se propõem cumprir não aceitando que o facto de ser necessário proceder à alteração dos estatutos das empresas possa de algum modo condicionar ou limitar o cumprimento da própria lei».

Identicamente à posição tomada no comunicado da CGTP-IN, a Coordenadora dos Bancários diz que os «gestores representativos dos trabalhadores» ainda que «gestores de pleno direito, responsabilizados perante os trabalhadores, não poderão nunca reger-se pelo estatuto do gestor público em vigor, devendo antes ser abrangidos por estatuto próprio, o qual deverá ser negociado entre esse ministério e os trabalhadores bancários através das suas estruturas representativas».

A mesma estrutura dos bancários recusa quaisquer limitações no controlo de gestão, mesmo no referente ao Banco de Portugal (excepto as resultantes da Lei 46/79) e alerta o ministro das Finanças para o facto de que se não consideram ouvidos. Aliás, aguardam a concretização com aquele membro do Governo, de uma audiência já solicitada.



ORGANIZAÇÃO:

CGTP-IN — CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES/INTER SINDICAL NACIONAL
APTA — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO TEATRO DE AMADORES
STE — SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESPECTÁCULOS
FPCCR — FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO



II FESTIVAL SINDICAL DE TEATRO DE AMADORES

Endereço do Secretariado Executivo: GIDEC — Rua Victor Cordon, 1-3. — Lisboa

CONCURSO PARA O CARTAZ DO II FESTIVAL SINDICAL DE TEATRO DE AMADORES

REGULAMENTO

- 1 — Os concorrentes deverão obrigatoriamente estar ligados a um Grupo de Teatro de Amadores.
- 2 — O texto obrigatório é o seguinte:
«II Festival Sindical de Teatro de Amadores Organização: CGTP-IN
APTA
STE
FPCCR
1 de Fevereiro a 30 de Abril de 1980»
- 3 — O formato do cartaz será 48x33 cm.
- 4 — O número de cores a utilizar não poderá exceder as quatro.
- 5 — Os trabalhos concorrentes deverão ser enviados para o Secretariado Executivo do Festival — GIDEC — Rua Victor Cordon, n.º 1-3.º — LISBOA — até ao dia 30 de Novembro de 1979.
- 6 — Cada concorrente poderá apresentar mais de um original, até ao limite de três.
- 7 — Todos os trabalhos serão identificados por um pseudónimo e acompanhados por uma carta lacrada, tendo por fora o pseudónimo e por dentro o nome completo, morada e denominação e a morada do grupo de teatro de amadores a que o seu autor pertence.
- 8 — A Comissão Organizadora designará um júri de 3 elementos de comprovada competência para seleccionar o melhor cartaz e assumir a responsabilidade pela sua edição e distribuição, bem como a respectiva reprodução em autocolante, que será distribuído gratuitamente aos grupos participantes no Festival.
- 9 — Ao autor do cartaz seleccionado pelo júri será atribuído um prémio de Esc. 10.000\$00.
- 10 — Da decisão do júri não haverá recurso.
- 11 — Com todos os trabalhos apresentados a concurso serão efectuadas exposições em datas e locais a designar posteriormente.
- 12 — Todos os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

O SECRETARIADO EXECUTIVO DO II FESTIVAL SINDICAL DE TEATRO DE AMADORES

ACOMPANHE O SEU FILHO!

Antes do início do ano escolar, ensine-lhe o caminho mais seguro para a escola.

Lembre-se que o acidente rodoviário é a principal causa de morte das crianças até aos 14 anos de idade.



LNEC prepara acordo no Iraque

Vão deslocar-se a Bagdad técnicos portugueses que vão estudar a possibilidade de assinatura de um acordo entre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e o Centro Nacional de Laboratórios de Construção do Iraque.

A convite do director-geral de construção do Ministério da Habitação e Construção do Iraque, visitam aquele país os engenheiros António de Sousa Coutinho e José Manuel Catarino, chefes do serviço de materiais de construção e da divisão de observação de obras.

Para além dos contactos com os responsáveis iraquianos os dois técnicos portugueses participam num seminário internacional em Bagdad de 17 a 21 do corrente.

António de Sousa Coutinho e José Manuel Catarino apresentarão alocuções sobre «controlo de fabricação de betão» e a «actividade do LNEC no domínio de observação das grandes construções, especialmente das pontes».

Também como convidado daquele centro iraquiano desloca-se Avelar Soeiro, responsável pelo departamento de relações exteriores, que para além dos contactos com organismos universitários desenvolverá acções divulgativas do LNEC.

COMÉRCIO

LUSO-JUGOSLAVO

Reforço exige cooperação técnica e industrial

As trocas comerciais entre a Jugoslávia e Portugal são ainda modestas em volume e estrutura — declarou a Câmara de Economia da Jugoslávia.

Na sua reunião de ontem, a secção daquela câmara encarregada da promoção das relações económicas com Portugal e Espanha adiantou que as trocas comerciais luso-jugoslavas atingiram 3,4 milhões de dólares (cerca de 170 mil contos) nos primeiros nove meses deste ano.

Segundo o mesmo organismo, os obstáculos que se tem deparado ao incremento do comércio entre os dois países são o fraco carácter complementar das duas economias e a orientação tradicional da economia portuguesa para os países da Europa Ocidental.

A melhoria do comércio bilateral, de acordo com a mesma fonte, deve assentar em bases duradouras, como a cooperação técnico-industrial, a participação comum nos mercados de terceiros países e investimentos comuns no sector do turismo.

FILAGRO/VINIFIL

Balanço corresponde a expectativas

«Tivemos muitos contactos, donde resultaram já pedidos de encomendas para a RFA, Espanha, Açores e Madeira», afirmou Maria José Guimarães, do sector da alimentação, no final do Filagro/Vinifil-79.

Com efeito, durante 10 dias, a Filagro/Vinifil-79, proporcionou, a 362/expositores, de 23 países, a promoção dos principais produtos e equipamentos dos sectores da agricultura, pecuária, ali-



COMÉRCIO LUSO/ANGOLANO

Portugal regista saldo positivo

As relações comerciais luso-angolanas em 1978 foram particularmente favoráveis a Portugal. O nosso país registou um saldo positivo de 1,5 milhões de contos, o que implica um aumento de um milhão de contos relativamente ao ano anterior.

Tal subida resultou do facto das exportações portuguesas para Angola terem aumentado de 2,4 para cerca de 2,9 milhões de contos e de os fornecimentos angolanos para Portugal terem decido de 923 para 322 mil contos.

Angola manteve, em 1978, a décima posição entre os principais clientes de Portugal. Mas o montante das exportações por-

tuguesas ficou ainda bastante longe dos valores atingidos em 1973 — 3,2 milhões de contos, se se tiver em conta a acentuada desvalorização que o escudo sofreu entretanto.

Pelo contrário, as importações de Angola têm registado um constante declínio, devido às perturbações provocadas pela guerra e pela saída da maioria dos colonos portugueses e como natural consequência da diversificação dos mercados angolanos.

Admite-se, no entanto, que se caminhará rapidamente para um maior equilíbrio de trocas comerciais luso-angolanas. Além da estabilização da situação em

Angola se estar a traduzir numa acelerada recuperação da sua economia, espera-se que venham a abrir-se novos mercados em Portugal para os produtos angolanos, nomeadamente ramos de petróleo.

As fibras têxteis vegetais, com 124 mil contos e o café, 120 mil, foram as principais mercadorias importadas por Portugal em 1978. Os tecidos de algodão (372 mil contos), livros (177 mil), vestuário exterior para homens e rapazes (170 mil e medicamentos (136 mil), foram os produtos mais destacados nas exportações portuguesas. De salientar, também, as vendas de 85 mil contos de batatas e de 82 mil contos de calçado.

Portugal renegocia em Bruxelas acordo com a CEE de 1972

Portugal e a CEE encetaram ontem em Bruxelas a primeira sessão de negociações que deverão permitir a revisão de certas cláusulas do acordo assinado em 1972.

Prevê-se que Portugal seja autorizado, para proteger as suas indústrias, a não aplicar o desarmamento aduaneiro que normalmente deveria entrar em vigor em Janeiro de 1980.

Os direitos aduaneiros actuais serão mantidos até 31 de Dezembro de 1982.

A respeito da Indústria Automóvel, Portugal poderá manter certas restrições por em as importações de peças destinadas a serem montadas em Portugal, serão facilitadas para as firmas que

estão a investir em territórios portugueses (neste caso a Regie Renault) ou que reexportam (Fiat e Renault).

Em contrapartida, indica-se de fonte próxima da Comissão Europeia, Portugal não obterá todas as concessões que deseja para poer desenvolver as suas exportações de produtos agrícolas para a CEE. Contudo, o contingente de vinho do Porto e de vinho da Madeira que paga direitos aduaneiros reduzidos, será aumentado e será estabelecido um contingente com direitos reduzidos para o vinho do Dão e para o vinho Verde. As reduções, aduaneiras também melhoradas para as conservas de peixe.

mentação e vinho.

Organizado numa linha de aproximação de Portugal à comunidade Europeia, o Filagro/Vinifil-79 caracterizou-se sobretudo, pela elevada participação de interessados, tanto das várias regiões do País, como dos mais diversos mercados estrangeiros.

Aliás, a confirmar o interesse suscitado por esta realização da Associação Industrial Portu-

guesa são de notar as prolongadas visitas do Presidente da República, do ministro da Agricultura e Pescas, dos secretários de Estado do Comércio Interno e do Comércio Externo e do secretário de Economia do Governo Regional da Madeira, para além da presença de grande número de técnicos de organismos oficiais, agricultores, empresários e estudantes de escolas agrícolas, secundárias e superiores.

XX CONFERÊNCIA DA FAO

Terceiro Mundo "quer comer já"

O presidente zambiano Kenneth Kaunda afirmou hoje que os povos dos países em vias de desenvolvimento não estão preparados para esperar por amanhã para comer: «quer comer já».

Falando na vigésima conferência da FAO, em Roma, Kaunda atacou os países desenvolvidos, referindo-se, à sua «prosperidade desavergonhada» e alertou para o alastramento nos países em vias de desenvolvimento de uma «crise de expectativa».

«Temos como factor de instabilidade a nível mundial não só os 450 milhões de pessoas que passam fome mas todo o mundo em vias de desenvolvimento, que se encontra impaciente à espera da distribuição da prosperidade no mundo de hoje» — salientou o presidente zambiano.

Kaunda disse que, não obstante os progressos efectuados na década de setenta na consolidação dos direitos humanos, os 450 milhões que vivem «no limiar da fome e da morte pela deficiente alimentação nunca poderão ser homens e mulheres livres».

«Liberdade e direitos humanos sem comida é como a libertação de um prisioneiro e depois não lhe dar as chaves para sair da sua prisão» — concluiu Kaunda

INTERVENÇÃO DE JOÃO PAULO II

O desenvolvimento mundial só pode ser atingido mediante o reconhecimento objectivo da miséria humana e pela «formação de um sentimento de autêntica liberdade e responsabilidade pessoal e colectiva», entre os que sofrem, defendeu João

Paulo II, intervindo nos trabalhos da Conferência.

«Já lá vão os tempos da ilusão, em que acreditávamos que poderíamos resolver automaticamente os problemas do subdesenvolvimento pela exportação de modelos industriais e ideológicos do mundo desenvolvido». «Já lá vão os tempos em que pensávamos garantir o direito de todos à alimentação através de programas de ajuda, que consistiam em dadas de excedentes ou programas de emergência em casos excepcionais» — acrescentou o Papa.

O Sumo Pontífice salientou que cerca do ano 2000 haverá uma «catástrofe de proporções bíblicas», a não ser que o mundo aumente a sua produção agrícola em cerca de cinquenta por cento.

O relatório da FAO apresentado na Conferência prevê que dentro de vinte anos existam cerca de seis mil milhões de pessoas no mundo, vivendo mais de mil milhões em situação de fome.



Kaunda: o povo dos países em vias de desenvolvimento quer comer já

Linhas aéreas mundiais tratam passageiros "como gado"?

As principais linhas aéreas mundiais tratam os passageiros «como gado», dão-lhes a comer um «lixo indescritível» e muitas vezes levam-nos a dar um passeio — afirma o inglês Egon Ronay, um defensor da boa alimentação.

Na sua edição mais recente do «guia» com o seu nome, Ronay afirma que os passageiros dos aviões são «reduzidos a números e desumanizados» apesar de toda a publicidade em torno das viagens de avião feita pelas companhias mais ricas.

Ronay e cinco «inspectores» analisaram quinze voos de companhias internacionais entre a América do Norte e a Grã-Bretanha ao longo, de várias semanas, incluindo viagens em classe económica.

«O máximo de sofrimento foi alcançado no aeroporto John Kennedy de Nova Iorque, onde o nível dos alimentos oferecidos no «bufet» do terminal da Pan American é geralmente execrá-

vel» — escreve Ronay.

Ronay acrescenta que o «British Pub» da companhia inglesa «British Airways» no aeroporto Kennedy «era gerido o Verão passado de maneira tão descuidada que afastava até os visitantes dos verdadeiros «pubs» britânicos.

Ronay, que publica anualmente um guia sobre alimentação na Grã-Bretanha com todos os locais onde se pode comer, desde hotéis a cafés de camionistas, acrescenta ainda que os passageiros, «amontoados como gado, não são informados durante os frequentes atrasos, ficam imobilizados nos assentos, são servidos com alimentos indescritíveis e muitas vezes ignorados pelo pessoal de bordo».

O autor do guia considera que na maior parte das linhas aéreas há apenas uma coisa pior do que a alimentação — «o estado escandaloso dos lavabos», dado que a maior parte das companhias «não lhes presta a consi-

tante atenção» devida.

Referindo-se depois aos assistentes de bordo, Ronay escreve que as hospedeiras poderiam ser aconselhadas no sentido de se mostrarem menos deslumbrantes e mais atenciosas no serviço.

BRASIL



Viagem especial do **FUNCHAL** para RIO DE JANEIRO ou RECIFE (só ida ou ida e volta)

Partida: 5 Dezembro/79

Preços excepcionais desde **22.800s**

Bagagem grátis: 200 kilos

Grandes descontos para casais, filhos e grupos

EXCELENTE OPORTUNIDADE

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

LISBOA - Av. Liberdade 160 Telef. 371341
PORTO - Av. Aliados 207 Telef. 317921
COIMBRA - Rua do Seta 2 Telef. 27011 2
F.A.R.O. R. Con. Bivar 65 Telef. 31077 6
FUNCHAL - Rua do Garguilo 1 Telef. 31077 8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Adjudicado estudo sobre utilização de adubos

O Conselho de Ministros decidiu adjudicar ao consórcio Cetame (Centro de Estudos e Assistência em Marketing e Economia) Mário Batista, Lda — L.H. Manderstam and Parteeers, Lda, o estudo sobre utilização de adubos em Portugal no montante

de cerca de 17 mil contos (incluindo todos os serviços de informática). A decisão foi tomada após análise do relatório apresentado pela Comissão Interdepartamental para o Estudo sobre a Utilização dos Adubos em Portugal.

Contudo, e apesar deste protesto, que amalgama a direita e o PCP, não há conhecimento, até ao momento, de quaisquer incidentes graves entre brigadas concorrentes de coladores de cartazes, (DL)

ELEIÇÕES • ELEIÇÕES • ELEIÇÕES • ELEIÇÕES • ELEIÇÕES • ELEIÇÕES • ELEIÇÕES

APU

Eugénio Alves

Domingo de São Martinho obrigou a descanso!...

Os desfiles, concentrações e magustos de domingo, organizados um pouco por todo o País duraram até as tantas e o resultado foi que o redactor do «DL» fazendo fe nas sessões agendadas para ontem, foi até Caldas da Rainha e passou por Torres Vedras em direcção a Runa, mas da APU apenas encontrou os inúmeros cartazes e faixas a atravessar as ruas e estradas ou atixados nas casas e árvores. Enfim, compreende-se que o dia primeiro da campanha tenha sido demasiado violento e festivo e, portanto, havia que descansar segunda-feira... so que os jornalistas também se cansam!

De qualquer modo, o percurso feito numa parte do distrito de Leiria e em zonas de Lisboa teve valor informativo. O primeiro e o facto do «pessoal» da APU seja nas Caldas, seja no Bombarral ou em Torres Vedras não esconder seu entusiasmo e confiança nos resultados eleitorais ostentando com a vontade e orgulho a pequena sigla nos casacos ou camisolas. Depois é a militância que ali de não se esconde, parece não ter horários marcados. A saída de Torres Vedras quando nos dirigimos para Runa, onde estava prevista uma sessão por João Amaral valeu-nos um activo colador de cartazes da APU. Faltavam ainda cinco quilómetros para chegar à Casa do Povo, local da prevista reunião. A cautela

perguntámos-lhe. Acompanhado de dois filhos, um de 13 e outro de 11 anos, que o ajudavam na colagem de cartazes — eram quase 23 horas — o homem lá explicou que, afinal, nada havia pois na véspera tinha havido muito trabalho!

Nas Caldas, a sessão «frustrada» contava com a presença

feito sobre as próximas intercalares onde se diz nomeadamente: «todos sabemos que o PS tem tido uma prática política de compromisso com a direita e que continua a atacar a sua esquerda e a não definir claramente qual a sua acção futura para travar as forças de direita que diz querer combater»

AD

Fernanda Nogueira

Do Minho rumo ao sul

AD; a tarde visitam Guimarães, uma unidade fabril em Braga e jantam em Barcelos, seguindo para o comício, em que também participam Amadeu Sá Mendes, Basílio Horta e Carlos Macedo. (PSD) cabeça de lista e ex-colaborador directo do Presidente da República. A lista de Braga é composta por 20 candidatos (10 do PSD, 9 do CDS e 1 do PPM).

Ao iniciar a campanha pelo Norte do País, a Aliança privile-

gia o maior número dos seus eleitores e analisará se os resultados serão idênticos aos de 1976 ou se alguma coisa mudou.

Depois começará a descida para Aveiro, Coimbra e Leiria. Os comícios no Alentejo, com a presença dos três dirigentes da Aliança, principiam no domingo respectivamente em Évora e Portalegre, num teste à mobilização da direita na zona da Reforma Agrária.

Os três dirigentes da Aliança Democrática continuam no Porto, em reunião com as estruturas concelhias dos respectivos partidos: CDS, PSD e PPM.

Depois do comício pré-eleitoral de sábado passado na Praça Humberto Delgado, Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Ribeiro Teles, arrancam amanhã para a verdadeira maratona eleitoral. Vinte dias a volta do País. E começam naturalmente pelo Norte. Optando pelos grandes comícios nas capitais de distritos com a presença dos três líderes da Aliança, a AD não deixa também de andar «rua a rua» não chegando, porém, «à porta a porta». Assim, amanhã, os três dirigentes, que estarão sempre juntos na campanha, deslocar-se-ão em caravana automóvel a várias localidades do distrito do Minho, onde contactarão com as populações.

No Norte, a Aliança tentará manter o seu eleitorado, com uma composição completamente diversa do Sul, não estando previsto qualquer encontro com os responsáveis locais da hierarquia religiosa, como seja, o bispo de Braga, D. Eurico Nogueira. Ao contrário do PS, a Aliança não precisa de visitar os bispos para ter apoio ou evitar a hostilização. Na realidade, a maioria deles já se manifestou abertamente a favor da Aliança e contra o «marxismo» isto independentemente do Cardeal-Patriarca de Lisboa continuar a afirmar que a Igreja se manterá afastada da luta eleitoral.

Amanhã de manhã, a caravana da Aliança passa por Vila Nova de Famalicão e Vizela, almoçando em Evidães, com apoiantes e simpatizantes da

«Mas o PS — salienta ainda o manifesto — é um partido democrático sensível ao sentir das massas e a defesa da Constituição. Um grande movimento popular em torno da APU, criará condições para que o PS tenha que assumir na prática os objectivos que diz prosseguir. Este movimento terá de traduzir-se a nível da AR por uma grande votação na APU».

MDP: MANIFESTO AOS CATÓLICOS

Entretanto, o MDP/CDE divulgou no Porto um «Manifesto aos Católicos» onde é salientada a «imagem de Cristo que resalta dos Evangelhos — Cristo ao serviço dos humildes e dos oprimidos na luta contra os farséis e exploradores — e que é património cultural e espiritual de toda a humanidade».

Rejeitando e criticando «a intromissão dos padres na escolha do voto dos fiéis nos próprios lugares de culto», o manifesto do MDP/CDE saudava ainda «fraternamente os católicos que lutaram contra o fascismo» e que hoje continuam, não do lado dos poderosos, mas dos mais destituídos, a luta pela liberdade e pelo bem-estar dos homens. Cristo ao serviço dos humildes e dos oprimidos na luta contra os farséis e exploradores — e que é património cultural e espiritual de toda a humanidade».

CUNHAL NA CP

No programa de hoje, da APL, destacam-se as intervenções de Alvaro Cunhal, ao fim da tarde na cantina de Santa Apolónia, numa sessão de esclarecimento promovida pela célula do PCP na CP e de Carlos Brito, às 18, na EDP (Praça Marquês de Pombal).

Por outro lado, e com início quase a mesma hora, a comissão de apoio na Fundação Gulbenkian a candidatura da APU promove no Teatro Aberto um convívio cultural com a participação dos Segréis de Lisboa, da soprano Maria João Serrão e do guitarrista Lopes e Silva.

Os Segréis interpretarão música da Idade Média e Renascimento e Maria Serrão e Lopes e Silva executarão obras de Tedesco, Schubert e Espirituais Negros.

Na sequência desta iniciativa, e outras que se seguirão, aquela comissão de apoio na Gulbenkian divulgou um mani-

UEDS

Rogério Rodrigues

Um rápido reparo, por motivos que são totalmente alheios aos meus conhecimentos e à minha vontade, mas devido a deficiências técnicas, o título da reportagem publicada ontem a propósito da sessão da UEDS em Ermesinde saiu deturpado. Aqui fica o título original: «Vinte dias de abundância para o consumidor eleitoral» (o sublinhado pertence-me).

E agora regressemos à maratona so disputável em termos de audiência para corredores de fundo. A UEDS debate-se com problemas de mobilização que, mais do que preço da sua independência, demonstra-nos uma grande ausência de estruturas organizativas, de capacidade limitadíssima de fundos, e uma sensibilidade extrema a oscilações circunstanciais: uma noite de chuva, um programa de televisão, um carro com o som que falha, uma chave que não aparece para abrir o recinto da escola ou do ginásio desportivo para reunir a assistência necessária para uma sessão de esclarecimento eleitoral.

Aconteceu ontem à noite em Amora, onde, por se ter avariado o carro do som, Artur Cortês, membro do conselho directivo da UEDS, vereador da Câmara de Almada e o número dois da UEDS pelo distrito de Setúbal, não pôde falar ao eleitor da Amora. Daqui seguimos para Setúbal, para o Grupo Desportivo

O preço da independência ou a falta de estruturas?

de Camarinha, onde também não houve sessão, por ausência de assistência, por nítida incapacidade de mobilização.

O arranque da campanha eleitoral no Minho teve o seu ponto alto em Ponte de Lima: mais de meio milhão de pessoas juntaram-se no largo da vila onde decorreu um comício já que os órgãos regionais da UEDS não tiveram acesso ao pavilhão gimnodesportivo da vila, porque não lhes foi entregue a chave, o responsável pela abertura do pavilhão tinha ido a caça. Era domingo e S. Martinho. Por falta de chave (do governo civil não chegaram às escolas as autorizações), não se realizaram sessões em Vila Franca de Lima, em Deão e na Correlhã (todas localidades do Minho) e em Baixa da Banheira.

Se esta realidade que porventura poderá doer, mas que não pode ser escondida, torna aparentemente, pertinentes algumas críticas que são feitas à UEDS por outras forças de esquerda mais organizadas, com uma capacidade interventiva, militante e material, muito maior, a UEDS continua com as suas razões de fundo intocáveis, como força de esquerda e a legitimidade que lhe assiste, patente no seu manifesto eleitoral e no memorando enviado a outras forças de esquerda como PS, PC, UDS e MDP/CDE, em que, face a uma não conseguida uni-

dade anteletoral, pugna por uma plataforma mínima pós-eleitoral.

Hoje vários dirigentes do partido e candidatos à Assembleia Legislativa em contacto directo ou em algumas sessões de esclarecimento estarão esta noite, sempre às 21 e 30, na Amadora, Alverca, Lisboa (junta de freguesia de Santa Engrácia), Portel, Setúbal (Escola Primária de Montalvão), Almada (Recreio Desportivo da Trafaria), Sesimbra (Salão Carlos Veríssimo), S. João de Ver (Escola Primária), Vila Nova de Cacela (Escola Primária), Salir (Casa do Povo) e Farragudo (Sociedade Recreativa).

Regressando a Setúbal: Brás Pinto esteve ontem em Alcácer do Sal. Técnico agrário, dos corpos gerentes da cooperativa agrícola do Zambujal, ex-deputado à Assembleia da República, membro do concelho directivo da UEDS, é o cabeça de lista pelo círculo de Setúbal que candidata um empregado de escritório, um técnico de minas, um serralheiro, um electricista, um trabalhador da indústria naval, uma assistente do ISE, um mergulhador e presidente da cooperativa de Apanhadores de Algas «Estrela do Sul», um técnico tributário da DGCI, presidente do Sindicato Nacional das Contribuições e Impostos, um mecânico de aviação, um encarregado de armazéns, um profes-

sor do Ensino Preparatório, um fogueiro, um trabalhador bancário, um alfaiate, um chefe de escritório da Comissão Nacional de Trabalhadores das Agências Centrais da Petrogal, um trabalhador de farmácia, uma empregada de escritório e um pintor de automóveis. Da lista destaca-se a interveniente sindical e do seu programa em consonância com as bases programáticas da UEDS, uma forte componente auto-gestionária e um privilegiar de questões que têm a ver com o quotidiano do cidadão enquanto consumidor, seja no combate à especulação, fraude e corrupção, seja na defesa do meio ambiente e qualidade de vida, no apoio técnico e financeiro ao sector das pescas.

A Reforma Agrária, à sementeira do que acontece com os outros partidos de esquerda é um dos fins condutores da campanha da UEDS, compreensivelmente e com justificações de fundo como é a passagem de Lopes Cardoso pela pasta da Agricultura e Pescas.

Também a questão feminina apresentada mais numa dimensão pedagógica que na caça ao voto, com uma coerência que não se pode negar a todas as intervenções e textos divulgados pela UEDS, tem merecido particular atenção da União da Esquerda para a Democracia Socialista.

PSR

Sobretudo nas fábricas

«A campanha eleitoral do Partido Socialista Revolucionário do distrito de Setúbal será feita sobretudo nas fábricas» revelou um dirigente deste partido. A lista do PSR pelo círculo de Setúbal, encabeçada por Henrique Guerreiro, da Comissão de Trabalhadores da Portucel, é constituída na sua maioria por operários. Nas eleições legislativas de 1976, a LCI e o PRT, que deram o actual PSR, obtiveram neste distrito 1218 votos.

Entretanto, o PSR cedeu tempo de antena para que a FRETILIN possa expor a situação em Timor-Leste. Do mesmo modo, foi cedido tempo de antena à Comissão Nacional para o Aborto e Contracepção (CNAC), e à Comissão de Solidariedade pela Luta dos Presos Políticos Antifascistas (CSPA). A despeito da cisão provocada a semana passada pela saída de elementos do ex-PRT (que anunciaram a constituição de um novo agrupamento) este partido de tendência trotsquista concorre em todos os distritos nas próximas eleições intercalares. (DL/ANOP)

OCMLP

Concorrer a pensar em 1980

«O objectivo principal da candidatura da Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa às intercalares é garantir uma participação mais alargada nas eleições de 1980 declarou, antealemente em Coimbra, um dirigente da OCMLP. A nossa estratégia eleitoral parte do princípio que é necessário mudar a situação de listas como centro que monopolizam as atenções na Beira Litoral como lugar onde se concentra o investimento». Esta organização, que em 1975 participou nas eleições para a Assembleia Constituinte sob a sigla «Fec-mi», concorre apenas em cinco distritos: Coimbra, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Fundada em 1973 em volta do jornal maoísta «O Grito do Povo», na cidade do Porto, veio a sofrer, posteriormente, algum apagamento em virtude da passagem de elementos para a actual UDP. No entanto, a OCMLP considera-se o único partido que defende em Portugal o pensamento Mao Zedong. (DL/ANOP)

ESPECIAL
ELEIÇÕES

PROGRAMAS DAS FORMAÇÕES

AD

A promessa da "mudança"

Na «Mensagem aos Portugueses» que serve de prólogo ao Programa Eleitoral, a Aliança Democrática anuncia que «vão melhorar as condições de vida dos portugueses - reduzindo o aumento do custo de vida, criando postos de trabalho, diminuindo os impostos; vai promover a justiça social - ajudando os mais desprotegidos e favorecendo a igualdade de oportunidades; vai melhorar a extensão e qualidade dos serviços públicos - em especial, a educação, a saúde, a habitação social, e vai lançar um corajoso projecto de descentralização municipal e regional - que permita difundir as responsabilidades em todo o corpo social e devolver às comunidades locais a sua autonomia face ao poder central».

Mas a Aliança não vai fazer

privado; fomentar o investimento estrangeiro, sem no entanto lhe garantir um estatuto de injustificado privilégio em relação ao nacional; rever a legislação existente sobre sociedades par bancárias (financeiras, de investimento, de «leasing», de desenvolvimento regional, etc.) por forma a torná-las atractivas para a iniciativa privada e um eficiente instrumento de dinamização do mercado financeiro».

A Aliança Democrática avisa ainda que reverá a «lei das indemnizações por forma a torná-la justa e a gerar nos investidores nacionais e estrangeiros um renovado clima de confiança; substitui a lei da separação do sector público do sector privado e abrir progressivamente os diversos sectores à iniciativa privada, incluindo a Banca e os Se-

tará «uma proposta de alteração à Lei de Bases da Reforma Agrária; revê o sistema do crédito agrícola de emergência e promove a exploração agrícola de expressão familiar e/ou comunitária». Na Indústria, pretende «rever as condições de acesso à actividade industrial, elimina as actuais situações monopolistas dos sectores industriais controlados pelo Estado». No Comércio Interno elaborará a «Lei de Defesa da Concorrência, alterará horários por forma a adaptá-los às necessidades dos consumidores; racionaliza e flexibiliza as formas e circuitos de distribuição», enquanto no Comércio Externo «reestrutura o Fundo de Fomento de Exportação e negocia acordos de cooperação com outros países que possibilitem em condições de

Aliança Democrática, o Estado só deve assumir a gestão das actividades que inequivocamente não devem ou não podem ser deixadas ao sector privado. Fora disso, deve orientar a sua acção para funções normativas, fiscalizadoras e de coordenação». Pretende, finalmente, reactivar os velhos projectos do novo aeroporto de Lisboa.

Quanto ao Serviço Nacional de Saúde, a Aliança Democrática «quer e fará o Serviço Nacional de Saúde possível e também o mais eficaz, o mais justo e de melhor qualidade» enquanto na Segurança Social garante subsídios, reforça as reformas, etc.

No capítulo da Educação, para além de «rever o sistema de Ensino de acordo com a Lei de Bases a apresentar à Assembleia da República, de regular a Lei do Ensino Particular e Cooperativo e de regulamentar a Lei das Associações de Pais», anuncia que as aulas têm de «deixar de ser comícios». Democratizará a cultura e defenderá o património cultural. Várias iniciativas neste campo, como, por exemplo, «identificar os edifícios de interesse público e monumentos nacionais do século XIX e XX».

No mesmo Programa, fala-se ainda de «uma melhor qualidade de vida: de um ambiente à medida do Homem; aproveitar os recursos naturais; poupar energia». Teremos ainda «respeito pela dignidade e intimidade da família; eliminação gradual dos bairros de lata, uma Comunicação social com verdade, isenção e pluralismo». Neste aspecto, a Aliança Democrática propõe-se «publicar o Estatuto da Informação, elaborar uma nova Lei de Imprensa, rever as Leis da Radiodifusão e da Televisão e devolver ao sector privado e cooperativo a generalidade das empresas editoras».

Quanto à política externa, ela aponta para a «integração de Portugal na Comunidade Europeia e a fidelidade à Aliança Atlântica», enquanto a «política para com as antigas colónias assentará numa filosofia de respeito pelas soberanias nacionais, de alheamento de quaisquer pressões ou constrangimentos ideológicos ou políticos e de salvaguarda da dignidade nacional».

A concluir, a Aliança Democrática propõe ainda o seguinte: rever a legislação, na área dos grandes códigos, que careça de ser adequada à política definida pela Aliança Democrática; reforma do Direito Comercial; rever os Códigos do Processo Civil e Penal; elaborar um novo Código Administrativo; elaborar um Código de Processo Administrativo; elaborar uma proposta de Lei sobre a organização judiciária; elaborar uma proposta de Lei sobre a nacionalidade portuguesa; elaborar um projecto de revisão do Regimento da Assembleia da República e elaborar uma proposta de revisão da lei dos partidos».

Mas perante tão extenso trabalho, a Aliança Democrática - terminamos com a «Mensagem» - esclarece: «Os políticos não podem fazer tudo sozinhos. Podem unir-se e entender-se, iniciar caminhos, propor soluções. Não podem, porém, oferecer aos portugueses, sem o seu auxílio e activa participação, um País novo». Entende, por isso, a AD, «europeia na vocação, moderada no estilo, firme no propósito» que trouxe «uma esperança ao triste panorama político nacional».

UEDS

"Um p... para u...

Em termos de prioridade o programa eleitoral da União da Esquerda para Democracia Socialista (UEDS), cujo primeiro secretário é o eng. Lopes Cardoso, aponta: «Responder à ofensiva da direita», o que «exige uma maioria de esquerda»; e oferecer-se como uma «alternativa de esquerda, coerente, eficaz», surgindo ao eleitorado como «um factor positivo e necessário no processo da unidade da esquerda».

A propósito das eleições intercalares diz o manifesto eleitoral da UEDS que «elas foram desejadas e impostas pelos esforços convergentes da direita e dos presidencialistas». Do ponto de vista destes, «trata-se de fazer a prova de que não existe, no actual quadro institucional, solução para uma crise política». Para o bloco conservador PSD/CDS «as eleições intercalares surgem como uma oportunidade de inverter o sentido do voto». Em suma: «Para este bloco, cujo cariz reaccionário se torna cada dia mais evidente, trata-se menos de alcançar uma maioria parlamentar - aos seus próprios olhos bastante duvidosa - do que de aumentar o poder de negociação com o Partido Socialista».

Num tal quadro, urge «infligir uma derrota às forças de direita, conservadoras e reaccionárias, e às teses presidencialistas e autoritárias». Se o objectivo parece evidente, qual o modo de o alcançar?

ESQUERDA: UNIDADE NA DIVERSIDADE

«Importa garantir por todos os meios uma maioria de esquerda na Assembleia da República», reflecte à evidência a UEDS. Mas que maioria? «Maioria autêntica, funcional e activa e não mera soma aritmética destituída de significado político». Com efeito, e na perspectiva da UEDS, «a resposta só será efectiva se a maioria de esquerda for uma maioria positiva, isto é, uma maioria capaz de representar uma alternativa de Governo, e não uma simples maioria de obstrução».

«O que acentua a fragilidade da esquerda é menos o facto de se apresentar dispersa do que o facto de não garantir desde já uma alternativa de Governo, ainda que venha a dispor da maioria dos mandatos parlamentares». Em conformidade, «garantir uma maioria de esquerda num quadro que crie condições para que essa maioria seja uma maioria positiva, funcional e que viabilize uma alternativa de Governo, eis o que, no entender da UEDS, deve ser o verdadeiro objectivo das forças antifascistas, democráticas e progressistas».

A experiência dos resultados das últimas eleições leva a UEDS a afirmar que «o caminho da unidade passa pela criação de uma nova dinâmica no seio dessa esquerda; que a bipolarização PS/PCP constitui um obstáculo no caminho dessa unidade; e que ultrapassar esse obstáculo, criar aquela dinâmica, exige o aparecimento e a afirmação de uma força capaz de mobilizar largos sectores da população portuguesa que não se reconhecem já nos partidos existentes». A UEDS quer ser e pode ser essa força».

O VOTO ÚTIL

«O voto útil é aquele que, contribuindo para tornar possível essa nova dinâmica, abra perspectivas de uma real maioria de esquerda na Assembleia da Re-



pública». E conclui o manifesto eleitoral: «Votar na UEDS será, assim, um voto útil para construir uma alternativa de esquerda. (...) As candidaturas da UEDS são um factor positivo e necessário no processo da unidade de esquerda». Aos que se interrogam sobre se estas candidaturas da UEDS não virão a constituir um factor de divisão da esquerda, de dispersão de votos, a UEDS, não fugindo à questão, responde: «A estes, diremos que o simples colocar da questão pressupõe admitir-se que a unidade é uma realidade. Na ausência deste pressuposto, a questão não tem sentido. A verdadeira questão passa então a ser outra: como contribuir para um processo que conduza à conjugação de esforços e à unidade de acção das forças de esquerda?» A resposta: «O reforço da esquerda passa pelo reforço e afirmação das suas diferentes componentes, do mesmo modo que a clarificação dos seus diversos projectos é condição indispensável ao estabelecimento de laços sólidos de colaboração no seu seio». Em conclusão, «a unidade não pode assentar na ambiguidade (...); as tentativas de uniformização de esquerda, a redução de todas a suas correntes a um mesmo projecto não pode conduzir a mais do que a uma aparente unidade». Pelo que, «ao submeter ao eleitorado as suas próprias listas, a UEDS fê-lo tendo em conta a realidade objectiva. E a realidade objectiva é a impossibilidade de uma candidatura unitária traduzindo o consenso de um leque de forças de esquerda suficientemente amplo para assegurar uma autonomia real em relação a cada uma das suas componentes e por consequência lhe garantir, não apenas o apoio de cada uma dessas componentes, mas também um efeito multiplicador que lhe alargasse a base social e eleitoral de apoio».

O facto de não existir uma candidatura unitária «não exclui a necessidade de um entendimento entre as forças de esquerda» através de uma plataforma pós-eleitoral, «condição indispensável a uma saída democrática para a crise político-institucional e para a crise económico-financeira». «Consciente disso, a UEDS não só se afirma disposta a discutir desde já, e sem condições prévias, o conteúdo dessa plataforma, de-



isto já. Primeiro tem de ganhar as eleições e depois, diz ainda a «Mensagem»: «não mente aos portugueses. Não promete fazer tudo ao mesmo tempo. Vai começar pelas coisas importantes. Vai lutar contra a crise económica, nomeadamente através do incitamento ao trabalho, ao investimento e à exportação». Para a Aliança Democrática «o PC e o PS representam o passado» enquanto ela «significa mudança tranquila e pacífica. Mas mudança».

Seis capítulos compõem o Programa Eleitoral da Aliança Democrática. No final as «Acções Pontuais», isto é, aquelas medidas que serão tomadas logo de início, em cada um daqueles capítulos, se a AD ganhar as eleições intercalares.

«A economia portuguesa está num impasse. Destruíu-se um sistema que era injusto mas era coerente e instalou-se outro, que sendo igualmente injusto é ineficaz». E, recorrendo às tais acções pontuais, constata-se que a AD se for Governo fará o seguinte neste capítulo: finalizar os investimentos das empresas públicas já iniciados, sem excluir a hipótese da sua conclusão por fases; estimular o investimento

guros, respeitando as disposições constitucionais; reprivatiza as empresas indirectamente nacionalizadas», «admite a possibilidade de exploração das empresas públicas em regime de concessão pelo sector privado daquelas que se consideram fora da vocação do Estado ou da sua capacidade para gerir e estabelece condições preferenciais para o crédito ao sector privado, à construção civil e às actividades exportadoras; reforma a legislação reguladora da Bolsa de Títulos e saneia financeiramente os bancos».

E MAIS...

E vai ainda mais longe a Aliança Democrática nas «acções pontuais» do capítulo económico do seu Programa de Governo. No sector laboral, promete «rever a legislação do trabalho; apresentar à Assembleia da República propostas de Lei Sindical e das Associações Patronais; revê o regime jurídico das faltas e reconhece as Comissões de Trabalhadores, rejeitando que delas se pretenda fazer instrumento da gestão empresarial, pública ou privada». Na Agricultura apresen-

mais fácil acesso a colocação de tecnologia, mão-de-obra e produtos portugueses».

DEPOIS DISTO...

«Uma melhoria efectiva do bem-estar e da Segurança Social» é o segundo capítulo do programa da AD. Assim, no subtítulo «casa para todos», anuncia que a AD «pretende que todos tenham uma casa digna. Sabe que isso não será possível de um momento para outro, mas irá estimular a construção de modo que se produza, a curto prazo, um número de novos fogos por ano, pelo menos duplo do actual». Faltam, diz a Aliança Democrática, cerca de 700 mil fogos. E a construção da maior parte desses «fogos compete não ao Estado mas sim à empresa privada e às cooperativas».

Depois são os Transportes. Aqui a AD entende que «compete ao Estado satisfazer as necessidades públicas essenciais em matéria de Transportes e Comunicações. Mas para isso não tem de monopolizar o sector e precisa mesmo de reduzir a sua intervenção nele. Para a

QUE CONCORREM À INTERCALAR

partido diferente um País novo"



signadamente com o PS e com o PCP, como enviou a todos os partidos de esquerda que estarão eventualmente representados na Assembleia da República, um memorando propondo a abertura imediata do diálogo e enumerando os principais pontos que, em seu entender, essa plataforma deverá abordar».

A UEDS NA AR: O CONSUMIDOR E O QUOTIDIANO

Os deputados da UEDS bater-se-ão na Assembleia da República «pela criação de um Serviço Nacional de Habitação (...); pela revogação imediata da legislação que liberalizou o regime de rendas de casa (...); pela rápida implantação e regulamentação do Serviço Nacional de Saúde; pela revisão do estatuto dos reformados e pensionistas com fixação imediata da pensão mínima em metade do salário mínimo nacional e progressiva equiparação da pensão mínima a esse salário mínimo, sendo as actualizações das pensões simultâneas aos aumentos do salário mínimo; pela regulamentação da publicidade comercial e da participação das associações de consumidores no combate e na fiscalização do açambarcamento, especulação e fraude, como forma de melhorar as condições de protecção ao consumidor; pela protecção aos jovens em busca do primeiro emprego (...); pela garantia da liberdade religiosa com o tratamento idêntico para todas as confissões; pela definição de uma lei-quadro de planeamento familiar e pela criação de um Instituto Nacional do Planeamento Familiar, integrado na orgânica do SNS e pela correspondente despenalização do aborto, bem como pela promulgação de legislação que garanta plenamente os direitos da mulher e suprima toda e qualquer discriminação baseada no sexo; pela defesa do meio ambiente e da qualidade da vida, nomeadamente através de uma lei sobre política energética que rejeite um modelo de desenvolvimento baseado na energia nuclear e subordinado aos interesses estrangeiros das potências nucleares (...); pela revogação das leis antioperárias (da responsabilidade do PS ou das maiorias PS/PSD/CDS) nomeadamente aquelas que permitiram

a liberalização dos despedimentos; pela revogação e substituição das leis que regulamentam a organização e funcionamento das associações sindicais e comissões de trabalhadores (da responsabilidade das maiorias PS/PSD/CDS) e que violam frontalmente a liberdade sindical e a liberdade de auto-organização dos trabalhadores; pela aprovação de legislação garantindo e alargando a participação dos trabalhadores, moradores, inquilinos, consumidores, reformados, etc., etc., na solução dos problemas que lhe dizem directamente respeito; pela revogação da Lei das Bases da Reforma Agrária (...); pela revogação da Lei do Arrendamento Rural (...); pela reposição dos direitos dos compartos à gestão dos baldios (...); pela revisão da política de integração de Portugal no Mercado Comum de modo a garantir-se a independência nacional (...); pela revogação e substituição das leis que regulamentam o funcionamento da Constituição (...); pela definição de uma política de acção cultural virada para o combate ao analfabetismo, pela definição de uma vida cultural quotidiana sã e desalienada, para a ocupação dos tempos livres e o incentivo e apoio às associações e grupos culturais, recreativos e desportivos e ainda para a vivência criativa e renovada dos valores histórico-culturais que definem a nossa entidade nacional enquanto povo».

Os deputados da UEDS colocam como tarefas imediatas a «reestruturação, dinamização e rentabilização dos sectores público e nacionalizado que deverão constituir o «motor» da recuperação económica de acordo com o projecto constitucional». E garantem o «apoio efectivo às experiências de autogestão e o fomento e incentivo de novas experiências nesse campo». Prometem lutar pelo «terno da política de desintervenções que tem vindo a entregar ao patronato muitas empresas cuja sobrevivência se deve ao esforço dos trabalhadores».

A concluir: «Ao submeter-se ao eleitorado a UEDS não ignora que vai travar uma luta desigual contra aparelhos partidários poderosos que beneficiam de múltiplos e variados apoios. Mas sabe também que essa desigualdade é o preço da sua independência».

UDP

Legalizada em 19 de Fevereiro de 1975 na sequência da unificação de três organizações de extrema-esquerda existentes antes do 25 de Abril, a UDP apresenta-se às eleições de 2 de Dezembro com três objectivos programáticos: «impor uma clara derrota parlamentar e política ao PPD e CDS, que os obrigue a recuar na sua escalada reacção; colocar na Assembleia um grupo parlamentar de Unidade Popular que prossiga e alargue a acção positiva até agora desenvolvida pelos deputados da UDP; dar um poderoso estímulo ao crescimento e coesão da Unidade Popular que forneça uma real alternativa ao reformismo paralisante do PS e PC e permita uma intervenção em força nas eleições de 1980-81».

A culpa é do 25 de Novembro

No seu programa eleitoral a UDP reafirma (aquilo que tem vindo a dizer há quatro anos) que a culpa da situação sombria em que vive o povo trabalhador é do 25 de Novembro. Lê-se expressamente: «O golpe de força de 25 de Novembro de 1975 chefiado pelo tenente-coronel Eanes, é a causa directa da crise, das dificuldades do povo, das injustiças que se amontoam, da vida cinzenta que se abate sobre o País». Acrescenta a UDP, nas suas linhas programáticas: «os ideais do 25 de Novembro são a riqueza fácil para os que já têm tudo, a corrupção, o autoritarismo militarista, o servilismo perante o estrangeiro. A sua cultura é a violência e a pornografia. A sua liberdade é o conformismo e a submissão. A sua prosperidade é o apertar do cinto. Por causa do 25 de Novembro muitos descreem da democracia e o povo olha o futuro com angústia».

«A culpa dos males actuais é dos salvadores de 25 de Novembro» — acentua a UDP, dizendo ainda que «este regime não corrigiu nada». É a negação do 25 de Abril. É a marcha para um regime autoritário e obscurantista como há tanto tempo reclamam os chefes do PPD e CDS. Por tudo isto «recusar o 25 de Novembro» é a proposta desta organização. Porquê? A resposta é dada nestes termos: — Ficar à espera que o regime se corrija, que o general Eanes se torne mais democrata, que os capitalistas se moderem e que os agrários se cansem de roubar terras à Reforma Agrária, que os especuladores se arrependam e que o FMI acabe por ter pena da nossa ruína — seria ingenuidade indigna de um povo que fez as jornadas de 1974-75. Vivam-se as lições que não podem ser apagadas da consciência dos portugueses.

Considerando que este regime é um regime do capital, a UDP frisa que «dele só podem sair forças destrutivas» e que a sua lógica «é empobrecer o povo, arruinar o País e entregá-lo ao estrangeiro para tentar assegurar a taxa de lucro dos capitalistas e os vencimentos faustos dos administradores».

Neste enquadramento, a UDP sublinha que «os políticos que servem e aceitam o regime do 25 de Novembro podem ter linguagem e estilos diferentes, mas a essência da sua política é a mesma e conduz a resultados semelhantes». Partindo da afirmação de que «o general Eanes encabeça o regime porque é o homem próprio para a tarefa», a UDP diz no seu programa que o PR «apesar das suas garantias

Quantos eleitores aceitarão "o voto certo da mudança"?

legalistas, tem favorecido e dado cobertura ao avanço da direita militar e à escalada do PPD e CDS» e que «é o cabeça da crescente pressão militar ao serviço da NATO e dos interesses americanos em Portugal». Daí outra afirmação: «nenhuma política autenticamente democrática pode ser feita hoje em Portugal que não seja resolutamente dirigida contra o 25 de Novembro e contra o general Eanes».

Forças de mudança

Para a UDP a direita não avançou nos últimos quatro anos tanto quanto planeava, tendo sido, outrossim, obrigada a passar da arrogância dos primeiros dias a uma política mais cautelosa. E assim o Governo Mota Pinto foi obrigado a ficar a meio caminho e nem a «Aliança» consegue esconder as contradições e divisões que minam o PPD e o CDS. A estes factos a UDP atribui a resistência tenaz que, dia após dia, tem continuamente

dade da luta política organizada, da qual muitos hoje descreem, «desmoralizados e confundidos pela evolução dos acontecimentos».

Que opção?

No aconselhamento ao voto, o programa eleitoral da UDP ataca os três grandes blocos eleitorais, dizendo claramente que «dar a vitória à Aliança reacção seria atirar o País meio século para trás». Considerando-a a maior ameaça, afirma-se que «os chefes da Aliança procuram fazer esquecer que serviram Salazar e Caetano, mas querem copiar os seus métodos». Mas o seu objectivo, lê-se no programa, é: **generalizar o favoritismo, a corrupção, a especulação e o roubo das finanças públicas, pôr o Estado ao serviço dos tubarões do capital.** Mais: a «Aliança» promete a «ordem» e agita o espantinho do «caos», mas quer liquidar a Constituição por meio de um referendo falseado, protege os terroristas, financia jornais

com desculpas que a ninguém convence». Depois de afirmar que o PCP impõe na CGTP uma política de passividade e ataca as lutas populares mais firmes de esquerdismo, a UDP diz, no programa, que «a oposição do PCP funciona como válvula de segurança do regime, vai na retaguarda do movimento popular, recolhendo o protesto das massas para o transformar em resignação, passividade, espera».

Desaconselhando o voto nos «partidos reformistas enleados em compromissos com o 25 de Novembro», a candidatura da UDP diz também que é inútil o voto na UEDS e noutros pequenos partidos «cuja plataforma se resume a pressionar o PC e o PS a um acordo que nunca conduziria a nenhuma mudança real».

Em face disto, «ganhar todos para a alternativa da UDP» é o objectivo desta candidatura, concorrente em todos os círculos eleitorais, com 330 candidatos, 128 dos quais são operários.

Sair do pesadelo da crise

A candidatura da UDP baseia o seu programa de acção numa certeza: a de que o País dispõe de todos os meios para sair do pesadelo da crise e assegurar a todos os portugueses uma vida digna. Como? «Tudo está em que o trabalho e os recursos nacionais sejam postos em acção ao serviço do Povo». Mas não há solução para a crise se não se impuserem os interesses do povo sobre os do capital, defendendo a UDP que «o caminho do desenvolvimento económico, do bem-estar social, da justiça e do progresso está indissolivelmente ligado à garantia firme das liberdades democráticas e da independência nacional».

Avançar colectivamente para o socialismo como única alternativa para se libertar da pobreza, da injustiça e da opressão é para a UDP o desafio histórico que defronta o povo português desde o 25 de Abril.

Destaque para a luta pela liberdade no programa de acção da candidatura da UDP. Um extracto do programa: lutaremos não apenas em defesa das liberdades, mas também pela sua revitalização. Com um objectivo sempre presente: frustrar a ofensiva antidemocrática do 25 de Novembro e fazer triunfar as liberdades de Abril.

Que a Independência nacional não é utopia, di-lo também a UDP, assegurando que o problema é hoje mais do que nunca uma questão vital para a decisão do futuro do nosso povo. Segundo o seu programa, «nada obriga Portugal a entregar-se à CEE senão o interesse de capitalistas e políticos corruptos em busca de uma posição confortável como agentes da Europa dos monopólios». Também «nada obriga Portugal a manter-se na NATO senão a cedência vergonhosa de políticos e militares que acham vantajoso ceder às exigências do imperialismo norte-americano».

Deste modo, e apesar de não refeita dos desentendimentos internos verificados no princípio do ano, aquando do III Congresso que provocou uma hegemonia do PCP(R), a UDP apresenta-se ao eleitorado como «o voto certo da mudança».



posto em movimento por todo o País centenas de milhares de trabalhadores, mulheres e jovens, antifascistas e patriotas. Em face desta realidade «não têm razão aqueles trabalhadores que se deixaram desorientar pela chantagem da direita e descreem da existência de forças para impor as mudanças necessárias». A verdade é que — sublinha no seu programa — a maior fonte que a direita hoje pode apresentar são as vacilações na nossa própria luta.

Partindo do princípio de que hoje a luta do povo está, de novo, a ser enfraquecida pela vacilação e a traição dos que sonham com a protecção dos generais do 25 de Novembro mascarados de «democratas», a UDP apela: Libertem-se os trabalhadores das vacilações, fortaleça-se a CGTP, libertando-a do reformismo e retire-se toda a base de massas à UGT divisionista, manipulada pelo patronato e pelo imperialismo. Tendo em conta que virar as costas à política «é entregá-la aos reacçãoários», a UDP põe acento na necessi-

imundos, lança ondas de boatos para atemorizar o povo, arregimenta votantes pela pressão económica dos caciques, organiza bandos de cacetiros nas escolas, sabota a acção sindical dos trabalhadores, institui nas ilhas um regime de perseguição e prepotência.

Quanto ao voto no PS a UDP considera que ele corresponde a «dar a Soares uma escada para espezinhar e trair o povo», já que os trabalhadores não podem «esquecer que a lei Barreto, o projecto Gonet, a política dos «pacotes», a lei contra as comissões de trabalhadores, a lei das rendas, a divisão do movimento sindical, as reformas Cardia, os compromissos com o FMI, a entrada do CDS para o Governo — tudo isto foi obra do PS».

Relativamente à APU a questão põe-se para a UDP, nestes termos: **oposição real ou válvula de segurança do regime?** A oposição do PCP ao regime é, assim, considerada «muito estranha», porque «não toca em Eanes nem no 25 de Novembro,

RELAÇÕES LESTE-OESTE

REUNIÃO DA NATO EM HAIA

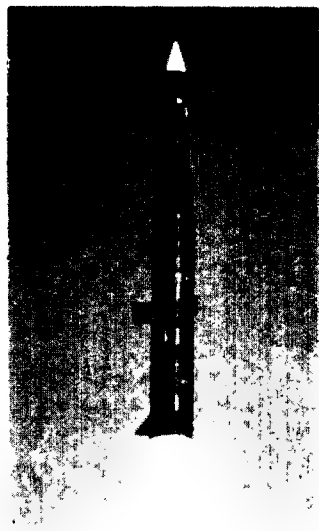
Cinco biliões de dólares para novos mísseis

Cinco biliões de dólares é o custo do programa de modernização do arsenal nuclear da NATO (108 mísseis Pershing II e 464 mísseis de Cruzeiro) que será examinado hoje e amanhã em Haia pelo «grupo dos Planos Nucleares da NATO» que reúne nove ministros da Defesa da Aliança Atlântica, soube-se de fonte diplomática.

O ministro da defesa turco, Neshet Akmandor, não participou na reunião, segundo se indica em Haia, por causa da constituição do novo gabinete de Ankara assim como o ministro grego Evangelos Averoff, cuja ausência não foi explicada.

O preço de cinco biliões de dólares para a produção dos Mísseis Pershing II (1.800 km de alcance) e dos mísseis de Cruzeiro (2.400 km) é sobretudo suportado pelos Estados Unidos. Os custos das infra-estruturas e dos equipamentos são cobertos pelo orçamento da NATO, no qual participam os aliados americanos.

A importância financeira do programa, notam os observadores, parece excluir que os ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, que tomarão a decisão política sobre o programa no próximo mês de Dezembro em Bruxelas, possam decidir sobre a produção dos mísseis sem decidir, paralelamente, a sua



O míssil Pershing II

instalação, como o deseja o ministro democrata-cristão da defesa holandês, Willem Scholten.

A posição dos vários países da Aliança, um mês antes da reunião do Conselho dos Negócios Estrangeiros em Bruxelas, também será evocada durante a reunião. A RFA que pos. como condição ao estacionamento das novas armas sobre o seu território, que «outros países, ocidentais» as aceitassem também, ficará satisfeita com as tomadas de posição da Itália e da Grã-Bretanha.

A Holanda continua muito reservada. A posição da Bélgica será alvo dum debate parlamentar em Bruxelas, mas só «depois do governo ter tomado a sua decisão», acrescenta-se de fonte segura belga.

Os ministros da Defesa alem dos detalhes técnicos sobre a instalação dos mísseis na repartição nos cinco países abrangidos pelo plano de modernização (RFA, Grã-Bretanha, Itália, Holanda e Bélgica) abrirão uma exposição do secretário da Defesa americano, Harold Brown. Este esclarecerá as modalidades do plano americano de retirada de míssil atômicos obsoletos, sobre o total de sete mil actualmente estacionadas na Europa.

A retirada dessas ogivas, segundo os peritos, tem dois objectivos: evitar que o número de ogivas aumente na Europa e mostrar a Moscovo que a Ocidente responde às ofertas do presidente Brejnev de retirada de 20 mil bombas e 1000 tanques da RDA.

Referindo-se a esse plano, o órgão do governo soviético, «Izvestia», considerou, porém, que os Estados Unidos não usaram a retirada da Europa um sinal de «para fazer propaganda» jornal soviético que se refere à opinião «da maioria dos comentaristas

dores dos dois lados do Atlântico», considera que a recente proposta americana não é uma resposta às «iniciativas de paz» anunciadas por Leonid Brejnev em Berlim.

O jornal sublinha que as armas nucleares que Washington se propõe retirar são «velhas» e acrescenta que a proposta em si não tem qualquer carácter de novidade tendo sido já recusada pelos países do Pacto de Varsóvia durante as negociações de Viena.

OS FOGUETOS CHINESES

Os novos foguetos chineses poderiam atingir os Estados Unidos e deitar bombas atômicas centenas de vezes mais devastadoras do que a de Hiroxima — revelaram ontem investigadores espaciais japoneses.

Os peritos da Federação Japonesa de Organização Económica visitaram a China no fim do mês passado para conhecer as instalações de engenharia espacial deste país.

Dados parciais sobre os modernos foguetos lançados por «CSSX-4» foram divulgados na Primavera pela agência espacial norte-americana NASA mas esta foi a primeira vez que a China revelou pormenores a visitantes estrangeiros.

AFRICA

Holden Roberto abandonou o Zaire

Holden Roberto, presidente da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), deixou ontem de manhã, definitivamente, o Zaire, a caminho do Senegal, soube-se ontem de fonte oficial.

Os angolanos que desejarem permanecer no Zaire, segundo acrescentou um texto publicado naquela ocasião, deverão comportar-se como «refugiados» e não poderão ter qualquer actividade política.

Esta medida resulta da aplicação dum acordo, na sequência das entrevistas do presidente Mobutu Sese Seko, com os chefes de Estado dos países vizinhos (Congo, Angola, Zâmbia, Burundi, Tanzânia, Ruanda e Uganda), nos termos do qual



Holden Roberto

esses responsáveis se comprometeram a não permitir que os seus países respectivos sirvam de base de partida para acções subversivas contra os países vizinhos.

Projecto sobre a Rodésia aprovado nos Comuns

O projecto de lei do governo britânico sobre a Rodésia que abre o caminho para um Zimbábue legal e independente de maioria negra, foi adoptado esta manhã pelos Comuns. Esta legislação deve ainda ser adoptada pela câmara dos lordes antes de ser promulgada na quarta-feira.

Depois de onze horas de debate, os parlamentares britânicos finalmente aprovaram o texto por 296 votos contra 229.

O projecto de lei prevê que o Parlamento elaborará uma nova constituição e organizará novas eleições. A sra. Margaret Thatcher, chefe do governo dissera que a solução «estava mais próxima do que muitos pensavam ser possível».

A oposição trabalhista criticou fortemente o texto classificando-o como «gafate perigoso».

Entretanto, guerrilheiros da Frente Patriótica não mostraram, às primeiras horas de hoje sinais de se curvarem a um ultimato britânico na conferência de paz na Rodésia, a decorrer em Londres.

O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Lord Carrington afirmou aos dirigentes da Frente Patriótica Joshua Nkomo e Robert Mugabe que uma decisão sobre as propostas de Londres para o território devastado pela guerra deveria ser alcançada «dentro de um dia ou dois».

A delegação de Salisbury do primeiro-ministro Abe Muzorewa, aceitou já o plano britânico para novas eleições e independência legal para a Rodésia-Zimbábue.

O prazo dos britânicos que terminava ontem, deparou com uma reacção firme de portavozes dos guerrilheiros.

«Estamos dispostos a continuar a dialogar... Se lord Carrington deseja acabar com a conferência é com ele», observou Willie Musururwa, porta-voz de Nkomo.

Atentado em Luanda — 1 morto e cinco feridos

Uma mulher morreu e cinco pessoas ficaram feridas sexta-feira na explosão de uma bomba no exterior da Embaixada Alemã Democrática em Luanda — informou ontem o Ministério angolano do Interior.

Algumas viaturas da embaixada ficaram destruídas bem como a fachada e o rés-do-chão do prédio, soando ainda prejuízos algumas das residências vizinhas.

Segundo o comunicado do ministério, os responsáveis por este atentado são «o imperialismo internacional e os seus lacaios».

O seu objectivo terá sido o de «perturbar a atmosfera solene» por ocasião do quarto aniversário da proclamação da independência angolana, bem como «atingir os nossos amigos dos países socialistas».

● **NAMÍBIA** — O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, enviou na segunda-feira uma nota à África do Sul na qual promete que os seus representantes se avistarão com os dirigentes dos partidos namibios, esperando com isso abrir caminho para a participação sul-africana na conferência de Genebra, já a decorrer.

● **SARA** — O «Tribunal dos Povos», criado em substituição do antigo «Tribunal Russell», reconheceu o direito do povo saariano à autodeterminação e a legitimidade da «Frente Polisário» como seu único representante. Paralelamente, considerou nulos os acordos de Madrid firmados em 1975 entre Espanha, Marrocos e

Mauritânia, relativos à antiga colónia espanhola do Sara Ocidental. Patrocinado pela «Fundação Internacional Lelio Basso para o Direito e a Libertação dos Povos» o «Tribunal dos Povos» esteve reunido nos dias 10 e 11 do corrente mês em Bruxelas a pedido da Frente Polisário para que emitisse uma opinião relativamente à situação no Sara Ocidental.

● **ZÂMBIA** — A Zâmbia possui apenas reservas alimentares suficientes até Abril do próximo ano, em consequência das incursões rodésianas no seu território, revelou o presidente zambiano, Kenneth Kaunda, em Roma.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Press, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

MÉDIO ORIENTE

ARAFAT EM MOSCOVO

Pedido americano para mediação?

O chefe da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, chegou a Moscovo à frente de uma delegação da OLP, anunciou a agência TASS.

Segundo a agência, Arafat tomará parte «em conversações com os dirigentes soviéticos», mas não adiantou pormenores.

Arafat visitou a União Soviética pela última vez em Outubro de 1978 encontrando-se então com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromiko, e com o primeiro-ministro Alexei Kossiguine.

Círculos árabes em Moscovo anunciaram ser provável que a União Soviética peça a Arafat que use a sua influência com o governo islâmico no Irão para a libertação dos reféns, que há dez dias se encontram retidos na Embaixada dos Estados Unidos.

«É possível que os Estados Unidos canalizem tal pedido através de Moscovo para evitar pedir auxílio directo à OLP» — declarou um diplomata árabe em Moscovo.

Um informador da embaixada dos Estados Unidos em Moscovo afirmou, por seu lado, que tal pedido não tinha sido feito em Moscovo e que «tal medida era pouco provável».

A Organização de Libertação da Palestina ofereceu-se para servir de mediadora na tentativa de libertação dos reféns em poder dos estudantes iranianos desde 4 de Novembro, mas só com a condição de que os Esta-



Yasser Arafat

dos Unidos pedissem directamente os seus serviços.

Enquanto isto, o governo de João Batista Figueiredo considerou «inconveniente no momento» uma eventual visita de Yasser Arafat ao Brasil — noticiou o jornal «Estado de S. Paulo», citando fontes diplomáticas de Brasília.

A especulação sobre uma possível viagem do dirigente palestino ao Brasil nos bastidores diplomáticos da capital do país vem ao encontro das tentativas que teriam sido feitas por assessores de Arafat, em Lisboa, para que a deslocação, de grande impacto político, pudesse obter o acordo das autoridades de Brasília.

BOMBA ISRAELITA

Uma bomba israelita explodiu hoje no pátio de recreio da escola de um campo de refugiados palestinos no Sul do Líbano matando três crianças e ferindo várias outras, anunciou a agência noticiosa palestina «WAFA».

A bomba, que se encontrava enterrada, explodiu no campo de refugiados de Rasnideh, perto de Tiro, a 85 quilómetros de Beirute, quando as crianças brincavam no recreio.

NABLUS PARALISADA

Os estudantes manifestaram-se e os comerciantes fecharam ontem as suas lojas, em protesto contra a detenção, pelos israelitas, do presidente da Câmara de Nablus, a maior cidade da Cisjordânia ocupada.

Bassam Al-Shaka foi preso no domingo acusado de ter exprimido a sua aprovação a um grande ataque de guerrilheiros palestinos, em 1978, de que resultou a morte de 34 israelitas. As autoridades declararam que será expulso para um país árabe vizinho.

Nablus paralisou-se, completo, em sinal de protesto contra a sua detenção. As lojas e as escolas encerraram e os serviços públicos não funcionaram.

ASIA

RECUO IRANIANO?

Libertação dos reféns se os EUA aceitarem inquérito aos crimes do xá

A libertação dos reféns da embaixada americana em Teerão poderá ser prevista se os Estados Unidos aceitarem a formação duma comissão de inquérito internacional incumbida de provar os crimes do xá e se submeterem depois às decisões desta comissão para entrega-lo ao Irão, declarou Sadegh Gholbzadeh, director da televisão iraniana, numa conferência de imprensa.

Gholbzadeh sublinhou que o Irão aguardava de Washington «um primeiro passo» para a resolução negociada aceitando esta única solução. «Enquanto Carter não aceitar, guardaremos os reféns», afirmou o director da TV iraniana.

A escalada na crise que opõe na mais de uma semana os Estados Unidos e o Irão prosseguia ontem com o anúncio quase simultâneo da decisão de Washington de interromper as suas importações de petróleo iraniano e a de Teerão de pôr fim às suas

exportações para os Estados Unidos.

Anunciando a sua decisão numa breve alocução radio-televisada, o presidente Carter sublinhou que a questão para os Estados Unidos não era deixar-se manobrar por uma eventual chantagem económica. «Ninguém, acrescentou, deverá subestimar a determinação dos Estados Unidos de não permitir o recurso ao terrorismo e a tomada de reféns para impor exigências políticas».

A interrupção das importações petrolíferas iranianas (cerca de 3 por cento do consumo americano) vem no seguimento do embargo a peças e peças para equipamentos militares e à decisão de expulsar todos os estudantes iranianos em situação irregular.

Em Teerão, o anúncio da suspensão dos fornecimentos de petróleo aos Estados Unidos foi feita, pouco depois do discurso

de Carter pelo conselho revolucionário que governa o país desde a demissão de Sadegh Bazargan. Tomada já na «dois ou três dias», segundo Sadegh Gholbzadeh, director da televisão iraniana, esta medida é aplicável imediatamente. As ameaças americanas de boicote económico, declarou Gholbzadeh, não modificarão a «determinação do povo iraniano de lutar contra o imperialismo».

A QUEM MAIS PREJUDICA O CORTE DE PETRÓLEO?

A decisão do Presidente Carter de interromper imediatamente as importações americanas de petróleo iraniano foi bem acolhida pelos meios políticos americanos.

Vários candidatos à presidência, entre eles o senador Edward Kennedy, o governador da Califórnia Edmund Brown, e dois republicanos, o antigo governador do Texas, John Connally e o senador Howard Baker, prestaram homenagem à firmeza de que deu provas o presidente Carter.

«Eu teria feito mais ou menos a mesma coisa que o presidente neste caso», declarou Kennedy. «Ele em perfeitamente razão», opinou Baker, enquanto que Connally afirmava: «Apoio totalmente a acção do presidente Carter».

Para o senador Frank Church (Democrata do Ohio), presidente da Comissão Senatorial dos Negócios Estrangeiros, os Estados Unidos não devem comprar «uma única gota de petróleo iraniano enquanto o pessoal da embaixada estiver retido como refém».

Pela sua parte, Brown decidiu restabelecer o racionamento de gasolina na Califórnia, enquanto

que Henry Jackson, presidente da Comissão Senatorial da Energia considerou que a decisão presidencial terá mais consequências para os americanos do que para o Irão.

Os Estados Unidos importam actualmente um pouco menos de 8,5 milhões de barris por dia de petróleo e de produtos dele derivados. Sobre este total, as importações directas de petróleo iraniano bruto elevaram-se, durante os últimos meses, a cerca de 400 mil a 500 mil barris por dia, aos quais convém acrescentar cerca de 200 mil a 300 mil barris por dia de produtos refinados por refinarias estrangeiras a partir de petróleo bruto do Irão. O presidente Carter não precisou no entanto de a sua decisão de parar com as importações de petróleo do Irão, se refere unicamente aos fornecimentos directos de petróleo iraniano ou também aos produtos refinados.

No imediato, considera-se em meios competentes, que a distribuição de gasolina nos postos de abastecimento terá que voltar proximoamente a ser regulamentada segundo o sistema «par-impar» que já tinha sido aplicada em junho último quando da penúria de combustível. Com este sistema, os automobilistas só podem encher o depósito do seu carro de dois em dois dias.

O XÁ VOLTA AO MEXICO

A decisão mexicana de encerrar a sua embaixada no Irão reforça a impressão, corrente na cidade do México, de que o antigo «rei da Pérsia» poderá estar em breve de volta à cidade turística de Guernavaca, onde ultimamente se fixou.

Mas a teoria predominante nos meios diplomáticos mexicanos é de que o xá não regressaria ao México, antes dos reféns norte-americanos do Irão serem libertados.

EUROPA

Avião espanhol perseguido por quatro OVNIS

Quatro Objectos Voadores Não Identificados perseguiam na noite de domingo para segunda-feira, durante mais de quatro horas, um avião «Caravelle» que voava de Palma de Maiorca para Tenerife, e obrigaram-no a aterrar em Valência, indica-se de fonte policial.

O avião, da companhia «Transportes Aéreos Españoles» (TAE) tinha 119 passageiros a bordo, na sua maioria alemães e austríacos.

O piloto declarou que quatro objectos luminosos começaram a seguir o aparelho quando sobrevoava Ibiza, às 22.00 h locais de domingo. Depois de ter tentado ganhar distância, o comandante consultou a torre de controlo

do aeroporto de Valência, que o aconselhou a aterrar.

Os quatro «OVNIS» acompanharam o avião até Valência. Eram então 02.00. Depois imobilizaram-se um por cima da base militar da cidade, um outro por cima do terminal, um terceiro por cima da cabeça da pista, e o quarto passou a sobrevoar a base militar.

Descolaram então da base dos LLanos (provincia de Albacete) quatro aviões de caça «Phantom», mas no momento em que chegavam a Valência os «OVNIS» desapareceram.

Várias pessoas da região de Valência viram os quatro «OVNIS». As autoridades militares abriram um inquérito.

ETA exige amnistia em troca de Ruperez

A ETA anunciou a sua disposição de libertar o dirigente da UCD, Javier Ruperez, em troca da amnistia dos militantes separatistas bascos que se encontram presos.

De acordo com um comunicado difundido ontem em Madrid, o ramo político-militar da ETA afirma que voltou a atacar o partido no poder, porque o considera «o principal responsável pelos actos repressivos ocorridos ultimamente no País Basco».

«A exigência popular de amnistia com o Estatuto de Autonomia», acrescenta a ETA — «o Governo esta respondendo com torturas e assassinatos».

Embora ainda não tenha divulgado as condições concretas que irá exigir do Governo para libertar Javier Ruperez, a ETA pediu já a libertação dos militantes separatistas bascos, bem como a integração da provincia de Navarra na «Euzkadi» e a saída das forças policiais do País Basco.

O sequestro de Ruperez ocorreu domingo de manhã em Ma-

drid, quando o dirigente da UCD deveria presidir à última sessão da Conferência de Países Centristas Ibero-Americanos.

Esta conferência, organizada pelo Departamento de Relações Internacionais da UCD, aprovou uma declaração condenando os regimes ditatoriais da América Latina.

O sequestro do dirigente do partido governamental espanhol coincide, por outro lado, com uma série de violentos acontecimentos que ultimamente têm abalado o País Basco.

Na semana passada, a Guarda Civil matou um jovem simpatizante do Partido Comunista, que, segundo a versão oficial, se recusou a parar numa operação stop.

Foi esta também a explicação que a Polícia Política deu, no último fim-de-semana, sobre a morte de um vereador de Laconza, na provincia de Navarra.

A ETA, por seu turno reivindicou no mesmo dia o atentado contra a sede da fabrica que constrói equipamentos nucleares para a central basca de Lemniz.

JAPÃO

Condenações à morte

O Supremo Tribunal japonês condenou à morte dois extremistas e um outro a prisão perpetua, acusados de um atentado com bomba contra uma grande empresa de Tóquio, em Agosto de 1974.

No ataque contra o edifício do consórcio Mitsubishi morreram oito pessoas e mais de 150 ficaram feridas após a explosão de uma bomba de relógio de grande potência.

Os acusados, que pertencem a diferentes grupos terroristas fundidos na Frente Anti-Japonesa da Ásia Oriental, foram ainda acusados de terem planeado um atentado contra um comboio em que viajava o imperador Hirohito.

Vinte e duas pessoas ficaram feridas em outros atentados bombistas pelos quais os extremistas foram ainda responsabilizados — disseram as autoridades.

Os advogados de defesa argumentaram que o grupo fez várias chamadas telefónicas para avisar a Mitsubishi de que iria ser colocada uma bomba na sede da companhia.

O Japão procedeu a cerca de 600 execuções desde o fim da I Guerra Mundial, havendo neste momento 16 condenados a sentenças de morte.

As execuções foram levadas a cabo discretamente e só foram anunciadas seis meses mais tarde.

AMÉRICA

DUZENTOS E CINQUENTA MIL EVACUADOS

Ameaça de nuvem mortífera pesa ainda sobre Toronto

Bombeiros canadenses esforçaram-se hoje por isolar um vagão-cisterna com gás venenoso de um comboio com produção químicos em chamas num subúrbio de Toronto que obrigou à evacuação de quase 250 000 pessoas.

As autoridades afirmam que o vagão poderia ainda explodir,

espalhando uma nuvem deletal gas de cloro sobre o subúrbio industrial de Mississauga, junto de Toronto, no Canadá.

O incêndio, que principiou antes do alvorecer de domingo quando um comboio de mercadorias, com 106 vagões, descarrilou e explodiram sete cisternas com gás propano, foi ontem quase dominado.

Contudo, um vagão-cisterna com gás propano, contendo o gás de cloro, ardeu durante toda a noite.

Bombeiros, com máscaras contra gases, lançaram quase 20 000 litros de água por minuto sobre o fogo e os destroços incandescentes do comboio, que se encontram perto.

Os 250 000 evacuados passa-

ram a segunda noite em abrigos improvisados fora da área de perigo ou com parentes e amigos.

Mississauga é quase uma cidade fantasma.

As autoridades disseram que a ameaça de uma explosão ou de uma grande nuvem de cloro diminuiu durante o dia de ontem.

O procurador-geral Roy McMurtry disse esperar que os evacuados possam regressar em breve aos lares.

Estamos ainda preocupados, embora não crendo que vai haver outra explosão», observou.

Contudo, as autoridades não excluem a possibilidade de aumentarem a evacuação, se o vento mudar de direcção.

Os bombeiros esperam começar amanhã a noite o cloro do vagão-cisterna e o perigo de uma explosão diminuiu ainda mais com as temperaturas abaixo de zero registadas durante a noite.

ARGENTINA

Seis mil desaparecidos em cinco anos

Os advogados das famílias de 600 desaparecidos na Argentina, rotularam de inconstitucional a lei que autoriza o governo militar a declarar legalmente mortos as pessoas desaparecidas um ano após esta ocorrência.

Com a declaração de morte os juizes encerram a investigação dos casos sem determinar o que aconteceu e sem os resolu-

ver, mesmo que para isso tenham elementos», acentuam os 19 juristas numa petição endereçada ao juiz federal, Angel Basile.

A lei, datada de Setembro, destina-se segundo o governo, a «permitir aos familiares dos desaparecidos resolver problemas legais incluindo a execução de testamentos, o recebimento de pensões e a movimentação de

bens. Contudo, os advogados argumentam que a lei retira a questão da sua jurisdição própria os tribunais, priva os familiares do recurso legal e coloca o problema nas mãos do Estado.

As organizações de direitos humanos da Argentina calculam em 6 000 o número de pessoas desaparecidas nos últimos cinco anos.

Descoberta a arma que matou Aldo Moro

Um ano e meio depois do assassinato de Aldo Moro, antigo primeiro-ministro italiano morto pelas «Brigadas Vermelhas», a arma do crime foi identificada. É o primeiro elemento concreto de um inquérito que estagnava.

Trata-se de uma metralhadora do tipo «Skorpion», fabricada na Checoslováquia. Foi ela que matou Aldo Moro, no dia 2 de Maio de 1978. Os exames balísticos demonstraram-no «sem hipótese de erro», graças às mar-

cas deixadas pelo percursor da «Skorpion» nas balas que mataram Aldo Moro.

A metralhadora foi encontrada em 30 de Maio último pelos polícias italianos num apartamento de Roma onde se escondiam dois «terroristas» italianos Anana Farada, uma jovem pertencente aos «autónomos» italianos, e extrema esquerda hostil aos partidos tradicionais. O «faleno Morucci, ele também militante «autónomo».

Atentado na Suíça

As obras de construção de uma central nuclear em Graben, no cantão suíço de Berna, sofreram ontem um atentado.

Registou-se, entretanto, há uma semana, um outro atentado contra a central nuclear suíça de Goesgen.

Em Graben, caiu uma torre de observação meteorológica de 60 metros de altura, por ter sido selado um cabo de aço, tendo ficado destruída a vedação que rodeia os terrenos da projectada central atómica.

O atentado de Goesgen teve consequências mais graves, pois caiu uma instalação idêntica, de 100 metros de altura, sobre um transformador, ficando interrompido o abastecimento eléctrico da zona.

Segundo os peritos, os prejuízos materiais deste atentado ascendem a cerca de um milhão de francos suíços (37 mil contos). Um grupo não identificado auto-denominado «Docteur Yourself 007», reivindicou mais tarde o atentado de Goesgen.

Os tribunais de família na Polónia

É um fenómeno excepcional no mundo contemporâneo: a Polónia é provavelmente o único país da Europa onde o número de divórcios tem diminuído. Segundo os dados mais recentes do Ministério da Justiça nos anos 1977-1978 os tribunais polacos pronunciaram menos 15% de divórcios. A percentagem por 1000 habitantes baixou de 1,24 para 1,12. A tendência continua a manter-se.

Tendo em conta que o número decrescente de família desfeitas é uma consequência da política do Estado no que diz respeito à família e à sua estabilização, este fenómeno pode ser considerado um êxito. Os especialistas são geralmente de opinião que a diminuição do número de divórcios, é, em certa medida, consequência da actividade dos tribunais de família instituídos no fim de 1977. Essa decisão foi precedida, em 1974, por uma experiência efectuada por sete

tribunais e progressivamente estendeu-se a todo o país. Embora esta ideia seja conhecida do mundo desde 1914, a Polónia é o primeiro país a tê-la realizado de uma maneira verdadeiramente complexa. O que significa isto?

Os tribunais de família examinam não só certos problemas escolhidos mas todos os que dizem respeito à família, portanto do direito familiar e tutelar (divórcios, pensões alimentares, abolição da comunidade de bens dos dois cônjuges, reconhecimento de paternidade, partilha de bens dos divorciados, instituição da tutela de menores), acções penais contra adultos por delitos contra a família (por exemplo recusa de pagar a pensão alimentar, maus tratos a pessoas da família, depravação de menores) assim como acções que dizem respeito ao tratamento obrigatório antialcoólico dos pais chefes de família. Estes proble-

mas familiares constituem mais de 40% dos processos que passam pelos tribunais polacos de primeira instância.

A complexidade da problemática familiar reside no facto de ter sido atribuído aos tribunais não só a jurisprudence mas também a execução das sentenças e uma actividade profilática muito ampla. Assim, os tribunais de família tornaram-se o realizador real da política do Estado para com a família.

A base jurídica é constituída por juizes criteriosamente escolhidos e que se especializaram durante os estudos feitos depois de se terem diplomado. Eles cooperam estreitamente com 8000 tutores profissionais e sociais, com especialistas empregados em 46 centros de «voivodas» de consulta e também com professores, médicos, órgãos de Milícia e militantes da Associação dos Amigos das Crianças e de outras organizações sociais (por

exemplo a Liga das Mulheres e os sindicatos). Assim, os mais numerosos são os colaboradores que têm actividades profiláticas; o grupo mais pequeno é constituído pelos juizes como aparelho judicial, enquanto que aos tutores compete dar as sentenças e controlá-las.

Perante este tipo de funcionamento da jurisdição em favor da família, é difícil fazer uma apreciação completa da utilidade dessa reforma, introduzida há só três anos. Em todo o caso já se vêem os seus lados positivos. A diminuição do número de divórcios é a prova mais espectacular. Mas há outras.

Verifica-se também uma diminuição do número de pedidos de licença de casamento feitos por menores, e também uma maior actividade dos tribunais nos processos sobre pensões alimentares e tratamento obrigatório de alcoólicos, o que, do ponto de vista do interesse das famílias, é

um fenómeno positivo. Do mesmo modo, o número de processos sobre a privação ou limitação do direito paternal aumentou mais de 8%, o que prova a crescente actividade dos tribunais no domínio do respeito pelos deveres paternais violados.

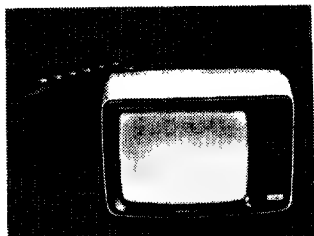
De início, a possibilidade de uma tal ingerência chocava com

certas «controvérsias», mas, do ponto de vista ético, elas não suscitam nenhuma reserva. A limitação do poder paternal das pessoas que depravam menores parece ser um recurso justificado sob o ponto de vista social. Mesmo que o poder paternal seja um direito natural a sociedade não pode ser indiferente à sua realização.

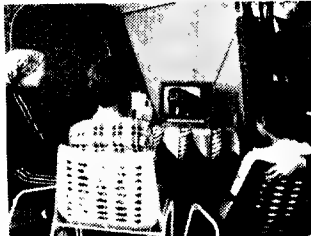
PORQUE É QUE O SEU 2.º TELEVISOR DEVE SER UM GRUNDIG PORTÁTIL?



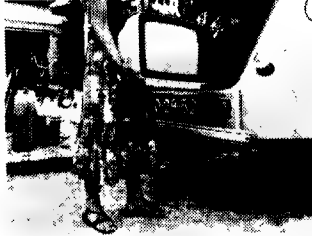
PORQUE...



o Grundig portátil liga-se à bateria e à corrente.



com o Grundig portátil pode ver televisão onde quer que esteja.



o Grundig portátil é tão leve e tão fácil de transportar.



no Grundig portátil, pode ver o 2.º canal, onde lhe apetece!

Um segundo televisor é sempre útil especialmente se for um Grundig portátil. Com um segundo televisor Grundig portátil, onde quer que você esteja, está sempre acompanhado... e pode ver sempre o seu programa preferido, mesmo que os outros queiram ver qualquer coisa diferente! Mas um Grundig portátil não é só um 2.º televisor! É um som e uma imagem inconfundivelmente Grundig! Grundig portátil... tão leve e fácil de transportar! Tão prático... liga-se à corrente ou à bateria!

GRUNDIG PORTÁTIL, À SUA ESCOLHA, EM TRÊS MODERNAS CORES!

GRUNDIG

QUALIDADE EM TODA A LINHA

Representantes:

Nacional Rádio, SARL.

Apartado 2096 - 1102 LISBOA Codex

Soc. de Representações Santos, Guimarães + Oliveira, SARL.

Apartado 154 - 4000 PORTO Codex

EXPOSIÇÃO CARAVANAS VIMARA 80

4 novos modelos

MARCAMPO

de 8 a 18 de Novembro das 9 h. às 23 h.

Av. Almirante Gago Coutinho, 56-D — 1700 LISBOA e nos seus Agentes em Coimbra, Santarém e C. Branco

COMPRA AGORA. QUEM BENEFICIA É VOCÊ!!

FÉRIAS DE INVERNO



TRÓIA • ALGARVE
SERRA DA ESTRELA • PORTO/VIGO
MADEIRA • AÇORES
MADEIRA/AÇORES • COSTA DEL SOL
BENIDORM • PALMA MAIORCA
IBIZA • MADRID
NICE • PARIS
ROMA

PROGRAMAS ESPECIAIS

MARROCOS
FÉRIAS NA NEVE (SUÍÇA)
DESCUBRA A HOLANDA
BÉLGICA TOURS
LONDRES COM WINDSOR TOURS

PEÇA PROGRAMA DETALHADO NA SUA AGÊNCIA DE VIAGENS

ORGANIZAÇÃO

IVO
TOURS

OPERADOR INTERNACIONAL DE VIAGENS

um mundo ^{de viagens} à sua escolha!

Filhos

a prestações

Milojka Tomic, de 25 anos, deu à luz duas crianças de sexo masculino a primeira a 16 de Setembro e a segunda a 6 de Outubro — ou seja, com três semanas de permissão — anunciou o jornal «Vecerne Novosti», de Belgrado.

O facto registou-se na localidade de Blac, na Sérvia. A mãe e as crianças — uma que nasceu a 16 de Setembro e pesava 1,8 quilos e a outra nascida em 6 de Outubro, com 2,5 quilos — encontram-se bem e já saíram da maternidade de Prokuplje em 12 de Outubro.

NUCLEAR

Central mata

operário

sindicatos

propõem greve

Os sindicatos franceses do sector nuclear propuseram em Paris uma greve de quatro horas, após a morte de um operário quando trabalhava num gerador de vapor na central nuclear de Bugey.

Há duas semanas outro operário morreu em circunstâncias similares, ao respirar vapor que se escapou no gerador em que trabalhava.

Ao conhecer-se a noite passada a morte do segundo operário por estas falhas, a maior central sindical francesa, CGT, denunciou o facto de os operários trabalharem nos «geradores com uma importante quantidade de sulfatos».

Os sindicatos pretendem com a greve exigir medidas de formação e segurança no trabalho nuclear.

CENTRAL
MULTADA

As válvulas de segurança da central nuclear de Palisades estiveram abertas durante 18 meses — informou a Comissão Reguladora Nuclear dos Estados Unidos.

A comissão multou a central em 450 000 dólares (cerca de 23 milhões de escudos) — a maior multa até hoje aplicada — o que originou protestos por parte da concessionária da central.

A companhia alega que não houve qualquer fuga de gases durante os 18 meses em que provavelmente as válvulas estiveram abertas, pois a central encontrava-se encerrada para ser reabastecida de óleos pesados.

A comissão reconheceu que não tinha havido fuga de gases radioactivos.

«No entanto, é um assunto grave» — afirmou o presidente da comissão, Joseph Hendire.

Se é incapaz de fazer mal a uma mosca é porque desconhece que ela pode matá-lo

Bastaram alguns dias tépidos para que as moscas invadissem de novo as nossas casas. Elas vagabundeiam ao longo dos vidros, fazem «loopings» entre os móveis e, à hora das refeições, compartilham familiarmente os nossos alimentos, graças a audaciosos ataques em voo picado...

Um gesto afugenta-as do nosso prato ou do açucareiro. Obstinas, voltam imediatamente, e desta vez pousam nos nossos dedos ou no rosto. Novo gesto, e novo voo, seguido de novo retorno... Cansados desta luta desigual em que as moscas dão prova de exemplar perseverança, terminamos por dizer:

— Ora! Que fiquem onde quiserem! Ao fim e ao cabo, não nos vão comer...

Ao falar assim, acabamos de conceder carta branca à nossa mais terrível inimiga, porque se nós somos «incapazes de fazer mal a uma mosca», ela, pelo contrário, pode matar-nos. Como a vemos incessantemente à nossa volta e recordamos que o célebre naturalista sueco Linnaeu, a baptizou, em 1761, com o nome de «mosca doméstica», esquecemos demasiado que este animalzinho familiar, de aparência inofensiva, é, na realidade, um verdadeiro avião de transporte para os micróbios de toda a espécie.

É ela que leva os ovos da bicha solitária (a ténia). É ela quem, na sua origem, a maioria das vezes, ocasiona o tifo, a cólera, o antraz, a gastroenterite e a afecção do aparelho ocular que se denomina tracoma. É ela, além disso — para não falar senão nas doenças mais correntes —, que contribui para propagar a tuberculose e a mortífera diarreia infantil de que tanto sofrem as crianças no Verão.

NÚMEROS
ASTRONÓMICOS...

A explicação desta extraordinária propensão para expandir germes nocivos surge da própria estrutura da mosca e da sua maneira de viver. Com efeito, pode dizer-se que ela passa a maior parte da sua existência sobre as imundícies.

Os entomólogos calcularam que, teoricamente, e sem ter os perigos que ameaçam todo o insecto, se se perdoar a vida a uma única mosca a 10 de Setembro, elas serão cento e vinte a 1 de Outubro e 7200 a 28 de Outubro... E a progressão continua: a 20 de Novembro serão 432 000 para chegar a 25 900 000 a 10 de Dezembro e a 1 555 200 000 a 29 do mesmo mês. A 18 de Janeiro o seu número ultrapassará os 93 000 000 000, para alcançar em meados de Fevereiro, o de 5 598 720 000 000...

Para dar uma ideia mais exacta desta extraordinária proliferação, digamos que, se todas as moscas saídas de um só insecto, fossem colocadas uma atrás de outra, o cortejo daria 880 vezes a volta ao Mundo...

Felizmente, para nós, a Natureza, como sempre, colocou o remédio ao lado do mal. Uma grande parte destes insectos serve de alimento a outros animais. As aranhas, os batráquios, os lagartos e, sobretudo, os pássaros fazem delas enorme consumo. Digamos de passagem que se as andorinhas e os gai-vões são os reis indiscutíveis da caça aérea, as corujas e os pássaros moscardos atacam, por sua vez, os ovos e as larvas.

CADA MOSCA
PODE TRAZER
5 MILHÕES
DE GERMES

Mas somos nós — que estamos ameaçados pelos micróbios que a mosca distribui tão generosamente — que devemos lutar contra ela.

A primeira precaução consiste em impedir que penetrem em nossas casas com algo assim como uns cinco milhões de germes que o corpo de cada uma delas pode recolher.

Este número arrepiante foi obtido por experiências de laboratório, as quais permitiram igualmente estabelecer que cada insecto pode transportar mais de 30 germes infecciosos diferentes.

O meio mais simples (exceptuando a rede metálica que não pode pôr-se em todas as partes) continua a ser, durante o Verão, ter os postigos ou as persianas corridas quando as janelas e as varandas estão abertas. A mosca gosta do calor e da luz. Não ficará, pois, num quarto fresco onde reine a penumbra. Atraída pelos raios do sol, fugirá para o exterior.

Com tudo isto, sejam quais forem as precauções tomadas, é impossível impedir inteiramente a invasão. Há que lutar, pois, contra o inimigo que não se consegue expulsar. Dispostos para este efeito de todo um arsenal que vai desde a famosa garrafa caça-moscas dos nossos avós aos produtos à base de D.D.T., passando pelos papéis mata-moscas.

Estes antissépticos incómodos, foram, aliás, substituídos ultimamente nos Estados Unidos por um aparelho eléctrico que consiste num cilindro de porcelana sobre o qual se colocam, a distâncias muito pequenas, pequenos anéis metálicos. Por cada anel passa uma corrente eléctrica, positiva uma, negativa outra. Ao pousar sobre o cilindro, a mosca toca simultaneamente num anel electrizado positivamente e num anel electrizado negativamente. Produz-se uma descarga eléctrica, que passa pelo corpo e a mata instantaneamente. As moscas caem num pequeno recipiente colocado debaixo do cilindro.

ACÇÃO
PREVENTIVA

Mas a estas medidas repressivas deve sempre preferir-se a

acção preventiva, que ataca a mosca quando está ainda no estado de larva. Os resultados mais rápidos e mais eficazes obter-se-ão incinerando os resíduos, metendo-os em recipientes providos de tampas herméticas e esfregando-os com desinfectantes.

Precisamos que o termo «de-ritros» não significa necessariamente os desperdícios em putrefacção. Com efeito, o centro experimental de Rothamsted, em Inglaterra, estabeleceu que as moscas, ao terem de optar entre três espécies diferentes para pôr ovos: estrumeiras, resíduos de cozinha e folhas de chá, tinham uma preferência por estas últimas, as quais, segundo parece, deveriam ser as menos «apetitosas».

Outra experiência efectuada pelo doutor Wigglesworth, grande entomólogo britânico, levou a uma comprovação ainda mais sensacional. O referido sábio declarou: «As moscas acabam por adaptar-se ao D.D.T. exactamente como certos ratos se tornavam resistentes aos venenos que se lhes dava. Talvez daqui a uns anos tenhamos de encontrar outro meio de destruí-las.»

Enquanto não chega essa data e confiando que a ciência descobrirá então outro produto tão eficaz, continuemos, todavia, a atacar a nossa inimiga com todas as armas de que dispomos.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
E INDUSTRIAS DE BASE

Direcção-Geral
dos Serviços Eléctricos

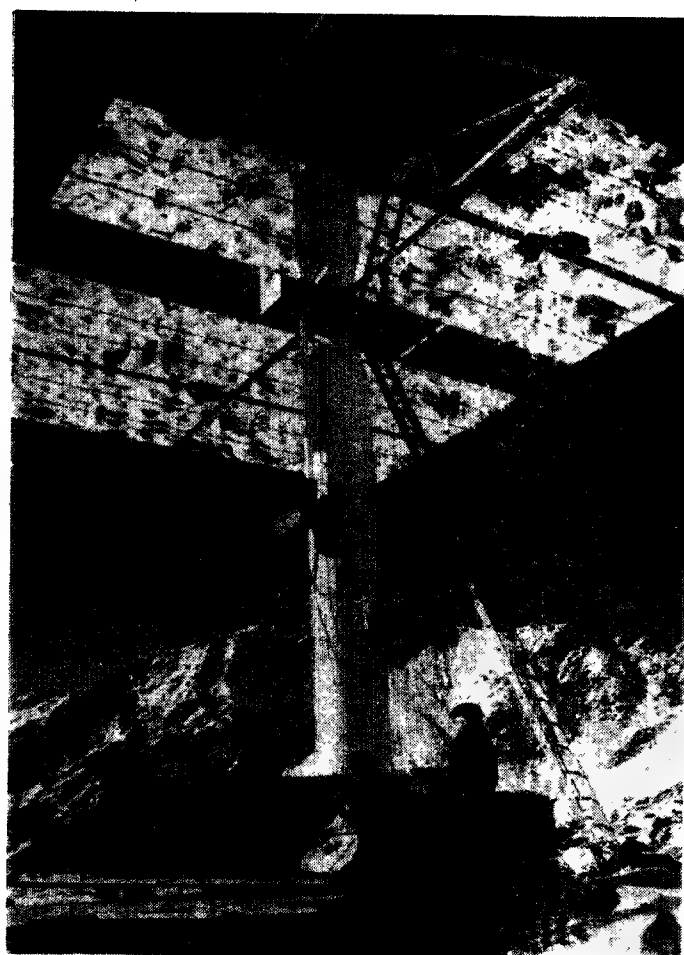
EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho da Azambuja em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelos prazos de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República» o projecto apresentado pela Federação de Municípios do Ribatejo, a que se refere o processo 3/65 471, arquivo 9101, para o estabelecimento na freguesia de Vila Nova da Rainha, concelho de Azambuja, de: linha aérea a 15 kV, com cerca de 3999 metros, entre o apoio n.º 16 da linha para o posto de transformação n.º 27 (Casais de Britos) e o posto de transformação n.º 74, em Entre Águas, concelho de Azambuja; e linha aérea a 15 kV, com cerca de 10 metros, entre o apoio n.º 27 da linha anterior e o posto de transformação n.º 75, em Casais Novos, concelho de Azambuja.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repatrição de Licenciamento, em 26 de Outubro de 1979.

O DIRECTOR DE SERVIÇOS,
José Flores



Energia solar

Este aparelho gigante, dotado de cinco espelhos, acaba de ser instalado no topo da montanha suíça de Weissfluhjoch, a 2 mil e 500 metros de altitude. Vai funcionar durante dois anos no âmbito de um programa suíço de pesquisas e destina-se a testar a possibilidade de se obter um maior rendimento no aproveitamento da energia solar com instalações montadas em regiões altas.

Ministério dos Assuntos Sociais

CENTRO DE MEDICINA
DE REABILITAÇÃO

CONCURSOS PÚBLICOS N.ºs 01/80, 02/80, 03/80, 04/80, 05/80 e 06/80.

FORNECIMENTOS DE: Batata, Pão, Criação, Peixe, Ovos e legumes.

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12.30 e das 13.30 às 17 horas nos Serviços de Aprovisionamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no caderno de encargos.

Centro de Medicina de Reabilitação, 9 de Novembro de 1979

O Chefe dos serviços de aprovisionamento

Associação Portuguesa
de Designers

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Extraordinária

De acordo com 2.º e 3.º parágrafos do Artigo 41.º e parágrafo único do Artigo 42.º dos Estatutos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convoca todos os seus sócios para uma Assembleia Geral a realizar no dia 14 de Novembro 4.ª-feira às 21.30h na S.N.B.A., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Análise da presente situação e informação das actividades da Direcção.

2 — Apreciação das medidas que levem ao restabelecimento da normalidade estatutária.

Lisboa, 7 de Novembro de 1979

O Presidente da Mesa
da Assembleia Geral

José Rocha

CURSOS

MECANOGRAFIA
PERFURAÇÃO/VERIFICAÇÃO
Sistemas IBM e UNIVAC
Início 22-11-79

GRAVAÇÃO/VERIFICAÇÃO
IBM 3742 DISKETTES
23-11-79

DACTILOGRAFIA
Início: todos os dias
Inscrições limitadas

EXTERNATO CONTINENTAL
Telf. 325652 — R. do Arsenal, 100
— 1.º 1100 — Lisboa

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL
DE FAMÍLIA
DE LISBOA
— ANÚNCIO —
2.ª Publicação

Faz-se saber que por este Juízo e 1.ª Secção (Proc.º n.º 410), correm editos de TRINTA DIAS, contados da 2.ª e última publicação do presente anúncio estando a RE. — MARIA NOEMIA LUIS DA SILVA, ausente em parte incerta e que teve o seu último domicílio conhecido na Calçada das Necessidades, 4, 2.º, direito, Lisboa, para no prazo de VINTE DIAS, decorrido que seja o dos editos, contestar, querendo, a Acção de Divórcio Litigioso, que lhe move

JORGE RUI HOMEM SORIANO, ajudante de motorista, residente na Rua de S. Bento, 350, desta cidade, com o fundamento de abandono completo do lar conjugal por parte da RE.

Lisboa, 25 de Outubro de 1979.

O JUIZ DE DIREITO
Ramiro Luis D'Herbe Vidigal
O Escrivão-Adjunto
Lourdes Direitinho

COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO

A Companhia Nacional de Bailado entrou no seu terceiro ano de actividade.

«O mais definitivo — esperamos — da aposta feita com a sua possibilidade de sobrevivência», escreve a direcção da companhia na introdução ao programa posto à venda nos espectáculos realizados no S. Luís.

Ao terceiro ano de vida a aposta dá mostras de vingar. Com uma tripla preocupação: a produzir arte, promover valores nacionais e realizar ao mesmo tempo uma acção cultural por todo o País, despertando o povo português para uma das mais comunicativas formas de arte, como é a dança.

Sobrevivência espinhosa que um dia colherá os seus frutos. Os que hoje despertam para o bailado serão amanhã os seus exigentes críticos e os seus entusiásticos apreciadores.

Fundada em Julho de 1977 pela Secretaria de Estado da Cultura através da Direcção-Geral dos Espectáculos, a Companhia Nacional de Bailado é portanto uma companhia estatal mas autónoma do ponto de vista artístico.

A direcção artística e administrativa da companhia está a cargo de quatro pessoas que há muito sobressaíram no panorama balético nacional: Luna Andermatt, Vera Varela Cid, Pedro Risques Pereira e Armando Jorge que acumula as funções de coreógrafo residente



Três anos de vida espinhosa



Luna Andermatt

«maître-de-ballet», sendo ainda responsável, sob o pseudónimo de Da Silva Nunes, por figurinos, cenários e outra colaboração plástica de alguns bailados.

Todos os técnicos são actualmente nacionais. Do elenco, inicialmente constituído por cinquenta por cento de bailarinos portugueses e cinquenta, hoje, 80 por cento é português. Os elementos estrangeiros, que preenchem, a par com alguns portu-

gueses, os lugares mais destacados, são contratados por seis meses.

«Ao formar a companhia — declarou Luna Andermatt, que faz parte da direcção desde a sua composição inicial — tivemos a preocupação de aproveitar todos os elementos portugueses, jovens válidos. Quisemos recuperar os bailarinos do bailado Verde Gaio, fundado e dirigido por Francis Graça e, mais tarde, por Fernando Lima e Margarida de Abreu, mas obedecendo aos

mesmos critérios de qualidade e juventude. O nível da companhia é acima de tudo o que nos interessa.»

A pouco e pouco, o número de portugueses foi crescendo, alargando o elenco da companhia. Em audições regulares, são seleccionados, com critérios exigentes, candidatos bailarinos pré-profissionais, de idades geralmente entre os 14 e os 18 anos. Os que ficam apurados no teste (muito poucos, assevera Luna Andermatt, dado o rigor dos critérios) constituem os grupos de pré-profissionais agregados à companhia que, sob a orientação de Armando Jorge, Ruben Echeverria «maître-de-ballet» convidado) e Paula Gareya (assistente de Echeverria) se preparam para a categoria de «estagiários». A companhia integra actualmente seis estagiários.

«Foi como estagiário que um dos nossos rapazes mais promissor, o Pedro Romeiras, que tem actualmente 17 anos, frequentou durante um ano a Royal Ballet School, de Londres, com uma bolsa de estudo da Secretaria de Estado da Cultura», conta Luna Andermatt. «O seu

aproveitamento foi de tal modo notável que a escola o convidou para ficar mais um ano, gratuitamente. Ele não pôde aceitar por ter assumido compromissos com a companhia.»

Foi a única bolsa de estudo mencionada. Verbas limitadas e, a falta de um teatro próprio são os problemas fundamentais com que a CNB se debate.

Provisoriamente, «reside» no Teatro S. Carlos. Ali tem instalados os serviços administrativos e dispõe de um único estúdio o que implica que «quando uma parte da companhia o ocupa, os restantes elementos estão inactivos», salienta Luna Andermatt.

Em troca deste espaço cedido pelo S. Carlos, a CNB preenche as sequências de bailado que algumas óperas exigem.

Um teatro e uma casa para trabalharem como gostariam é uma das condições que os responsáveis da CNB consideram imprescindível satisfazer a curto prazo para a prossecução da sua obra cultural e artística.

A resolução deste problema magno já foi pedido à Secretaria de Estado da Cultura e à Câmara Municipal de Lisboa.

ARMANDO JORGE:

“Levar o bailado a todos os sítios onde for possível”

A preocupação de valorizar o elemento nacional não está só patente na «mão-de-obra». Também se reflecte na escolha do repertório da Companhia Nacional de Bailado.

Na temporada de Outono deste ano (além de três dias já preenchidos, haverá mais três espectáculos no Teatro S. Luís, nos dias 15, 16 e 18) a CNB dançará os clássicos «Raymonda», «Lago dos Cisnes» (2.º acto), «Bodas de Aurora» e o «Baile dos Cadetes», mas também, além do «pas de deux» «Andante», «Carmina Burana», «fresco musical» de autoria de Carl Orff para o qual Armando Jorge criou a coreografia e «Dentro de ti, és», com música de António Vitorino de Almeida e coreografia de António Rodrigues; «Canto da Solidão», com música de Álvaro Cassulo e coreografia de Armando Jorge.

Armando Jorge, na prática, o director artístico da companhia, fala da fase que a CNB atravessa e da escolha do repertório:

«Esta é a terceira fase de formação da companhia. Penso que uma organização deste género deve ter o à-vontade de se considerar à sua imagem e à sua medida. Nós temos um bom nível, mas eu prefiro considerar a companhia, uma companhia em formação para evitar um certo hábito criado entre nós, de trabalho artístico realizado e produzido com base na superficialidade. Quanto à programação pretende-se ter uma programação eclética para servir um público vasto. Dentro dessa programação houve a preocupação da definição estilística, de modo a orientar o espectador a entender a dança clássica num sentido depurado, despidendo-a de alguns artificios ultrapassados e a dança moderna, naquilo que de mais interior e de mais ligado ao quotidiano ela possui.»

Armando Jorge, que já várias vezes trabalhou em Portugal, voltando para o estrangeiro sempre que considerou não ter condições para trabalhar, fala com entusiasmo da CNB. «É uma companhia de muita juventude e muito interessada em participar. Mesmo com as entidades ligadas à companhia temos tido um bom entendimento.»

Ele tem sido o defensor e grande dinamizador da descentralização dos espectáculos por todo o país. Barreiro, Chaves, Bragança, Guarda, Montemor-o-Novo, são alguns dos pontos do itinerário da CNB. «Servir o país, cobri-lo com espectáculos onde houver capacidade para fazê-los, isto é, salas e condições necessárias à sua

realização, é o objectivo de uma companhia deste género. Nós temos ido a vários pontos do País e os espectáculos são acompanhados de sessões, em escolas geralmente, onde fazemos uma demonstração de um ensaio, e respondemos às perguntas dos alunos. Estas sessões e os respectivos espectáculos têm tido o maior êxito, devo dizê-lo. Aconteceu até que em Chaves um vereador me disse que iríamos ter cerca de cem pessoas na sala, número habitual de presenças neste género de espectáculos. Eu disse que não podia ser, que tínhamos que levar lá mais gente, andei pelas escolas e quando se realizou o espectáculo, tivemos para cima de mil pessoas a assistir. As autarquias locais têm respondido da melhor maneira, e actualmente, já recebi cartas de várias câmaras municipais a solicitar a realização de espectáculos.

Para concretizar este plano de descentralização e quebrar o dis-



Armando Jorge

tanciamento entre o artista e o público, a companhia é obrigada a um certo esforço de adaptação e prescindir do conforto que muitas pessoas julgam ser imprescindível aos artistas. «Nós já tivemos que representar num palco com brechas de onde se via a rua. Mas não foi por isso que deixámos de fazer o espectáculo.»

Depois desta época no S. Luís, a CNB dará nos dias 9 e 14 de Dezembro próximo dois espectáculos para alunos de escolas, integrados no Ano Internacional da Criança.

«Será um programa específico», explica Armando Jorge, «com bailados mais ligeiros, mais acessíveis, em que as personagens de carácter serão uma nota importante.»

Em seguida, a CNB fará, já em Janeiro, uma digressão por Portugal e em Maio estão previstas algumas idas ao estrangeiro. Em Junho preencherá a época de bailado do S. Carlos, seguindo-se nova digressão pelo País.

A companhia parece disposta a esforçar-se para prosseguir nesta senda mas há condições que terão de ser satisfeitas. Pelo menos essa é a posição do «maître», residente. «Não estou aqui para me promover socialmente», rematou. «Estou aqui por interesse na evolução cultural do País, no que tenho o maior empenho, e pela minha realização artística.»

ADOQUE

teatro

TEL: 87 44 76

A CONSAGRAÇÃO DA NOVA REVISTA

É DE VER PELO PRAZER

HOJE ÀS 21.45 NO

2.ª, 3.ª e 4.ª às 21.45.

Folha 5.ª

este fim-de-semana

NO FITEI

QUERIAS MAS NÃO TE DOU

PARA OS QUE GOSTAM DE REVISTA

ERMELINDA • ESMERALDA • NICHOLSON • MAGDA • FEIO • AMÉLIA • BOMBOM • MANUELA • CAMACHO • M.ª RUAS •

ADOQUE

teatro

NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 44 76

ATENÇÃO PORTO! DIAS 16, 17 e 18

NO FITEI

CAMPANHA DE TEATRO

ADOQUE

Lisboa

PORTUGAL

«Querias Mas Não Te Dou»

Um dos grandes sucessos do momento da revista à portuguesa

16

17

18

21.00 - 23.00 H

21.00 - 23.00 H

16.30 - 21.45 H

Cine-Teatro do Tempo

ao Marquês de Pombal

R. Tenente Raul

teatro do bairro alto

1200 LISBOA

Telef. 661515/669205

Teatro da Cornucópia

Paragens mais remotas que estas terras

umas das comédias de Plauto

3.ª a Sáb. às 21 e 30

Dom. às 17

Subsidio da SEC

Laboratório de Grotowsky: um "teatro das raízes"

Apareceu recentemente na Polónia (edições Interpress) um livro da autoria de dois polacos que contribui para conhecer, detalhadamente, um dos fenómenos mais ricos do teatro contemporâneo: o «Laboratório de Grotowsky».

Já alguns milhares de páginas foram consagrados ao teatro Laboratório de Wrocław assim como ao seu fundador que, por sua vez, só raramente abordou o assunto: na obra «Para Um Teatro Pobre» e durante diversos encontros que manteve com estudantes e professores de diferentes universidades, cujas cópias dactilografadas serviram de base a diversas publicações. Porém o livro dos dois polacos, Tedeusz Burzinsky e Zbigniew Osinsky consegue juntar, numa perspectiva de Grotowsky, enquanto este salta já para outras experiências.

A obra dos dois polacos é um acontecimento, no seu género, por juntar numa unidade homogênea todos os elementos dispersos no tempo e no espaço e deve, por isso, ser lida por todos os que se interessam pelo Teatro Contemporâneo.

O livro está dividido em duas partes, cabendo a Osinsky a responsabilidade da primeira que intitulou «No teatro», esforçando-se por apresentar um quadro completo do que foi o «Laboratório» de Grotowsky

entre 1959 e 1970 e mostrar a receptividade que teve aquela experiência, assim como os traços que deixou na cultura mundial.

A segunda parte da autoria de Burzinsky, intitulada «Saída do Teatro», trata já do período da «demolição dos muros do teatro» a fim de, como diz Grotowsky, provocar nas pessoas estados

de alma que pertençam já a outro estágio da existência». Esta experiência de «cultura activa», «parateatral» é tratada por Burzinsky sem a comentar, mas exprimindo as emoções vividas, os estados psíquicos e as descobertas mágicas deste «Teatro das Raízes».

O livro foi editado em quatro línguas: inglês, francês, alemão e polaco.

Companhia nacional 1 anuncia 10 espectáculos

A Companhia do Teatro Popular - Companhia Nacional 1 - vai apresentar brevemente «Hamlet», de Shakespeare, com João Perry no protagonista, Eunice Muñoz, Canto e Castro, Baptista Fernandes e Teresa Madruga nos principais papéis. Os cenários serão de José Rodrigues, a música de António Vitorino de Almeida e a encenação de Carlos Avilez.

Outros espectáculos programados pela Companhia (a actuar no Teatro de São Luiz) até final de 1980 são «Harold e Maud», de Collins Higgins, para despedida de Amélia Rey Colaço, «Baal», de Brecht, com encenação de João Lourenço, e ainda «A Dama do Mar», de Ibsen, «Balcão», de Genet, e «A Castro», de António Ferreira. A Companhia está

também a preparar um espectáculo para as comemorações camonianas

Entretanto, estão programados no teatro de câmara «Dias Felizes» de Beckett, com Glicinia Quartim e encenação de Artur Ramos, «Crisotémis» de Yannis Ritsos, com Fernanda Lapa e encenação de Rogério de Carvalho, e «O Marinheiro», de Fernando Pessoa, com Eunice Muñoz.

Coincidindo com a realização dos espectáculos da Companhia Nacional de Bailado, estará patente uma exposição de fotografias e cartazes do Old Vic. Está também em preparação um ciclo de filmes sobre Shakespeare com entradas livres e também uma série de conferências sobre o mesmo tema.

"FESTIVAL QUARTETO/COLUMBIA E WARNER" Do Quarteto às Maurícias por setenta paus

Quando há quase quinhentos anos atrás o Gama, em demanda da Índia, descobriu a ilha Maurícia, estava longe de pensar que esse pequeno paraíso do oceano Índico haveria de estar nos projectos de viagem de milhares de espectadores do «Quarteto» que, pelo simples facto de assistirem a um dos quarenta filmes que Pedro Bandeira Freire seleccionou entre os melhores da «Columbia & Warner» para comemorar o 4.º aniversário das «4 salas de Alvalade», ficarão habilitados a ganhar uma viagem e estadia de dez dias num dos mais belos e calmos lugares do Mundo (com a colaboração da «Air Mauritius» e «TAP-Air Portugal»).

Primeiro prémio de um verdadeiro «festival» de prémios (o menor dos quais não é certamente o programa de cinema que lhe serve de pretexto a ilha Maurícia aguarda apenas que, a muitos milhares de quilómetros de distância, um espectador que acorra ao «Quarteto» entre 16 e 23 deste mês - período em que se comemora a efeméride - veja o seu bilhete premiado com esta autêntica «laluda».

O televisor «Grundig» completa a lista dos «Prémios Maiores» que a «Columbia & Warner» oferece aos espectadores do «Quarteto».

Isto para os mais afortunados. Porque para os outros, para aqueles a quem a sorte das lotarias e totobolas normalmente se tem mostrado

madrasta, a possibilidade de lhes «cair no lugar» um disco da «Rádio Triunfo» ou do «Valentim de Carvalho» ou um livro das «Publicações Europa-América», «Livros do Brasil» ou «Edições Romano Torres», será como que o prémio de consolação de uma lista aliciante de promessas.

No campo das coisas concretas (e que coisa mais concreta do que essa imaginativa verdade do cinema?) o «Festival» do 4.º aniversário do «Quarteto» tem filmes para todos os gostos. Dos mais exigentes aos mais simples; dos mais complicados aos mais lineares; dos mais particulares aos mais heterogêneos.

Ninguém acreditará que o interesse dos prémios levará alguns cinéfilos a verem (ou reverem) os quarenta filmes do «Festival». Isso seria, de resto, (quase) materialmente impossível.

Mas, para quem quiser rever (ou ver) filmes importantes da cinematografia mundial e se lhe deparar a arrelhadora realidade de ter dois filmes da «sua» selecção eventualmente exibidos à mesma hora em salas diferentes, a escolha há-de ser necessariamente difícil.

A verdade é que não foi objectivo do «Quarteto» comemorar o seu 4.º aniversário com uma maratona cinematográfica.

O que está na base da iniciativa é, por um lado, permitir

quarteto

4º

ANIVERSÁRIO

FESTIVAL
COLUMBIA
& WARNER

a muitos espectadores que tenham «perdido» filmes tão importantes como «A Quadrilha Selvagem», de Sam Peckinpah; «Alice já não Mora Aqui», de Martin Scorsese; «Barry Lyndon», de Stanley Kubrick; «Girl Friends», de Claudia Weil; «Balbúrdia no Oeste», de Mel Brooks - e mais os outros 35 do programa... - os possam ver.

Por outro lado, tornar evidente para todos nós que, no «Quarteto», como em qualquer outra «sala escura» onde se projecte cinema, o espectáculo das imagens em movimento é, de facto, o mais belo espectáculo do Mundo.

4º ANIVERSÁRIO
quarteto

FESTIVAL
COLUMBIA
& WARNER

DE 16 A 23 DE NOVEMBRO DE 1979

N.A.M. 13		N.A.M. 13		N.A.M. 18		N.A.M. 18	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
12.15 14.30 16.45 19.00 21.15	OS PROFISSIONAIS de Richard Brooks	11.30 14.00 16.30 19.00 21.30	ENCONTROS IMEDIATOS DO TERCEIRO GRAU de Steven Spielberg	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15	YAKUZA de Sydney Polack	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15	O EXPRESSO DA MEIA-NOITE de Alan Parker
23.30	OS PROFISSIONAIS e BONNIE E CLYDE de Arthur Penn	24.00	ENCONTROS IMEDIATOS DO TERCEIRO GRAU e CALIFORNIA SUITE de Herbert Ross	23.30	YAKUZA e LISZTOMANIA de Ken Russell	23.30	YAKUZA e LISZTOMANIA de Ken Russell

N.A.M. 18		N.A.M. 13		N.A.M. 18		N.A.M. 18	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
11.30 14.00 16.30 19.00 21.30 24.00	O CASO ODESSA de Ronald Neame	11.30 14.00 16.30 19.00 21.30 24.00	FUNNY LADY de Herbert Ross	12.30 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	DESEJOS DE VERÃO, SONHOS DE INVERNO de Gilbert Cates	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	ALICE JA NÃO MORA AQUI de Martin Scorsese

N.A.M. 18		N.A.M. 13		N.A.M. 13		INT. M. 18	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
12.00 15.00 18.00 21.00 24.00	PERSEGUIÇÃO IMPIEDOSA de Arthur Penn	12.30 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	UM CADAVER DE SOBREMESA de Robert Moore	11.30 14.00 16.30 19.00 21.30 24.00	O HOMEM QUE QUERIA SER REI de John Huston	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	O EXORCISTA de William Friedkin

N.A.M. 13		N.A.M. 18		N.A.M. 13		N.A.M. 13	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	UM HOMEM PARA A ETERNIDADE de Fred Zinneman	11.30 14.30 16.45 19.00 21.00 24.00	A TORRE DO INFERNO de John Guillermin	11.30 14.00 16.30 19.00 21.30 24.00	ROCK E ROCK MESMO de Peter Clifton e Joe Massot	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	A FLECHA E A ROSA de Richard Lester

INT. M. 18		N.A.M. 13		N.A.M. 13		N.A.M. 18	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
12.00 15.00 18.00 21.00 24.00	QUADRILHA SELVAGEM de Sam Peckinpah	11.30 14.00 16.30 19.00 21.30 24.00	O ABISMO de Peter Yates	11.30 14.00 16.30 19.00 21.30 24.00	BARRY LYNDON de Stanley Kubrick	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	SHAMPOO de Hal Ashby

INT. M. 18		N.A.M. 13		INT. M. 13		N.A.M. 13	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	TAXI DRIVER de Martin Scorsese	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	VERÃO 42 de Robert Mulligan	12.30 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	GIRL FRIENDS - DUAS MULHERES EM NEW YORK de Claudia Weil	12.30 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	O TESTA DE FERRO de Martin Ritt

N.A.M. 13		N.A.M. 13		N.A.M. 18		N.A.M. 13	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	NÃO HA DOIS SEM TRÊS de Herbert Ross	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	UM MOMENTO... UMA VIDA de Sydney Polack	12.15 14.30 16.45 19.00 21.15 23.30	SANGUE FRIO EM AGUA QUENTE de Stuart Rosenberg	11.30 14.00 16.30 19.00 21.30 24.00	OS HOMENS DO PRESIDENTE de Alan J Pakula

N.A.M. 18		INT. M. 18		N.A.M. 13		N.A.M. 13	
SALA 1		SALA 2		SALA 3		SALA 4	
12.30 14.30 16.45 19.00 21.15	EASY RIDER de Dennis Hopper	12.30 14.30 16.45 19.00 21.15	LARANJA MECÂNICA de Stanley Kubrick	12.30 14.30 16.45 19.00 21.15	BALBÚRDIA NO OESTE de Mel Brooks	12.30 14.30 16.45 19.00 21.15	GRACAS A DEUS E SEXTA FEIRA de Robert Klane
23.30	EASY RIDER e BULLIT de Peter Yates	24.00	LARANJA MECÂNICA e ONCE UPON A TIME de Jerry Lewis	23.30	BALBÚRDIA NO OESTE e UM LANCE NO ESCURO de Arthur Penn		



Da violência da beleza, à beleza da violência ou dois discursos de um mesmo percurso cinematográfico - o do sucesso. Stanley Kubrick e Samuel Peckinpah. «Barry Lyndon» e «A Quadrilha Selvagem» (terça-feira, 20, salas 3 e 1, respectivamente)

Hoje



A actriz Ivone Silva numa cena da peça «Feliz Natal Avozinha»

I PROGRAMA

- 18.10 Sumário
- 18.15 «Velhos Contos» - 22.º episódio.
- 18.30 Fitas e Histórias
- 19.00 País, País
- 19.25 Come e Cala
- 19.50 Manuel e Beatriz
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Campanha Eleitoral - PS, UEDS, PCTP.
- 21.05 «Dancin' Days» - 22.º episódio.
- 21.50 Zoom
- 22.25 Fila 1 - «Feliz Natal Avozinha», intérprete: Ivone Silva.
- 23.45 24 Horas
- 00.00 Fecho

II PROGRAMA

- 18.45 Ano Propedéutico
- 20.30 «O Homem Aranha»
- 21.00 O Homem Montanhês
- 22.00 Cineclube - «A Tomada do Poder por Luís XIV», de Roberto Rossellini, interpretado por: Jean-Marie Patte, Raymond Jourdan, Dominique Vincent, Pierre Barrat e Fernand Fabre.
- 00.00 Fecho

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!
DESTAQUES

I PROGRAMA
«Feliz Natal Avozinha» (22.25)

II PROGRAMA
«A Tomada do Poder por Luís XIV» (22.00)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA telef: 2112871

Amanhã

I PROGRAMA

09.15 Ano Propedéutico; 13.15: Ciclo Preparatório TV; 18.10: Sumário; 18.15: «Velhos Contos»; 18.30: Histórias com Pés e Cabeça; 19.00: País, País; 19.20: Diga 33; 19.55: Manuel e Beatriz; 20.00: Telejornal; 20.30: Campanha Eleitoral; 21.05: «Dancin' Days» - episódio n.º 23; 21.50: Vamos Jogar no Totobola; 22.00: Cinema - «A Velha Investigação»; 23.45: 24 Horas; 00.00: Fecho.

II PROGRAMA

18.45: Ano Propedéutico; 20.30: Programa Musical; 21.30: Informação/2; 22.00: E Não se Pode Exterminar-lo?; 22.30: Informação Especial; 00.00: Fecho.

ATENÇÃO: Revendedores - Tabacarias - Papelerias

ANO DE 1980 (BISSEXTO)

O Verdadeiro Almanaque

BORDA D'AGUA

REPORTÓRIO ÚTIL A TODA A GENTE

O Almanaque melhor organizado e o mais acreditado

PEDIDOS A
EDITORIAL MINERVA
MINIGRÁFICA, Cooperativa de Artes Gráficas, S. C. A. R. L.
RUA LUZ SORIANO, 33 - 1200 LISBOA

Preço ao público 8\$50 - Preço especial para revenda

Canal da Crítica

20 e 30: A direita ao ataque no 1.º e no 2.º programas

MÁRIO CASTRIM

«Uni-vos Milhões», uma nova rubrica sobre cooperativismo, conheceu ontem outra animação com a presença de representantes de vários sectores cooperativos: Carlos Albino, da Construção Civil; Álvaro Alexandre, da Habitação; Carlos Silva, das Habitações Económicas; Bento Gonçalves, do Crédito; Armando Leitão, das Cooperativas Agrícolas e Albino Ramos, das Cooperativas de Consumo.

Ferreira da Costa, responsável do programa, já em anteriores emissões nos dera o panorama da importância do movimento cooperativo em Portugal. Essa ideia saiu ontem confirmada e reforçada. Para dar apenas um exemplo dos números apontados, e foram muitos: as cooperativas de consumo que eram 170 antes de 25 de Abril, são agora 470 e servem mais de um milhão de pessoas.

Não apenas se prestaram informações: as críticas ocuparam grande parte da emissão. Citemos, também e apenas a título de exemplo, a posição de Álvaro Alexandre que a falta de apoio às cooperativas «é uma vergonha nacional». Lembrou o caso da Checoslováquia, país que recentemente visitou, onde o Estado participa com 50% na construção das habitações. Apontou em seguida algumas medidas urgentes a tomar pelas instâncias oficiais: auxílio financeiro; preparação dos terrenos; rapidez nos processos; aprovação de leis adequadas no sentido da justiça social.

Evidentemente, a cada participante couberam meia dúzia de palavras, sendo certo que o depoimento de cada um deles justificaria toda uma emissão. Na Televisão Portuguesa é sempre assim: há tempo para tudo, menos para o que é necessário. Isso é por conta-gotas, como os remédios rigorosos.

Servir o interesse público não parece ser realmente a vocação da RTP. Já aqui se disse e se provou que a actividade informativa (e não só) da Televisão se orientava no sentido de favorecer a penetração dos conceitos e da propaganda da direita. Ela pode não fazer propaganda de direita muito visível durante o

«defeso» das eleições, mas ainda aí nem a moessa é grande porque, desde Mário Soares até ao Arnaldo de Matos, passando pelo Gonçalo e seus protectores do triunvirato, todos os dias o nível da propaganda anticomunista se mantém.

De qualquer modo, a RTP sempre arranja maneira de dar uma ajudazinha, como já vimos na emissão do Serpico e ontem se confirmou com a rubrica dedicada a Lenine. Produzida pela BBC, usava-se a fórmula clássica: ocultar a máxima parcialidade com a aparência demagógica da objectividade.

O sr. Galbraith não recusa a intriga miudinha, não diz que não à utilização abusiva de frases ou palavras retiradas do seu contexto histórico, e tudo organiza para a defesa da grande tese: a de que essa coisa do imperialismo é uma treta: que «no Ocidente a coligação de capitalistas, homens de negócio e classes dirigentes desapareceu para sempre» e que se tornou uma nova coligação essa constituída «entre os pequenos e grandes homens de negócio e os sindicatos»...

A verdade é bem outra. A verdade é que depois da Primeira Grande Guerra assistimos ao desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, ou seja, as forças do monopólio e do Estado unidas para servir a oligarquia financeira. Daqui resultou o empobrecimento das massas cada vez maior como já em 1969 referia o economista Henri Bartoli, nas Semanas Sociais de Lille: 46 milhões de americanos, 7 milhões de ingleses, 12 milhões de franceses. Bartoli, por acaso anti-soviético...

Certamente que o imperialismo, capitalismo putrefacto como é, consegue corromper a cultura, a política, as relações sociais. Dentro do movimento operário também o imperialismo se fez sentir, fomentando o oportunismo. Por essa razão insiste Lenine na ideia de que a luta contra o imperialismo será oca e falsa se não estiver ligada à luta contra o oportunismo.

Galbraith não se interessa por essas «ninharias». E lá vem à baila as «dissidências», as «bu-

rocracias», e outros fantasmas que povoam a noite dos pequenos vampiros intelectuais.

Algumas das conclusões do sr. Galbraith são dignas de cérebros infantis altamente degradados. Por exemplo: a luta de Lenine e dos bolcheviques não teve nenhum mérito, não fizeram mais do que «arrombar uma porta podre». O Governo czarista - diz ele - «revelaa-se não apenas anacrónico, mas incompetente». De maneira que «o regime afundava-se devido à sua própria incompetência»...

Quer dizer: para Galbraith, a

questão central não reside na destruição inevitável do capitalismo por se ter esgotado a sua função histórica. Para ele, se um cadáver por competente, pode ir vivendo nas calmas... Fosse competente o Nicolau e ainda hoje a Rússia seria uma nação próspera e feliz, com meia dúzia de monopólios ricos e muitos milhões de pessoas pobres, desempregadas, angustiadas. A boa maneira do capitalismo do nosso tempo.

Ou seja, isso que se chama «um regime competente»...

COMUNA TEATRO DE PESQUISA

APRESENTA PELA PRIMEIRA VEZ EM LISBOA

RODAVIVA PORTO

estreia 5.ª feira - dia 15 - às 22 horas

HOJE COMEÇA

CÍRCO

GUIÃO E MUSICA: JOÃO LOIO
ENCENAÇÃO: JOÃO MOTA
CENÁRIO: CARLOS BARREIRA

diariamente 22h * domingos 18h

10 únicos dias

UM MARAVILHOSO ESPECTÁCULO MUSICAL PARA TODAS AS IDADES...

Praca de Espanha - tel. 76 26 24

TEATRO ABERTO

Grupo 4

APRESENTA

O CHÁ dos GENERAIS

de BORIS VIAN

ÚLTIMAS

DE 3.ª A 6.ª FEIRA, ÀS 21.45 h
SÁBADOS, ÀS 16 h E ÀS 21.45 h
DOMINGOS, SÓ ÀS 16 HORAS

ESPECTÁCULO NÃO AC. A MEN. 13 ANOS
Subsidio da SEC

ELES SÃO OS OTTO
MAGNÍFICOS...
...UMA RAÇA ÚNICA DE
AUTÉNTICOS DIABOS...
EM LUTA CONTRA
O TEMPO,
CONTRA A CORRUPÇÃO E
CONTRA ELES MESMO!...

HOMENS DE AÇO
"STEEL"

COLUMBIA PICTURES APRESENTA LEE MAYORS • RENEE O'NEILL • ART CARNEY • GEORGE KENNEDY em "Big Low Cassidy"
REALIZAÇÃO DE STEVE CARVER • ROTEIRO POR LEIGH CHAPMAN • PRODUÇÃO POR PETER S. DAVIS • WILLIAM N. PANZER
PRODUTOR EXECUTIVO LEE MAYORS • PANAVISION

2.ª SEMANA MONUMENTAL

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

Brasil: futebol em crise

O futebol brasileiro entrou na maior crise da sua história, depois de 12 clubes mais poderosos do país se terem rebelado contra a autoridade da Confederação Brasileira dos Desportos (CBD). Os clubes ameaçam retirar as suas equipas de todas as competições, se a CBD não aceder às suas exigências.

Nos próximos dias, a CBD terá uma reunião para analisar o documento apresentado pelos clubes, pomposamente intitulado «Carta do Rio de Janeiro», e deverá tomar, depois, uma resolução final. «Proclamamos a independência do futebol brasileiro e esta revolução reivindica o todo ou o nada, sem meios termos» — afirmou Márcio Braga, presidente do Flamengo.

Entre esta movimentação revolucionária e as soluções apresentadas pelo presidente da CBD, almirante Heleno Nunes, existe uma longa história de desentendimentos, muitos dos quais foram ocultados pelo brilho dos êxitos internacionais do futebol brasileiro. Os clubes mais poderosos do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre — responsáveis pela revolução — pretendem «terminar com a demagogia política» dos quadros dirigentes da CBD, que consiste (segundo eles) em dar o mesmo valor aos votos de instituições ricas e com milhares de sócios e adeptos, aos de outras que apenas «possuem selo e papel timbrado».

A realidade é que a questão é económica e os grandes clubes não conseguem suportar a pressão financeira proveniente dos altos ordenados e prémios de jogos dos seus plantéis, enquanto as receitas dos jogos (em noventa por cento dos casos)

não chegam «nem para a luz». O arrastar desta situação, que dura há vários anos, leva a que os clubes devam elevadas somas aos sistemas oficiais de segurança social (taxas de leis laborais, reforma e saúde do pessoal), além de fabulosas cifras em impostos territoriais e de rendas.

Para fazer frente a uma intimidação oficial, o prestigioso Botafogo do Rio de Janeiro poderá hipotecar a sua sede social no centro da cidade e mudar-se para um bairro dos subúrbios. Outros clubes como o Vasco da Gama, Fluminense e Flamengo, foram beneficiados com «adiamentos judiciais» que pendem assustadoramente sobre os seus destinos e que são utilizados como armas de pressão pelos dirigentes da CBD para estancarem os impetus revolucionários agora surgidos.

O governo, que intima os clubes, recebe as receitas líquidas da exploração da «Lotaria Esportiva», que se realiza com os resultados das partidas de futebol, arrecadando cerca de 10 milhões de dólares mensais (perto de 500.000 contos). O próprio poder desportivo, a CBD, alimenta o «fervor patriótico», mantendo a selecção nacional à custa dos clubes, que não só se vêem impedidos de utilizar as suas «estrelas» como devem suportar e seguir a «política utilizada» pela representação brasileira.

Os clubes querem afastar as equipas pouco competitivas e sem possibilidades económicas dos torneios de primeira categoria. Por outro lado, exigem receber parte das receitas da «Lotaria Esportiva», pelo direito de utilizar os seus nomes e prestígio para promoção do jogo. Pretendem, ainda, uma maior participação na direcção do futebol brasileiro, acabando com o sistema de voto unitário e a elaboração de um calendário de encontros da selecção que não prejudique a marcha dos campeonatos internos.

A «rebelião» conta com a adesão do Flamengo, Fluminense, Botafogo e Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, Santos, Palmeiras, São Paulo e Corinthians, de São Paulo, Internacional e Grêmio, de Porto Alegre, e Cruzeiro e Atlético Mineiro, de Belo Horizonte. Na expressão de um comentador: «são os mais fortes contra o mais forte».

COUTINHO APOIA

O técnico Cláudio Coutinho solidizou-se com as posições dos principais clubes brasileiros de futebol na sua disputa com a Confederação dos Desportos (CBD). Coutinho declarou que a sua política é contar com uma selecção que não prejudique os interesses dos clubes.

«Estou plenamente de acordo com o plano de traçar um calendário, de maneira a que os interesses da selecção não se sobreponham aos compromissos dos clubes» — afirmou Coutinho.

Coutinho, que até agora contava com o apoio total do presidente da CBD, almirante Heleno Nunes, confessou que «há muito tempo que tinha este projecto de calendário, mas nunca tinha sido atendido pelos dirigentes do organismo».

«Podemos possuir uma selecção em funcionamento sem prejudicar a economia dos clubes, se elaborarmos um calendário bem feito, tal como se faz no futebol europeu» — concluiu Coutinho.

PELÉ DIVORCIA-SE

Cinquenta milhões de dólares (cerca de 2,5 milhões de contos) foi a soma pedida por Rose do Nascimento pelo divórcio do seu marido, o famoso futebolista brasileiro Pelé.

A notícia foi divulgada pelo colunista social do «Jornal do Brasil», Carlos Swan, que se interroga sobre o total dos bens de Pelé, calculados em um bilião e meio de dólares (cerca de 75 milhões de contos).



Moscovo: segurança nos Jogos

A União Soviética concordou em alojar a delegação de Israel no mais seguro edifício da aldeia olímpica de Moscovo durante as olimpíadas de Julho de 1980, soube-se na capital soviética.

Os erros de Muntave não se repetirão, afirmou uma fonte próxima do comité organização dos jogos.

As autoridades soviéticas estão a preparar um esquema de segurança para evitar a repetição da tragédia das olimpíadas de 1972, em que 11 atletas israelitas foram mortos, durante o ataque de um comando de guerrilheiros árabes.

O mesmo informador revelou que os israelitas ocuparão o décimo terceiro piso de um prédio de 15, no extremo sul da aldeia, junto do quartel militar encarregado dos serviços de segurança.

No mesmo edifício ficarão alojados os representantes da Holanda, da Jugoslávia e do Suriname. Nenhuma delegação árabe será instalada próximo do local, adiantou o informador, que acrescentou:

Não podemos fazer melhor. É impossível garantir que nada acontecerá, mas estamos convencidos que a segurança será perfeita.

Dirigentes do comité olímpico de Israel, que visitaram Moscovo em Agosto, pediram que a segurança da delegação fosse garantida por agentes trazidos daquele país, mas as autoridades soviéticas não consentiram.

Em Israel, entretanto, Samuel Lalkin, chefe da delegação israelita aos jogos de Moscovo, comentou as decisões agora tomadas.

Se os soviéticos garantem a nossa segurança, não temos qualquer problema. Já participamos em muitos campeonatos mundiais em que os problemas de segurança são da responsabilidade dos países organizadores — disse Lalkin.

Acerca das exigências feitas em Agosto, Lalkin desmentiu que tivesse feito pedidos especiais.

Concordamos em ficar junto de países amigos e que a segurança ficasse a cargo dos soviéticos — disse.

O problema do alojamento dos israelitas durante os jogos foi tratado através da Embaixada da Holanda na capital soviética, que serviu de ligação entre os governos de Telavive e Moscovo, que não têm relações diplomáticas.



TORNEIO UNIDADE

TERMINOU 2.ª FASE

Final começa segunda-feira já com a CGTP e o "DL"

A última jornada da segunda fase do «Unidade», realizada ontem, ditou os 14 finalistas que, juntamente com o «DL», equipa organizadora, e a CGTP, equipa convidada, iniciarão na próxima segunda-feira, dia 19, a ronda derradeira do torneio, cuja final está já marcada para 5 de Dezembro, no Pavilhão dos Desportos.

Ultrapassaram assim esta longa maratona, iniciada há mês e meio, os conjuntos do «Boletim de Informações», ENI, STFP-A, Os Kenkas, Pollux, Sulvendas, Camping Gás, «O Alentejo», STCML-A, STCML-B, EIA, Cel-Cat, Mocal e o + OU —.

De fora, mas a merecer presença na fase final ficou, por exemplo, a Europeia/Viagens que venceu ontem a Meditec por 7-4. Só que a ENI e o «Boletim de Informações», equipas da mesma série, resolveram após os cinco minutos de jogo declarar o terreno impraticável. O resultado estava em 0-0 e caso o jogo fosse até ao fim, e a ENI perdesse, a Europeia seria apurada!... Não é correcto um pro-

cedimento desta natureza, até porque, noutras alturas, o piso esteve pior. Também os Panteras, uma das muitas boas equipas ainda com aspirações, saiu prejudicada com a não-comparência da Papelaria Fernandes. Se houvesse jogado, um bom resultado do «cinco» das Panteras chegaria para o apuramento. Não houve... e disso beneficiaram os Kenkas, uma outra boa equipa do «Unidade».

De registar, ainda, neste período decisivo do torneio, o facto de os amigos da Câmara de Lisboa terem apurado duas equipas, A e B, qual delas a melhor! A STCML-B mostrou, ontem, uma boa parte do seu valor no encontro com a correctíssima equipa do Entrepotejo (Setúbal) ao empatar 0-0. Desta vez os homens do EIA não trouxeram doces e o resultado enfim, foi mais «azedo» que o habitual!

A Mocal, que sofrera há dias a sua primeira derrota no torneio,

conseguiu o apuramento após um jogo difícil e emocionante com a Cel-Cat, a quem bateu tangencialmente por 2-1.

Resultado copioso, exagerado, foi o obtido pelo Alentejo Seguros sobre os Unidos do Prego d'Ouro, um dos grupos mais simpáticos do torneio que privilegiou acima de tudo o convívio e a participação desportiva no torneio. Perderam ontem por 10-2 mas foram até ao fim, sem faltas de paciência ou humor, Nota alta, em suma, para os Unidos PD!

Também a Camping Gás apontada como grande favorita à vitória final «cilindrou» a Rima por 9-2, desfazendo as últimas hipóteses da boa equipa dos «computadores». A chuva, diga-se desde já, também não ajudou e os homens da Camping mostraram outra preparação para as intempéries!

Resultados e classificações 2.ª fase de apuramento

Europeia/Viag. — Meditec	7-4
Os Kenkas — STFP-A	0-1
Bol. Inf. — ENI	0-0
Os Panteras — Pap. Fernandes (*)	-
Pollux — Arsenal	5-5
Rima — Camping Gás	2-9
Os Unidos P. D. — Sulvendas	2-10
(*) Glob Trotters — O Alentejo	-
Quint.CEP-06/RN — Stotinki A.A. Port./Bulg.	3-2
Cel Cat — Mocal	1-2
STCML-B — EIA	0-0
STCML-A — + OU —	3-5

(*) — falta de comparência.

SÉRIE I	J	V	E	D	P	SÉRIE IV	J	V	E	D	P
Bol. Inf.	3	1	2	-	7	Camping Gás	3	3	-	-	9
ENI	3	1	1	1	6	O Alentejo	3	2	-	1	7
Europeia/Viag.	3	1	1	1	6	Rima	3	1	-	2	5
Meditec	3	1	-	2	5	Glob Trotters (1)	3	-	-	3	2
SÉRIE II	J	V	E	D	P	SÉRIE V	J	V	E	D	P
STFP-A	3	3	-	-	9	STCML-B	3	2	-	1	8
Os Kenkas	3	1	1	1	6	EIA	3	2	-	1	8
Os Panteras	3	1	1	1	6	Quint. CEP-06/RN	3	1	-	2	5
Pap. Fernandes A (1)	3	-	-	3	2	Stotinki A.A. Port./Bulg.	3	-	-	3	3
SÉRIE III	J	V	E	D	P	SÉRIE VI	J	V	E	D	P
Pollux	3	2	-	1	8	Cel Cat	3	2	-	1	7
Sulvendas	3	2	-	1	7	Mocal	3	2	-	1	7
Arsenal	3	1	1	1	6	ILF/PC	3	2	-	1	7
Os Unidos P.D.	3	-	-	3	3	SÉRIE VII	J	V	E	D	P
						+ OU	3	3	-	-	9
						STCML-A	3	2	-	1	7
						G.D.T. SBSI	3	1	-	2	5
						EDP/Sac. (1)	3	-	-	3	2

(1) Uma falta de comparência

PARA ANGARIAÇÃO DE FUNDOS
EMITA MEDALHAS

E PAGUE-AS SOMENTE
COM PARTE DOS LUCROS

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA COOPERATIVAS, SINDICATOS,
EMPRESAS NACIONALIZADAS E ASSOCIAÇÕES PROGRESSISTAS

*OFICINA R.VITOR CORDON, 12
TEL. 371254 1200-LISBOA

GRUPOS DESPORTIVOS

CASAS DE PESSOAL — ASSOCIAÇÕES

O fim-do-Ano aproxima-se, e com ele a oportunidade de grandes iniciativas junto dos vossos associados.
A Agência de Viagens Europeia, proporciona CONDIÇÕES ESPECIAIS de viagens e efectuará programas especiais para todos os interessados.

Queiram contactar-nos nas moradas seguintes ou através da nossa equipa a disputar a 2.ª fase do Torneio Unidade.



LISBOA - Av. da Liberdade, 233 - Tel. 536121
PORTO - Rua João Dória, 831-12 D - Tel. 663667
PORTIMÃO - Av. Torrez Cabreira-Vivenda Santa Ana
Praia da Rocha - Tel. 23377
membro WATA em Portugal



marca o tempo do TORNEIO UNIDADE

HOJE

1 Jogos Populares do Barreiro, 2.ª jornada do escalão B: Damas, na ex-Cordoaria Nicola, a partir das 21 e 30.

Quinzena Académica de Engenharia: Técnico-Amadora de Coimbra, no ginásio do Técnico, às 21 e 22, em futebol de salão e andebol.

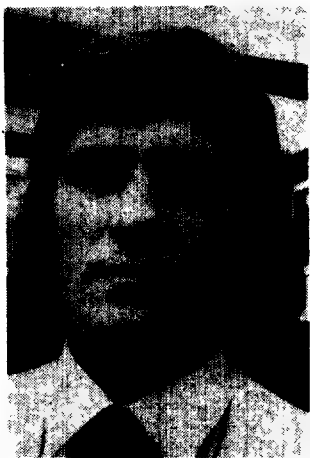
BASQUETEBOL: Digressão da selecção portuguesa aos Estados Unidos: Mississippi State University-Portugal (seniores), em Starkville (Mississippi). FC Porto nos Estados Unidos: Southwest Missouri University-FC Porto. Campeonato Nacional da II Divisão (masculinos) - Zona Sul: Queluz-Nacional (Ajuda, 20.30). Cruz Quebradense-Luso (Ajuda, 22). Belenenses-Estrelas de Alvalade (Restelo, 21) e CUF-Carnide (Pavilhão dos Trabalhadores 21). Campeonato Nacional da III Divisão (masculinos) - Zona Sul: U. Católica-Progresso (Ajuda, 20.30). Campeonato de Lisboa de seniores femininos: CUF-Algés (Ajuda, 22) e Física-DAC (Pav. Física, em Torres Vedras, 21.30).

TÉNIS DE MESA: Taça Imprensa - meias-finais de seniores masculinos: FC Lisboa-Paço de Arcos, «B» e Sporting «B»-Casa Pia «A», nas mesas dos primeiros às 21 e 15. Final de seniores femininos: Belenenses-Philips, na mesa do primeiro às 21 e 15.

VOLEIBOL: Campeonato de Lisboa de juvenis femininos: D. Amélia-Quinta de Lombos (ginásio do primeiro, 19). Sorteio dos jogos da segunda fase dos Campeonatos de Lisboa da III Divisão (seniores masculinos), juniores, juvenis e iniciados femininos, na sede da AVL, a partir das 18 e 30.



Gomes Pereira



Roquete

Pré-olímpicos são 28

A menos de um ano dos Jogos Olímpicos de Moscovo, a Comissão de Preparação Olímpica divulga os nomes dos atletas que vão ser submetidos à preparação especial, que os levará (ou não) até Moscovo, para participarem no importante certame desportivo. Oito modalidades e 28 atletas foram os escolhidos.

ATLETISMO (7) - Fernando Mamede, José Sena, João Campos, Hélder de Jesus, Carlos Lopes, Aniceto Simões e Luís Azevedo.

JUDO (5) - António Roquete, José Branco, Hugo d'Assunção, José Gomes e João Mendonça.

TIRO (5) - Armando Coelho Pinto, José Jacques Pena, Raul Sayanda, Francisco Coelho e André Antunes.

NATAÇÃO (4) - Rui Abreu, Paulo Frischknecht, José Baltasar Leite e Jose Gomes Pereira.

BOXE (3) - Vítor Pereira, João Magalhães e António Monteiro.

VELA (2) - António Mardel Correia e Henrique Campos.

HALTEROFILIA (1) - Raul Dinis.

HIPISMO (1) - Manuel Malta da Costa.

Angola abraça o Sporting

LUANDA (Por Manuel da Costa, enviado da ANOP) - O Sporting prosseguiu a sua digressão por Angola. A equipa de futebol joga hoje às 15 horas de Lisboa, no Estádio da Catumbela. O recinto, com uma lotação de cerca de 10 mil pessoas, encontra-se completamente esgotado. Trata-se de um «pelado» e, neste momento, os jogadores do Sporting estão preocupados com o piso, muito duro, o que lhes pode provocar sérias lesões. O exemplo mais flagrante da dureza do piso está no facto de o guarda-redes Fidalgo ir jogar de calças.

A selecção provincial de Benguela encontra-se em estágio desde há três dias, num total de 22 jogadores, dos quais quatro já jogaram pela selecção de Angola.

O técnico do Sporting, prof. Rodrigues Dias, não revelou a constituição da equipa leonina, exactamente porque, receoso de lesões que possam surgir, ainda está indeciso quanto à formação da equipa. Entre os jogadores do Sporting o defesa Inácio tem estado de cama, sujeito a um tratamento intensivo de sessões quentes, devido à lesão contrada na Alemanha Federal. Marinho é outra das baixas do Sporting, por ter sofrido uma lesão no jogo de sábado passado, em Luanda, frente ao «Primeiro de Agosto». Nesse jogo, (como noticiámos) o Sporting venceu a equipa angolana por três a zero.

A recepção aos desportistas do Sporting, no aeroporto de Benguela, excedeu tudo quanto se poderia esperar. A equipa tem

sido, em Benguela e no Lobito, cumulado de gentilezas.

Os «leões» foram recebidos pelo comissário provincial adjunto, em representação do governo, Lúcio do Amaral, por membros do Comité Provincial do MPLA, pelo delegado do secretário de Estado dos Desportos, por membros das Associações Provinciais de Futebol, andebol e hóquei em patins e por atletas da selecção provincial de futebol.

A comitiva leonina foi recebida no Palácio do Povo, onde o Governo Provincial lhe apresentou

cumprimentos, agradecendo a presença do Sporting e desejando os melhores êxitos. O comissário provincial pôs também a caravana leonina ao corrente do nível do desporto na província.

João Rocha, chefe da delegação do Sporting, retribuiu os cumprimentos, afirmando que os «leões» estavam em Angola para confraternizar e não com o pensamento nos resultados. Por fim, João Rocha ofereceu os préstimos do Sporting para toda a colaboração que a República Popular de Angola precise.



Luanda: Manuel Fernandes (sob as vistas do árbitro Porém Luís) rompe na defensiva do «1.º de Agosto»

Penafiel veta árbitro de Coimbra

Penafiel está em polvorosa, contra os árbitros de Coimbra: a direcção da colectividade local, fazendo-se eco dos protestos da sua massa associativa em relação ao trabalho do juiz conimbricense José Bastos, na partida do Penafiel com o Paredes (na linha de outras arbitragens conimbricenses que, segundo o seu ponto de vista, igualmente teriam lesado os penafielenses) vai vetar qualquer outro juiz daquela área que lhe apareça no calendário do campeonato da 2.ª divisão.

BRASILEIRO EM BRAGA

O médio Carlinhos, da Associação Atlética Portuguesa (do Rio de Janeiro) chegou a Braga, para reforço da equipa do Sporting local. O jogador brasileiro, com quem o clube bracarense iniciara negociações há cerca de dois anos, começará a actuar a título experimental em data a divulgar.

OUTRO MILIONÁRIO NO FUTEBOL BRITÂNICO

O avançado Peter Ward assinou um contrato com a equipa inglesa do Nottingham Forest, pela quantia de um milhão e duzentos mil dólares, cerca de 60 mil contos. Ward (de 23 anos) jogava no Brighton e na época 1976/77 obteve 36 golos para a sua equipa mas desde essa altura não tem marcado golos com regularidade.

Este ano Ward apontou quatro golos em quinze jogos, tendo solicitado posteriormente a transferência de clube.

O treinador do Nottingham (campeão europeu) Brian Clough, estava interessado no concurso de Ward, desde a época passada.

SATMAREANU DESERTA

Um dos principais futebolistas internacionais da Roménia, Alexander Satmareanu, pediu asilo político na Alemanha Ocidental, anunciaram hoje em Frankfurt fontes do governo local.

Acrescentaram que Satmareanu (de 28 anos), abandonou o seu clube, o Dinamo de Bucu-

reste, após ter alinhado em encontro da «Taça da UEFA» face ao Eintracht de Frankfurt, na passada quarta-feira.

Não houve confirmação oficial de que foi deferido o pedido do jogador. Desconhece-se se Satmareanu se encontra na RFA.

Satmareanu foi o principal defensor romeno durante várias épocas, mas este ano perdeu o lugar na selecção nacional.

DIRCEU EM MADRID

O futebolista brasileiro Dirceu, que alinha no América (do México), será transferido para o Atlético de Madrid. As negociações terminaram ontem, com o acordo entre Salvador Santos Campano (vice-presidente do Atlético de Madrid), o presidente do América (Guillermo Canedo) e o jogador.

O «internacional» brasileiro parte hoje para Madrid.

COUTINHO EQUACIONA O FUTURO

O treinador da selecção brasileira, Cláudio Coutinho, afirmou, no Rio de Janeiro, que ignora se continuará à frente da equipa do Brasil, acrescentando que isso não depende de si.

Coutinho disse que no documento que estava a preparar não pede para continuar, apenas se limitando a evidenciar opções para o futuro e a mostrar os problemas que surgem na hora de se formar uma selecção.

O técnico mais criticado do Brasil referiu que é preciso estabelecer prioridades, atendendo às circunstâncias do momento, de acordo com os calendários nacionais dos diversos estados brasileiros e internacionais.

TOTOBOLA

14 MILIONÁRIOS VÃO DIVIDIR ENTRE SI 14 118 680\$00 E MAIS 14 000 CONTOS PARA 328 CONCORRENTES

Mais um concurso que deu só 14 milionários e perto de meia centena de contos a 328 totobolistas.

Com efeito com o Benfica a perder e o Porto a empatar, não esquecendo o Sporting que «empatou» também, mas por sorteio, aí temos prémios chorudos que beneficiaram cerca de 340 famílias.

Portanto dois concursos consecutivos de milionários, ao todo 23 (!).

Só o Totobola, como grande instrumento financeiro que é, além de proporcionar um interessante passatempo aos apostadores, distribui avultadas quantias pelos apostadores e ajuda o País na Saúde e Desporto.

Vejamos quem são os milionários:

JOSÉ TEIXEIRA PEREIRA - Matosinhos

LUIS ALVES FRANCISCO - Matosinhos

VITOR CARLOS MIRA - Barreiro

ADÉRITO FIGUEIREDO - Póvoa de Varzim

AGOSTINHO GONÇALVES RODRIGUES - V. N. Ourém

JOSÉ BALTAZAR TEIXEIRA RIBEIRO - Feijó

LUIS AUGUSTO LOPES - Alijó

Mais sete milionários anónimos de Vila Nova de Gaia, Feira, Costa de Caparica, Coimbra, Porto e Lisboa (2). Resumindo quanto aos resultados do concurso n.º 12:

14 «trezes», com 1 008 477\$60
328 «dozes», com 43 044\$70

O próximo concurso, o n.º 13, é feito à base do nacional da 2.ª Divisão, pois a primeira Divisão pára, com vista ao Portugal - Áustria a contar para o Campeonato Europeu de Futebol.

Há um adágio popular que diz: Não há duas sem três... veremos o que acontece...a quem apostar...



Despachado ao remetente e em grande velocidade o gorducho Maurice Dixon que viera dos Estados Unidos como "reforço" da turma basquetebolista do Benfica, o clube da Luz tratou de recrutar outro jogador da mesma nacionalidade. Aqui o temos: chama-se Dedrik Relfrige, tem 22 anos, pesa 108 quilos e mede de altura a bagatela de 2 metros e 12 centímetros! Amanhã à noite, no pavilhão do Estádio da Luz, ele será atracção perante o Sport Lisboa e Oriental

HORA DE SELECÇÕES

F. C. Porto dá um "team" e três suplentes!

Reata-se hoje o trabalho das selecções portuguesas de futebol, com vista aos encontros da próxima semana, com a Austria. Nomes convocados para o bloco principal: Bento, Humberto Coelho, Alberto, Nenê, Chalana, Reinaldo e Pietra, do Benfica; Fonseca, Simões Murça, Rodolfo, Frasco, Gomes e Costa, do FC Porto, Artur Eurico e Jordão, do Sporting; Oliveira, do Bétis de Sevilha.

Seleção «B»: Albertino, Freitas, Gabriel, Romeu, Sousa, Teixeira e Vital, do FC Porto; Artur e Júlio do Boavista; João Cardoso e Jacques, do Sp. Braga; Bastos Lopes e Shéu, do Benfica; Nogueira, do Belenenses; Abrantes, do Estoril, e Silvino, do V. Setúbal.

Para o posto de Chalana, que (tal como onem noticiámos) sofreu fractura de uma perna no jogo do Benfica na Póvoa de Varzim, deverá ser chamado o boavisteiro Vítor Baptista. Todavia, só ao princípio da tarde de hoje Mário Wilson tomará qualquer decisão.

ITÁLIA ESCOLHE

O treinador Enzo Bearzot divulgou a lista dos 16 jogadores italianos convocados para o encontro particular com a Suíça, no próximo sábado, em Udien. O Inter, (actual «líder» do campeonato), fornece dois jogadores, o guarda-redes Bordon e o centro-campista Orioli, enquanto a Juventus de Turim, que tem menos cinco pontos do que o Inter, dá à selecção seis elementos: o guarda-redes Zoff, os defesas Scirea e Gentile, o médio Tadei e os avançados Bettiga e Causio.

Os outros jogadores escolhidos são: Benetti (Roma), Antognoni (Fiorentina), Bellugi (Napoli), Collovatti e Maldera (Milão), Rossi (Perugia), Giordano (Lazio) e Graziani (Torino).

FRANÇA FAZ TESTES

Michel Hidalgo, treinador da selecção francesa de futebol, afirmou que experimentará novos jogadores perante a Checoslováquia, no próximo sábado, em encontro a contar para o campeonato da Europa (grupo cinco).

Hidalgo apenas escolheu dois jogadores do Saint Etienne, (Zimako e Lopez) tendo inicialmente declarado que seleccionaria cinco.

A selecção francesa, que é a virtual vencedora do grupo, é constituída pelos seguintes futebolistas:

F.C. Nantes - Bossis, Tussea, Rampillon, Pecout e Amisse; Monaco - Etti, Christophx Moi-

zan e Petit; Estrasburgo - Dropsy, Specht e Wagner; St. Etienne - Zimako e Lopez.

Considerando o facto da nossa eliminatória estar virtualmente ganha, dou a oportunidade a novos jogadores, afirmou Hidalgo, que espera uma boa actuação da selecção francesa.

O austríaco Horts Brummeier é o árbitro do encontro a disputar no «Parque dos Príncipes», em Paris.

PROBLEMAS NA HOLANDA

O treinador da selecção holandesa de futebol, Jan Zwartkruis, não poderá apresentar seis jogadores titulares no encontro frente à RFA, no próximo dia 21, para o campeonato da Europa (grupo 4).

A Holanda precisa apenas de um empate na RFA para se qualificar para a fase final do euro-

peu (a realizar em Itália, em 1980). Caso a Holanda perca o desafio, a RFA ficará apurada.

Entre os jogadores lesionados conta-se o centro lecionista do Feyenoord (Wim Jansen) e ainda Willy Van de Kerkhof e Jan Portviliot (do PSV) e Jan Peters (do AZ 67).

John Neeskens, de férias, já informou Zwartkruis que não estará presente, o mesmo sucedendo com Johnny Rep, por o seu clube (o Saint Etienne) estar comprometido num encontro para o dia 21.

Jan Zwartkruis tenciona formar a sua equipa à base de jogadores do Ajax.

"Apartheid" combatido

O Conselho Supremo do desporto em África anunciou, está a procurar reunir apara que a Inglaterra seja cluída das Olimpíadas de Moscovo, do próximo ano, se tendenar intensificar as suas relações desportivas com a África do Sul.

Num comunicado emitido pelo Conselho, o seu presidente o nigeriano Abraham Oria acusa o primeiro-ministro britânico, senhora Margaret Thatcher, de carecer de coragem moral para tomar todas as medidas práticas no sentido de fazer cessar a digressão a Inglaterra da equipa sul-africana de rúgbi, «acicamente seleccionada dos Barbarians».

Numa referência a projectada digressão de uma equipa de rúgbi britânica à África do Sul no próximo ano, o Conselho salienta que seria a «gota de água que faria transbordar o copo» e o rúgbi britânico teria de tomar toda a responsabilidade pelas consequências desse acto.

«A continuada confraternização da Inglaterra com o desporto «apartheid» será um tópico importante da agenda do Congresso do Conselho Supremo do Desporto Africano, que se realiza nos Camarões em Dezembro» - frisou o comunicado.

Oria salienta que os que optam por permanecer insensíveis aos sentimentos de milhões de pessoas, aqueles que hesitam, arrogante e flagrantemente, a opinião pública mundial e o Comité Olímpico Internacional. Não têm o direito moral de esperar competir com os que desafiaram. Acrescenta que o Conselho «tem consciência de que na uma conspiração internacional para criar problemas aos Jogos Olímpicos de 1980, em Moscovo primeira vez que as Olimpíadas se disputam num país socialista».

O comunicado exprime os agradecimentos do Conselho ao presidente do Comité Olímpico Internacional, «lorde Killanin, pela posição muito firme do Comité contra o racismo da África do Sul no desporto e manifesta a esperança de que os países africanos possam continuar a contar com o seu apoio neste campo.

MODALIDADES EM DESFILE

CICLISMO: VIAGEM ADIADA

Os ciclistas Marco Chagas e Alexandre Rua, que tinham sido seleccionados para participarem no Encontro Internacional de Pista, em Caracas, no Velódromo Teo Capriles, juntamente com ciclistas da Itália, Espanha, Cuba, Jamaica, Colômbia e Trinidad, já não se deslocam devido ao referido festival ter sido cancelado.

ANDEBOL: PORTO EUROPEU

O FC Porto, que eliminou o Maccabi (Israel), na 1.ª eliminatória da «Taça das Taças» de Andebol, terá como opositor na eliminatória seguinte, (os oitavos de final), o Slávia de Praga, equipa composta por quatro «internacionais». Os jogos entre as duas equipas serão no pavilhão do Slávia de Praga, na Checoslováquia, no dia 2 de Dezembro.

TOTO BOLA jogue connosco

LOURISA - SALGUEROS	1	2
AMARANTE - PENAFIEL	1	2
FAFE - U. LAMAS	1	2
CHAVES - RIOPELE	1	2
PORTALEGR. - TORRIENSE	1	2
A. VISEU - ACADEMICO	1	2
U. TOMAR - E. PORTALEG.	1	2
CALDAS - O. BARRO	1	2
SEXUAL - FARENSE	1	2
LUSITANO - NACIONAL	1	2
ATLETICO - MONTUJO	1	2
SACAVENENSE - ORIENTAL	1	2
C. PIEDADE - BARREIREN	1	2

e no dia 8 do mesmo mês, no pavilhão das Antas, às 17 e 30, na véspera do encontro de futebol entre o FC Porto e o Sporting, para o nacional da 1.ª divisão.

BASQUETEBOL: PORTO NOS «STATES»

No segundo jogo disputado nos Estados Unidos da América o FC Porto perdeu com o South Western College por 70-67.

Pelo FC Porto alinham e marcaram: Ferreira (2), Rui Pereira (2), Collins (39), To Quintela, Júlio, Carneiro, Seica, Filipe, Manuel António (7), Gomes da Silva (2), Aniceto (11) e Zé Quintela (4).

BRIDGE NO ALGARVE

Organizado pelo clube Dom Pedro, terminou o VI «Torneio de Bridge de Vilamoura». Entre os 52 inscritos, contavam-se jogadores portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, suecos e um húngaro e um paquistanês. Venceu o par José António Debonaire - Vasco Leite.

KARTS: TROFÉUS DE PROMOÇÃO

Após a declaração de desistência, por parte do Kart Clube de Lisboa, de organizar a última competição integrada nos Troféus de Promoção, a CDN deferiu o pedido do Sport Lisboa e Benfica para dar cumprimento ao final dos campeonatos de 1979 e evitar que os resultados fossem afectados pela falta desta derradeira competição.

A Comissão Desportiva Nacional deferiu (também) o pedido para que esta prova fosse disputada no dia 24 do corrente na pista do Autódromo do Estoril.

Esta competição será aberta, exclusivamente, a pilotos e karts da Categoria Branca e da Cate-

goria Verde, estando a inscrição aberta, excepcionalmente, até 19 do corrente, no clube organizador e no ACP (Lisboa e Porto).

TIRO OUTONAL

No prosseguimento das suas actividades desportivas, o Inatel realiza o Torneio de Tiro «Outono-1979», na carreira de tiro do Estádio Nacional, nos dias 17, 18, 24 e 25 do corrente, podendo os concorrentes executar as suas provas em qualquer das datas indicadas, independentemente da categoria a que pertencem: horário das sessões a 17 e 24: das 14 às 17 horas; dias 18 e 25: das 10 às 13 horas.

AUTOMOBILISMO: STUCK DESPEDIDO

O campeão europeu de «fórmula um», Marc Surer, substituiu Hans Stuck na equipa «ATS» para os «Grandes Prémios» de «fórmula um» de 1980. Stuck, que apenas completou quatro provas nas onze em que alinhou em 1979, mostra-se optimista em encontrar um patrocinador.

Estou à espera de qualquer coisa melhor que a «ATS», afirmou Stuck, que referiu ainda a hipótese de a «Lotus» e «Brabham» pretenderem formar uma equipa «B».

Distinções portistas

Em assembleia geral extraordinária do FC Porto foram proclamados sócios honorários o dr. Américo de Sá (actual presidente da direcção), dr. Ponciano Serrano (presidente da assembleia delegada), dr. Alfredo Clemente (vice-presidente da direcção) e Jorge Nuno Pinto da Costa (director do departamento de futebol). Alfredo Basto foi eleito sócio benemérito.



Os escolhidos por Rendeiro e o seu responsável

HÓQUEI PATINADO

"Cinco" de Portugal prepara o assalto a título europeu

A selecção nacional de seniores de hóquei em patins prossegue a preparação com vista ao Campeonato da Europa, que se disputa em Barcelona (de 17 a 24 do corrente).

Ontem no pavilhão da Juventude Salesiana, efectuou-se mais uma sessão.

A partida está marcada para o dia 15 de manhã.

Júlio Rendeiro, o responsável pela equipa, escolheu já os dez jogadores que vão a Barcelona. Ramalhete (Benfica) e Saraiva (Oeiras), guarda-redes; José Rosado (Sporting), Vítor Rosado (FC Porto) Garrancho (Sporting) e José Carlos (Benfica),

defesas-médios; Cristiano (FC Porto), Fernando Gomes da Costa (Liceu Texman, Espanha), Piraça (Benfica) e Carvalho (Sporting), avançados.

O calendário dos jogos em relação aos portugueses:

Dia 17, às 22 e 40, jogo com a RFA; dia 18, às 17 e 10, com a França; e às 22 e 40 com a Inglaterra; dia 19, descanso; dia 20, às 22 e 40, jogo com a Suíça; dia 21, descanso; dia 22, às 18 e 30 com a Bélgica; dia 23, às 22 e 50, com a Holanda; dia 24, às 16 com a Itália, e às 24 com a Espanha.

Inacreditável: Portugal fará três jogos no espaço de 24 horas!

Ciclismo do Sul agradece e reprova

Ao despedir-se, a última gerência da Associação de Ciclismo do Sul torna público um comunicado onde, nomeadamente, pode ler-se o seguinte:

«A direcção mandou lavar em acta um voto de agradecimento a todas as entidades particulares e oficiais que conosco colaboraram para bem e engrandecimento da modalidade aos Organismos de Comunicação Social pela colaboração prestada ao longo desta época, no apoio as nossas organizações, às associações congêneres, pelas atenções que nos dispensaram; à

Federação Portuguesa de Ciclismo, que procurou colaborar com esta Direcção».

Mais foi resolvido: atribuir um voto de desgosto à Comissão Organizadora da 41.ª Volta a Portugal que, lamentavelmente, se esqueceu da existência da Associação de Ciclismo do Sul (a comemorar 35 anos de serviço), assim como a própria Federação Portuguesa de Ciclismo (a comemorar 30), sabendo que ambas têm sede na capital e saído, também, que se os seus filiados pretendessem observar a caravana ciclista teriam, apenas, de percorrer 300 quilóme-

tros.

«Agradecer os clubes nossos filiados toda a colaboração prestada e bem assim a confiança em nós depositada.

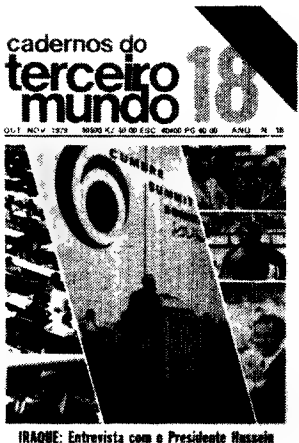
«Aos atletas, a direcção que termina agora o seu mandato, felicita, incitando-os a prosseguir com o seu querer e entusiasmo, procurando elevar o prestígio da modalidade que recolheram e que todos nos muito apreciamos e detendemos. São estes os votos da direcção da Associação de Ciclismo do Sul que vai terminar o seu mandato no próximo dia 17.

Cadernos do Terceiro Mundo

A Conferência Cimeira dos Não-Alinhados que teve lugar em Havana, capital da República Socialista de Cuba, domina o último número da revista CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. A revista enviou a Havana o seu Editor Internacional, o jornalista Neiva Moreira, e a sua adjunta Beatriz Bissio, que em contacto directo com as delegações recolheram uma informação muito rica e fixaram aspectos que só uma análise em profundidade permite discernir e valorizar.

Prestando uma justa homenagem aos grandes líderes desaparecidos — Nasser, Nehru, N'Krumah, Sukarno, Boumediene —, valorizando o papel de Josip Tito, Neiva Moreira e Beatriz Bissio traçam, em cerca de 80 páginas, um panorama muito elucidativo da actual situação e das perspectivas do grande movimento anti-imperialista dos Países Não-Alinhados.

O sumário do N.º 18 dos CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO engloba outros temas:



IRAQUE: Entrevista com o Presidente Hussein

A morte de Agostinho Neto (Angola); A Revolução Verde (Líbia); Socialismo Avançando (Moçambique); Giscard Imperador (República Centro Africana); Progressivo isolamento (Sudão); a Revolução da Nicarágua; e, também, as habituais secções de Panorama, Cultura, Economia, Almanaque.

Anuncie no «DL»

O «DL» atinge diariamente muitas dezenas de milhares de leitores, potenciais compradores e utilizadores de coisas e serviços e tem, actualmente, a maior venda de entre os jornais da tarde. Anuncie no «DL»: as tabelas são moderadas e os resultados serão espectaculares. Experimental!

Defesa da ordem constitucional

Continuação da pág. 3

destruição pura e simples?

O pluralismo a respeitar tem, como se salientou, o seu lugar em termos de acolhimento objectivo, não só no plano estritamente noticioso, mas também no da formulação da variedade de opiniões, inclusive de índole crítica, quanto à ideologia constitucional que, por definição, é a do Estado. O que de todo o ponto se mostra ilógico e inadmissível é que a própria direcção responsável de um órgão do Estado proclame, preconize, faça transpor ou preferencialmente difundir atitudes de subversão anticonstitucional, o que, antes de mais, logo deve ou devia estar em contradição com um estatuto editorial claro e concluinte.

Na verdade, como se poderá entender que a comunicação social do Estado esteja por qualquer maneira — ostensiva ou capciosa — a influir e a contribuir para a manipulação da opinião pública no sentido de destruir a ordem constitucional que deu forma e estrutura jurídica à Revolução de Abril?

A questão é de pôr tanto quanto à imprensa como quanto à rádio e à TV; e está constitucionalmente previsto (art. 38.º/7) que por lei se estabeleça «o regime dos meios de Comunicação Social, designadamente dos pertencentes ao Estado, mediante um estatuto da Informação». Anote-se que já no Programa do MFA se reconhecia a necessidade não só da salvaguarda dos segredos militares como, também, de «evitar perturbações de opinião pública causadas por agressões ideológicas dos

meios mais reaccionários», sendo por isso cometida ao Governo Provisório a obrigação de promover, como medida de curto prazo, que fosse promulgada e publicada «uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema. Deram forma à Lei de Imprensa, que se encontra em vigor, o D-L 85-C/75 de 26 de Fevereiro e o D-L 181/76 de 9 de Março. Mas a CRP reassumiu a ideia mais larga e estruturada de um **estatuto da Informação**, nomeadamente relevante quanto aos meios da Comunicação Social estatizada.

No que se refere à Imprensa — se até os periódicos privados, noticiosos e/ou de opinião, mesmo os órgãos partidários, não devem, desde logo por um critério de deontologia jornalística, omitir, distorcer ou falsear a posição das forças e movimentos de ideias que lhes sejam contrários — é certo que o problema torna-se sobretudo relevante quanto à imprensa estatizada. Por isso se compreende que especialmente existam, sediadas na Assembleia da República, o Conselho de Informação para a Imprensa estatizada e o Conselho de Informação para a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP).

No que se refere à Radiodifusão e à Radiotelevisão, o problema cresce, talvez, de acuidade, do que por certo estarão bem cientes os correspondentes Conselhos de Informação (para a RDP e para a RTP) também com sede e ao nível da Assembleia da República. Com efeito, o impacto público, na recepção

auditiva ou audiovisual — sobretudo nesta última — das emissões, quer de noticiários, quer de programas propriamente ditos, é de um enorme alcance informativo e formativo, tornando-se pois deveras importante a exigência do maior escrupulo e isenção no equilíbrio pluralista e cultural do planeamento e do seameento de tais emissões. E, no entanto, sempre sem quebra, porque se trata de órgãos estatizados, da lealdade, do respeito e da defesa que são devidos à ordem constitucional do Estado; do Estado e não do «governo» **stricto sensu**, como é necessário sublinhar.

Os mencionados conselhos de Informação, criados pela Lei 78/77 de 25 de Outubro, e o exame do disposto no art.º 39.º da CRP, sobre os meios de Comunicação Social do Estado, suscitam a Gomes Canotilho e Vital Moreira, na sua citada obra, esta percuciente anotação:

«O pluralismo ideológico requerido nos n.ºs 2 e 4 (do cit. art. 39.º) encontra uma limitação legal implícita na Lei 78/77 (art. 4.º) a qual, entre as atribuições dos Conselhos de Informação, inclui a de impedir a 'apologia da ideologia fascista e de quaisquer outras igualmente contrárias às liberdades democráticas e à Constituição'. Estas restrições, limitadas aos órgãos da comunicação estaduais, não colocam problemas de inconstitucionalidade: não se compreenderia que em órgãos do Estado fosse possi-

vel fazer a apologia de ideias anticonstitucionais. De resto, e no que respeita à ideologia fascista, a respectiva apologia organizada é, em geral, proibida pela Constituição (art. 46.º/4)».

Parece que não se pode ser mais claro. E bom seria que este ponto de vista fosse o verificado e aplicado, com suficiente rigor, na realidade prática e corrente. Infelizmente assim não tem sido.

E agora vejamos: — se tudo quanto ficou enunciado se mostra procedente relativamente a períodos por assim dizer normais, não deixa de, a fortiori, ter um superlativo interesse e pertinência relativamente a períodos pré-eleitorais e de campanha eleitoral.

Ora é numa destas fases que precisamente nos encontramos, com vista às próximas eleições intercalares para a Assembleia da República e às que, depois, se destinam à renovação dos mandatos nos órgãos administrativos das autarquias locais.

— Estão porventura os meios de comunicação social estatizados a proceder correctamente, de harmonia com a Constituição e a lei democrática?

— Estão porventura os mesmos órgãos de informação e opinião a revelar uma linha editorial em coerência com a sua posição e a sua função como órgãos do Estado, respeitando entretanto o pluralismo e a isenção dentro da objectividade que lhes compete?

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

BANCO FUNDADO EM 1864

PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS (Por UNIDADE)	
MOEDAS ESTRANGEIRAS	COMPRA VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	54\$60 59\$00
ALEMANHA FED. (marco)	27\$75 28\$85
ÁUSTRIA (xelim)	3\$80 4\$00
BÉLGICA (franco)	1\$648 1\$748
BRASIL (cruzeiro)	\$95 1\$55
CANADÁ (dólar - notas de 1 e 2)	41\$70 43\$70
(notas de 5 a 1000)	42\$20 44\$20
DINAMARCA (coroa)	\$940 9\$80
ESPAÑA (peseta)	\$715 \$815
EUA (dólar - notas de 1 e 2)	49\$65 51\$65
(notas de 5 a 1000)	50\$15 52\$15
FINLÂNDIA (markka)	13\$10 13\$70
FRANÇA (franco)	11\$85 12\$45
HOLANDA (florim)	25\$00 26\$00
INGLATERRA (libra)	105\$20 109\$20
ITALIA (lira)	\$055 \$065
JAPÃO (iene)	\$183 \$213
NORUEGA (coroa)	\$985 10\$35
SUECIA (coroa)	11\$70 12\$30
SUÍÇA (franco)	30\$00 31\$10
VENEZUELA (bolivar)	10\$15 11\$15

Observações:
1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nebulado o vento era fraco de Noroeste a Norte do Tejo e moderado de Sudeste a Sul e chovia em alguns locais do Centro e Sul.

TEMPERATURAS DO AR

VIANA DO CASTELO	14°
BRAGANÇA	11°
VILA REAL	11°
PORTO	13°
PENHAS DOURADAS	5°
COIMBRA	13°
CABO CARVOEIRO	15°
PORTALEGRE	11°
LISBOA	14°
ÉVORA	13°
SINES	16°
BEJA	14°
SAGRES	16°
FARO	12°
PONTA DELGADA	18°
FUNCHAL	17°

MARÉS DE HOJE

	PREIA-MAR	BAIXA-MAR
10.27	3,3 m	3,46 2,0 m
23.08	3,3 m	16.39 1,8 m
Dia 14		
11.30	3,5 m	4.54 1,9 m
		17.30 1,7 m
Dia 15		
0.02	3,5 m	5.44 1,7 m
12.20	3,6 m	18.10 1,5 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H DE AMANHÃ

Céu temporariamente muito nublado com nevoeiros fracos em especial a Norte do Tejo; vento fraco ou moderado de Noroeste soprando por vezes forte nas terras altas.

NAScer ÀS 7.17

OCASO ÀS 17.25

DIA 19

DIA 26

DIA 3

DIA 11

RÁDIO RENASCENÇA

18.08: Apelos. 18.15: Igreja em notícia — palavra do dia; 18.30: Transmissão do terço da Igreja de S. João de Brito; 19.00: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; 20.00: Objectivo; 20.54: Apelos; 21.05: Curso de Língua Alemã; 21.30: Ao encontro da grande música; 22.00: Quando o telefone toca; 22.30: Temas vivos; 23.30: Dicionário de economia; 23.55: Fecho.

544545

centro S.O.S. voz amiga

rádio

1.º Programa

17.00: Trajectória; 18.30: Jornal da noite; 18.45: Música portuguesa instrumental; 19.00: Campanha eleitoral; 20.35: Orquestras ligeiras; 20.45: Jornal da noite; 21.00: 3.º episódio do folhetim «Aparição», de Vergílio Ferreira; 21.20: Poemas e poemas, por Hermínia Tojal; 21.35: Música variada; 22.00: Rádio serviço; 23.00: Programa da noite.

2.º Programa

18.10: Música portuguesa; 19.00: Terra viva, planeta azul; 19.30: Música de piano; 20.00: Ciclo Bertioz; 21.30: Aspectos da moderna música espanhola; 22.30: O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco; 23.00: Intercâmbio musical; 01.00: Fecho.

Rádio Comercial (294m)

17.03: Contacto; 17.40: Contacto com a música; 18.15: Carros roubados/SOS; 18.45: O mundo da Fórmula 1; 19.00: Campanha eleitoral; 20.35: Teatro trágico; 20.47: Novas de alegria; 21.00: Quando o telefone toca; 21.33: Quando o telefone toca; 22.33: O tema é; 23.00: Projecção.

Emissão Estereofónica

15.03: Rock em stock; 18.03: Hora de ponta; 19.00: Em órbita; 21.03: Fórum; 23.00: Histórias e músicas de proveito e exemplo.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO

PROBLEMA N.º 12 484

HORIZONTAIS:

- Serra de Portugal. Curam.
- Ratara. Desejo ardentemente.
- Preposição latina que designa movimento. Ouro (s.q.). Arrancar.
- Frio (Gir.). Bruxa.
- Agora. Alcool de melão. Oferecer.
- Transpire. Gavinha.
- Bastal. Levantada. Escândalo (s.q.).
- Amónio (s.q.). Instrumento musical dos Negros (Bras.). Quarto. Cidade da antiga Caldeia.
- Esfolas. Época avançada.
- Tempo do verbo ser. Época. Medida superficial.
- Observar. Ódio.

VERTICAIS:

- Comida. Cubram.
- Cobrir de iodo. Estime.
- Vê. Chefe etíope. Ver.
- Jarro (planta). Dera uivos.
- Título honorífico na Índia. Negar.
- Pronome pessoal.
- Sadias. Pensar sobre.
- Nome científico do pato. Limpar com água.
- Raiho (fam). Monarca.
- Inunda. Nome que se dá ao comboio expresso de Paris.
- Residir. Ilha também chamada Cândia.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 8544

HORIZONTAIS:

- Irmão de Menelau.
- Educa. Cento e três em romano.
- Ordenar. Cobalto. (sq).
- Patrão. Bebedeiras.
- Emendaram.
- Rezar. Érbio (sq). Deus dos pastores.
- Freguesia do concelho de Ponte de Lima. Folgas.
- Rema para trás. Abreviatura de Santíssimo.
- Valioso. Tempo do verbo ser.
- Pessoa ou coisa muito grande (fig.).
- Divisão de uma casa. Vento de leste.

VERTICAIS:

- Antes de Cristo. Ave de rapina. Chefe etíope.
- Beber (pop.). Profissão.
- Elegantes. Óxido de cálcio.
- Oceano. Conjunção granulosa.
- Cântico da Suíça.
- Mil e novecentos em romano. Desanmasse (fig.).
- Rio que separa o Canadá dos Estados Unidos. Pau-ferro.
- Dar orro a. Rodo (prov.).
- Niquel (s.q.). Basta. Rogo.
- Sepulturas.
- Fútes. Arroquei.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 483

HORIZONTAIS

- Bar. Mesadas.
- Óleo. Maré. O.
- CIUME. Me. Be.
- Asno. Oba. Rs.
- São. Clário
- Ca
- Alracou. Lãs.
- Beças. Vida.
- Amuar. Mano.
- Trama.
- Agá. Sés. Ela.

VERTICAIS

- Bocas. Abara.
- Alisa. TEM.
- Reuno. Ruia.
- Omo. Sacar.
- Caras
- Em. OLHOS. Me.
- Samba. Mas.
- Areara. VA.
- DE. LINCE.
- Brocado.
- Soes. Asa. Pá.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8543

HORIZONTAIS

- Quejada. Sa.
- Urra. Iodara.
- Er. Ganges.
- Papos. Elisa.
- Eça. Sã. Al.
- Masculu. Aa.
- MCil. Ri.
- Ama. Aoros.
- Alarves. Dó.
- Che. As. Mal.
- Ores. Assa.

VERTICAIS

- Quepém.
- Urraca. Mac.
- Er. Paspalho.
- Iago. Aer.
- Assumar.
- Am. Alcovas.
- Doge. Ores.
- Adela. Ios.
- Asila. Ms.
- Sl. Ar. Dás.
- Aarau. Isola.

Provérbo: O CIUME TEM OLHOS DE LINCE

NAS FILIPINAS O POVO LEVANTA-SE CONTRA A DITADURA DE MARCOS

Um padre filipino faz o seu testemunho ao "DL"

Na República das Filipinas e na sua capital, Manila, reina um senhor absoluto o ditador Ferdinand Marcos. Neste ignorado país do sudeste asiático o imperialismo americano joga em casa. Depois da rotunda derrota no Vietname no princípio desta década, a presença militar e económica americana na ilha não tem parado de aumentar. O presidente Carter, esquecendo todos os seus discursos sobre os direitos do Homem, duplicou praticamente a sua ajuda militar ao ditador Marcos. Para o ano fiscal de 1979 o montante dessa ajuda subiu a 37 milhões de dólares. As empresas americanas controlam 60% da economia do país. Por outro lado, a lei marcial impera no país desde 1972. Durante este período mais de 60.000 pessoas passaram pelas prisões do regime, tendo muitas delas sido torturadas, sequestradas, por vezes assassinadas. Para alertar a opinião pública mundial sobre o que se passa nas Filipinas passou esta semana por Lisboa um padre católico membro do Movimento Ecuménico para a Justiça e para a Paz, que por razões óbvias, identificamos apenas como Padre Leonard. A organização a que está ligado e que reúne membros de diversas confissões religiosas do seu país desenvolve uma intensa luta pelo respeito dos direitos do homem. O «DL» ouviu o seu importante testemunho.

O nosso interlocutor que desenvolve a sua actividade apostólica e militante junto de comunidades de camponeses e de pescadores da sua ilha natal — Samar, começou por afirmar: «Há sete anos, ou seja em 21 de Setembro de 1972, Ferdinand Marcos proclamou a lei marcial na sequência de um amplo movimento popular e anti-imperialista. As manifestações de camponeses (que constituem 65 por cento dos habitantes). Apoiadas por outros sectores da população multiplicavam-se nessa época. Marcos decretou a lei marcial a pretexto de restabelecer a «ordem» e de lutar contra a «subversão». Desde então para cá mais de 60 mil pessoas passaram pelas masmorras do regime. Actualmente há entre 5 e 10 mil presos políticos. Os torturados nas prisões, os assassi-

nados durante as campanhas militares, são sem conto. Só pessoas cujas prisões foram anunciadas pelas autoridades e nunca mais voltaram a aparecer são 44. Dentre elas duas são religiosas. Muitos padres e missionários estrangeiros têm sido expulsos do país. Alguns encontram-se presos. O direito de greve foi abolido, os sindicatos são controlados pelo estado, os meios de comunicação social estão amordaçados». O padre filipino explicou seguidamente os mecanismos da penetração americana no país. Não só militar e economicamente, mas também no campo cultural, os EUA detêm uma grande responsabilidade no espelhamento dos direitos do povo filipino. No campo militar, os americanos têm duas importantes bases militares na princi-

pal ilha do país, Lusão. Uma destas bases, a de Subic desempenhou um papel fundamental na agressão americana ao Vietname. No conjunto do país as bases e centros militares dos EUA são em número de 20. O número de soldados aí estacionados eleva-se a 16.000 estando muitos deles directamente envolvidos em operações militares contra o povo filipino. Entre 1969 e 1976 o total da «ajuda» militar ao regime de Marcos foi superior a 240 milhões de dólares. Durante o ano em curso esse montante é de 37 milhões de dólares. Muitos oficiais superiores das Filipinas são treinados nos EUA e na República Federal Alemã. Por outro lado, 60 por cento da economia nacional é directamente controlada pelos Estados Unidos. As multinacionais americanas, mas também japonesas, invadem cada vez mais o território. As plantações de cana de açúcar, de banana e de ananás assim como a exploração do cobre e da bauxite são os seus principais sectores de actividade. A certo passo, o padre Leonard salienta: «Não se esqueça que, um trabalhador numa plantação ganha menos de um dólar por dia. Nos Estados Unidos, o mesmo trabalho é pago entre 5 e 8 dólares hora. «Além disto a repressão trava todas as formas de protesto dos trabalhadores. As multinacionais têm assim ao seu dispor uma mão-de-obra dócil e barata neste país de 30 milhões de habitantes. Não ad-

A resistência popular

Falando-nos dos movimentos populares de oposição ao regime do ditador Marcos o padre Leonard afirmou-nos: «Por todo o país as greves tornam-se dia a dia mais numerosas. Os camponeses e os pescadores organizam-se. O movimento pelo respeito dos direitos humanos, ao qual estão ligados muitos sacerdotes, também não pára de crescer. As Filipinas são o único país do Sueste asiático que contam uma maioria de católicos que se pode calcular em 90 por cento da população. Grande número de padres participa activamente na luta pela abolição da lei marcial. Por outro lado, no sul do país, na ilha de Mindanao, onde vive uma maioria de muçulmanos existe um forte movimento armado de oposição à ditadura. A Frente Moura de Libertação Nacional (MNLF) apoiada pela Líbia, reivindica a autonomia da ilha e o respeito pela sua especificidade religiosa. Por todo o país os trabalhadores e os estudantes organizam-se e o regime é contestado por camadas cada vez mais amplas da população.»

A resistência popular não se limita no entanto a este tipo de lutas. Diferentes fontes nos confirmam, entre elas o insuspeito «International Herald Tribune» na sua edição de dois de Outubro, que a luta armada se desenvolve de dia para dia abrangendo actualmente todas as principais ilhas do país. O NPA (Novo Exército do Povo) e a frente popular a que está ligado, a NDF (Frente Democrática Nacional), lutam de armas na mão desde 1969. Nessa época, os guerrilheiros eram em número de 60 e actuavam apenas em um distrito de uma província do centro do país. Hoje os seus efectivos ascendem, segundo fontes diplomáticas citadas pelo «International Herald Tribune», a mais de três mil homens, armados e organizados militarmente, espalhados por todo o território. Além deste número, milhões de camponeses muitos deles equipados com as suas armas de caça tradicionais, apoiam activamente o NPA



Nas florestas do interior da ilha de Samar guerrilheiros do Novo Exército Popular da Filipinas exercitam-se no uso de armas

e o MNLF que coordenam as suas acções entre si.

A situação na ilha de Samar

O padre Leonard referiu-se longamente à ilha de Samar, visto ser aí que exerce a sua actividade apostólica e de luta pelos direitos humanos. «Samar é uma ilha do centro do país bastante rica em recursos naturais. Americanos, japoneses e australianos (estes no sector das pescas) disputam-se as riquezas da ilha. A repressão governamental é aí tão forte como no resto do país, mas a resistência popular é mais importante que em outras regiões. Desde o início da militarização da ilha em 1974 mais de 400 camponeses foram aí assassinados. Em Junho deste ano a pretexto de uma «campanha de pacificação» o governo enviou para a ilha um reforço de 7000 soldados. Há tropas e forças paramilitares por todo o lado. A ilha tem um milhão e duzentos mil habitantes e só na zona nordeste foram expulsos das suas terras e enviados para o litoral mais de 50.000 camponeses. Actualmente os presos políticos da ilha ascendem a várias centenas. Um dos seus três bispos foi recentemente obrigado a abandonar a sua actividade pastoral devido à sua oposição à lei marcial.

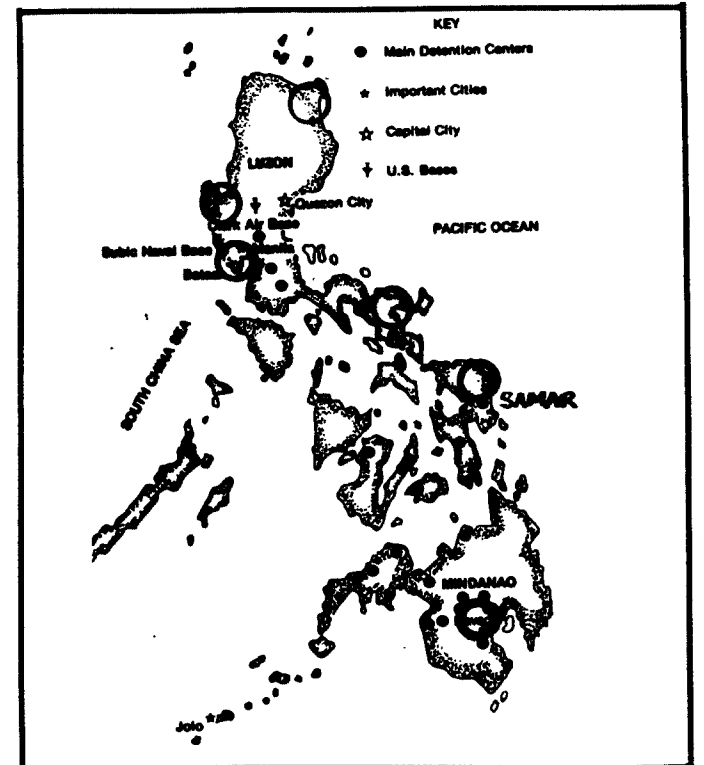
Mas a resistência é muito grande. Em mais de dois terços da ilha a população apoia os guerrilheiros do NPA. Pouco antes da chegada do reforço militar em Junho, seis importantes

cidades, como Policarpio de 30.000 habitantes, foram tomadas durante algumas horas pelos guerrilheiros que organizaram grande comícios.

Acrescentemos que em Samar os camponeses descobriram uma forma original de manifestar a sua oposição ao regime: lançam nos numerosos rios que cruzam a ilha jangadas de troncos de árvores em que são pregadas grandes bandeiras com slogans hostis ao regime. Estas jangadas percorrem então a ilha até serem apreendidas.

A ida do Papa às Filipinas

A terminar, o nosso informador manifestou-nos a apreensão de largos sectores da Igreja das Filipinas em relação à viagem que João Paulo II deverá fazer ao país em princípios do próximo ano. A sua deslocação constituirá na opinião desses sectores uma importante vitória diplomática e de certo modo uma legitimação da ditadura de Marcos. Conscientes da impossibilidade de demover o Papa da sua intenção de aí se deslocar, os católicos filipinos que lutam contra a lei marcial, estão a tentar fornecer ao Vaticano o máximo de informações sobre a natureza do regime filipino e sobre a situação que se vive neste país que, apesar de exibir o seu catolicismo, detém numerosos sacerdotes nas suas prisões. O mais conhecido deles é o padre e pintor Delatorre que há mais de cinco anos se encontra preso.



Neste mapa do conjunto das ilhas que formam o território filipino, as seis regiões assinaladas com circunferências, correspondem às zonas mais tocadas pela luta armada contra o regime do presidente Marcos

"DL" em tribunal por aceitar publicidade de um sindicato

Prossegue hoje, no Quarto Juízo Correcional do Tribunal da Boa Hora, o julgamento, que se arrasta há vários meses, do director do «DL», dr. Ruella Ramos, e do antigo presidente do Sindicato dos Motoristas de Lisboa, Sequeira Branco.

O «DL», na pessoa do seu director, é acusado, pela dr.ª Elsa Abreu, de ter publicado no seu espaço publicitário um texto do Sindicato dos Motoristas em que a actuação daquela advogada é vivamente criticada, mas cujo conteúdo é considerado difamatório por parte da queixosa.

Durante a tarde, a partir das 14 e 30, começaram a ser ouvidas as testemunhas de defesa: Fernando Assis Pacheco, Jacinto Baptista, Jorge Galamba e António Gomes da Costa. É advogado do director do «DL» o dr. José Carrusca.



E 23 de Setembro último cinco mil pessoas manifestaram-se contra a lei marcial em Catbalogan, capital provincial da ilha de Samar. A manifestação decorreu sob a capa de um procissão religiosa

(Hoje 32 páginas)

QUADROS A ÓLEO

Assim como lustres, candeeiros, estatuetas, bibelots e peças decorativas, encontrará enorme variedade na:

GALERIA ACTUAL — MÓVEIS E DECORAÇÕES
Avenida da República, 12 (perto do Saldanha)

FIM DO ANO EM ATENAS

27 Dezembro-3 Janeiro
Uma semana na maravilhosa capital grega, com visita a Tebas, Levadia, Arachova e Delfos

21.600\$

incluindo avião, hotel c/ banho, pequeno almoço, excursões, transfers, taxas e guia português.

LUGARES LIMITADOS

faça já a sua reserva:



• A EXPERIÊNCIA AO SERVIÇO DO TURISMO •
LISBOA • Av. da Liberdade, 233 • Tel. 536121
PORTO • Rua Júlio Dinis, 931-12 D • Tel. 663867
PORTIMÃO • Av. Tomaz Cabreira-Vivenda Santa Ana Praia da Rocha • Tel. 23377
membro WATA em Portugal

conheça
VIENA
cidade da música

VIAGENS ESPECIAIS
em Outubro e Novembro

PREÇOS
DESDE **10 500\$**

Incluindo avião TAP, hotel de 1.ª classe, transfers e guia português

LUGARES LIMITADOS
OPORTUNIDADE ÚNICA!

faça já a sua reserva:

EUROPEIA

• A EXPERIÊNCIA AO SERVIÇO DO TURISMO •
LISBOA • Av. da Liberdade, 233 • Tel. 536121
PORTO • Rua Júlio Dinis, 931-12 D • Tel. 663867
PORTIMÃO • Av. Tomaz Cabreira-Vivenda Santa Ana Praia da Rocha • Tel. 23377
membro WATA em Portugal

França: A morte de Boulin e a liberdade de informação

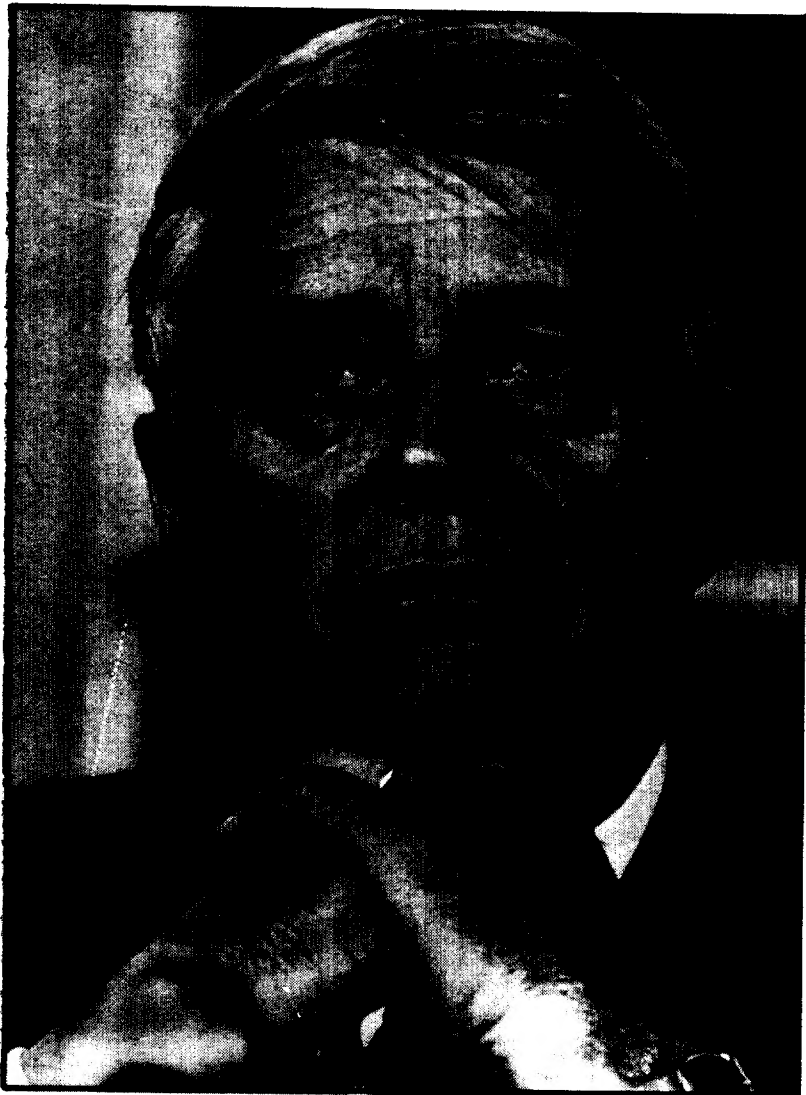
Sara Ocidental: A mulher saraui

Palestina: Um povo sem pátria (2)

Estados Unidos: Um negro presidente da câmara

ESCANDALO EM FRANÇA

A morte de Robert Boulin



Robert Boulin, que até 29 de Outubro foi ministro do Trabalho e da Participação em França e se suicidou nesse mesmo dia, vê-se na nossa foto. Na imagem ao lado, vêem-se os acessos ao lago da Holanda onde o seu corpo apareceu. Muitos observadores e um senador francês, Pierre Marcilhacy, concretamente, manifestaram a sua estranheza pelas condições em que Boulin terá posto termo à vida. Uma

das questões postas por Marcilhacy relaciona-se com o facto de Boulin, desportista e excelente nadador, ter aparecido nas águas estagnadas e sujas da floresta de Rambouillet, nos arredores de Paris, depois de ter tomado a forte dose de barbitúricos que o vitimou. Porque é que o ex-ministro andou centenas de metros e se foi lançar na água estagnada em vez de aguardar a morte ao volante do seu carro é a pergunta de Marcilhacy. O suicídio de

Robert Boulin, que tem agitado a cena política francesa, está directamente ligado a um escândalo de especulação de terrenos que foi abundantemente denunciado por alguns jornais franceses na semana anterior à sua morte. Este facto deu azo a uma virulenta campanha da imprensa de direita e de certos sectores políticos que foi interpretada como um verdadeiro ataque à liberdade de imprensa.

Victor Fay *
LE MONDE

A liberdade de informação

Não pode haver dúvidas de que uma vez inculcado, Tournet, ainda apoiado por Boulin no passado mês de Maio, fez tudo para o apresentar como cúmplice das suas fraudes. Importa saber em que medida estava Boulin realmente metido nesse negócio imobiliário, em que medida ele estava ao corrente das coisas e desde quando.

Se se deixou arrastar para essa operação por amizade, indulgência ou leviandade, não se pode falar de calúnia. Porque uma calúnia é uma **imputação mentirosa**. Se a operação é verdadeira, pode, é certo, criticar-se a oportunidade da sua publicação, mas não há o direito de falar de calúnia.

O papel da imprensa divulgar toda e qualquer informação verdadeira que não é do conhecimento do

público embora lhe diga respeito. Exige-o a salubridade da democracia. Um jornalista que respeita as regras da sua profissão pode e deve publicar as informações que dizem respeito a essa zona de sombra, cuidadosamente protegida, que abriga as relações entre a vida privada e a vida pública.

Em vez de falarem em calúnia e de acusarem a imprensa, os nossos virtuosos censores, que vão do RPR ao PCF, e do «L'Aurore» ao «Humanité» fariam melhor em exigir que se fizessem inquéritos aos que estão implicados nestes assuntos.

Aos clamores quase unânimes de indignação falta, como que por acaso, essa dimensão essencial que é a procura da verdade: encontrá-la a dizê-la, era, segundo

Jaurès, o dever do político, e, acrescentamos, o do jornalista.

Esquece-se isso demasiado facilmente e demasiado depressa, como se numerosos homens políticos estivessem de acordo para não levar mais longe a busca da verdade, e para calar certos casos incómodos.

O respeito pelo «muro da vida privada», pela difícil separação entre a vida privada e a vida pública, apresenta um grave perigo para a liberdade de informação, essa pedra angular da democracia.

Os tribunais dispõem de um verdadeiro arsenal de leis para punir a denúncia caluniosa e a difamação. Agravá-las seria impedir a divulgação de factos prejudiciais ao interesse geral.

Um homem político deve ser

como a mulher de César: irrepreensível. O «muro da vida privada» permite às vezes dissimular os erros e os abusos do homem público. De resto, nas democracias anglo-saxónicas e escandinavas, o controlo dos lucros e da sua utilização pelos homens do Poder, é geralmente admitido.

Se os aspectos íntimos da vida pessoal devem ser preservados na medida do possível, toda e qualquer dissimulação dos lucros materiais, sejam eles quais forem, directa ou indirectamente devidos ao exercício de uma função pública, deve ser denunciada e sancionada.

Acrescentemos que a uma per-

A imprensa é a grande responsável pela morte de Robert Boulin, foi ela que o levou ao suicídio, diz bem alto a maioria dos homens públicos e dos «medias» que lhe eram devotados.

Alto lá. O próprio Boulin pôs menos em causa a imprensa perante a qual quis justificar-se do que a justiça que acordou subitamente após quatro anos de espera. Entretanto foi nomeado outro juiz de instrução, o empreiteiro protegido por Boulin foi preso, depois posto em liberdade sob caução.

SARA OCIDENTAL



São as mulheres sarauís que se encarregam de levantar os acampamentos, preparar os alimentos das crianças, construir as instalações educacionais e sanitárias e realizar as vigias

■ Vivian Nuñez

□ PRENSA LATINA

Quando um visitante estrangeiro percorre os acampamentos de refugiados sarauís, visita as suas escolas ou se interessa pelo funcionamento do Hospital Nacional, construído em pleno deserto, a presença da mulher surge como uma realidade, que não se pode ignorar.

Essa participação decisiva em todas as tarefas da vida nacional poderia considerar-se surpreendente, se não se soubesse que os 750 mil habitantes do antigo Sara Espanhol defrontam há cerca de cinco anos uma guerra de libertação nacional.

Obrigada a emigrar do seu território para a pequena fronteira amiga da Argélia, a população civil sarauí — composta na sua maioria por mulheres e crianças — levou para esse deserto os seus costumes e idioma, não sentindo assim a pátria tão afastada.

Mais de 60 por cento dos 105 mil refugiados sarauís são mulheres. São elas que se encarregam de levantar os acampamentos, preparar os alimentos das crianças, construir as instalações educacionais e sanitárias e realizar as vigias porque, segundo observam, «estamos em guerra».

Quando o Sara Ocidental era o «Sara Espanhol»

Os 284 mil quilómetros dessa nação, rica em fosfatos, recursos pesqueiros e ferro, foram pela primeira vez ocupados em 1884 pelos espanhóis.

A partir dessa altura, e até há cerca de dois anos, a vida dos sarauís — na maior parte nómadas do deserto — pode ser comparada à de qualquer outra população colonizada na Ásia, África ou América Latina.

Árabes de origem, africanos devido à situação geográfica e muçulmanos pela religião, conheceram a discriminação do colonizador e a delapidação dos recursos naturais da sua terra.

Quando se conversa hoje em

espanhol com qualquer sarauí, a utilização dessa língua é um isto de gentileza para com o convidado, e a ocasião é aproveitada para recordar a existência do hassania, dialecto árabe.

A conspiração contra os espanhóis foi iniciada em hassania. Foi também neste dialecto que as populações das três cidades principais (El Ayoun — a capital — Smara e Dajla) se organizaram e fundaram o 10 de Maio de 1973 a Frente Popular para a Libertação de Saguia Hamra e Rio do Ouro (Frente Polisário).

A Frente Polisário, reconhecida internacionalmente como legítimo representante do por sarauí, conta com organizações de massas que garantem o cumprimento da sua função mobilizadora, cujo objectivo fundamental é a guerra de libertação, agora contra os ocupantes marroquinos e mauritanos.

No conjunto das organizações populares, a União de Mulheres Sarauís, constituídas em Janeiro de 1975, tem um papel de destaque nos acampamentos de refugiados.

Preparando o futuro

A história e a vida actual do povo sarauí tem vindo a ser conhecida internacionalmente na mesma medida em que tem aumentado as suas vitórias militares e políticas.

Mais de 30 partidos políticos têm relações com a Frente Polisário e 16 governos reconhecem a República Árabe Sarauí Democrática, declarada em estado de guerra em 27 de Fevereiro de 1976.

«O mundo inteiro está convencido já — disse o secretário-geral da Frente, Mohamed Abdelaziz, no segundo aniversário da República — da existência nesta parte da África, de um povo expulso do seu território pela força das armas, que conseguirá brevemente, através dessa mesma força a sua completa soberania».

Essa concepção é materializada

A mulher s



Os 750 mil habitantes do antigo Sara espanhol defrontam há cerca de cinco anos uma guerra de libertação nacional

por todos os sarauís, homens, mulheres e crianças, que, fora ou dentro do campo de batalha, vivem e trabalham para a vitória.

Em todos os acampamentos existem delegados do Secretariado Político da Frente que dirigem a actividade política da comunidade e orientam os diferentes comités de trabalho, compostos por mulheres.

Cada um desses grupos — designados por nomes de regiões e províncias do Sara Ocidental — dispõe de escolas onde se ensina às crianças a necessidade de o homem ser livre, sendo preparadas nesse sentido.

Para garantir a tranquilidade dos acampamentos, foram criadas Milícias Nacionais (compostas por mulheres na maioria) e escolas de

preparação militar para mulheres. Um hospital Nacional e outro na região de Dajla são outras das instalações construídas pelas sarauís onde trabalham como enfermeiras.

Algo mais para os visitantes

Porém, para as delegações estrangeiras que anualmente, pela altura do aniversário da Frente ou da República, «descem» aos acampamentos é, por certo, o comportamento da mulher sarauí o que mais impressiona.

Se se comparar a mulher sarauí com a situação discriminatória em que se encontra ainda a maior parte das mulheres dos países árabes, a realidade das sarauís pode ser considerada uma excepção.



Mais de 60% dos 105 mil refugiados sarauís são mulheres

FRANÇA

A liberdade de informação

1 ♦

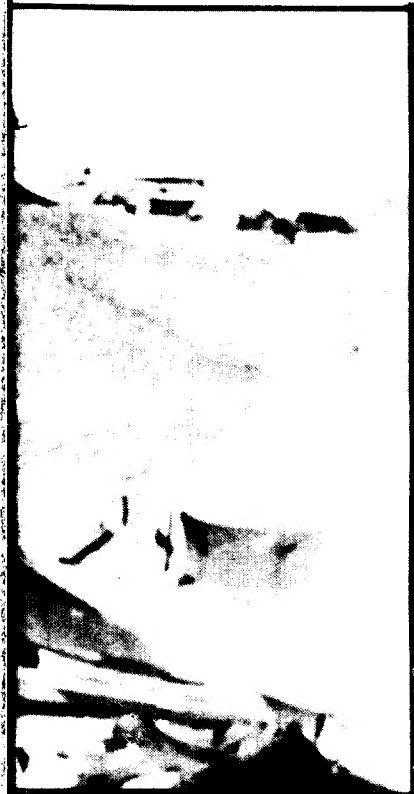
seguição judicial por escroqueria imobiliária, junta-se, ao que parece, uma intriga política. Boulain pôs em causa Peyrefitte, tal como certos membros do RPR, e acusou o juiz de instrução de Caen de ter querido «servir-se de um ministro como alvo».

O que escondem estas acusações? Trata-se de uma competição entre dois candidatos à sucessão de Barre? Podemos perguntar se

este caso imobiliário não terá sido trazido à tona em ligação com este problema. E é o caso dos diamantes de Giscard que muitos se esforçam por pôr ao abrigo do famoso «muro». A vida privada dos nossos governantes está tão intimamente ligada à sua vida pública que é difícil estabelecer um limiar para além do qual fosse proibido deitar um olhar indiscreto à sua vida privada. ●

(*) Membro do comité directivo da União Nacional dos Sindicatos de Jornalistas.

saraui



co anos uma guerra de libertação

ção.

No princípio do ano num Congresso Popular das Bases (reuniões de crítica e autocritica que são efectuadas periodicamente em todos os acampamentos) um dirigente da Frente Polisário, que presidia à sessão, deu o encontro por terminado esquecendo-se de guardar um minuto de silêncio em homenagem aos mártires.

Foi uma mulher que, sem pedir a palavra, chamou a atenção do companheiro e se pôs em pé, seguida de todos os presentes.

Gestoras e dirigentes de todas as actividades locais e internacionais têm a obrigação e o direito de discutir o que foi mal executado e superar-se cultural e politicamente.

Têm conhecimento da guerra pelos combatentes feridos ou pelos que passam pelos acampamentos e em muitos casos participam directamente nela como elementos das brigadas de pronto socorro existentes nas regiões militares.

«A luta de libertação nacional, afirmou uma delegada saraui no Quarto Congresso da Frente Polisário recentemente celebrado é responsável por todo o povo e precisa do apoio de todos. ●

Palestina um povo sem pátria

2

Em 1948, o número de refugiados palestinos atingiu as 800 mil pessoas. Uri Avnery, antigo membro do parlamento israelita, assinou a este respeito no seu livro «Israel sem Sionismo»: «Estou convencido de que, nesta fase, o objectivo de David Ben-Gurion e do seu Governo foi o afastamento da população árabe civil. A superfície de Israel aumentou para quase 21 mil quilómetros quadrados (78 por cento de todo o território da Palestina no período em que esta se encontrava sob o mandato de Inglaterra), o que passou a ser uma das causas principais do facto de o Estado palestino não ter sido criado».

Em 11 de Dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução n.º 194. O seu parágrafo II estipula: «Os refugiados que desejem regressar às suas casas e viver pacificamente com os seus vizinhos, devem receber uma licença para o fazer o mais depressa possível, ao passo que os refugiados que não desejem regressar devem receber uma compensação pela propriedade perdida ou destruída, o que, de acordo com os princípios do direito e da justiça, deve ser indemnizado pelas organizações e governos correspondentes».

Até 1967, a Assembleia Geral da ONU aprovou mais de 18 resoluções, que confirmaram o direito dos refugiados palestinos à repatriação. No entanto, as autoridades israelitas recusaram-se categoricamente a cumpri-las. «A única solução do problema dos refugiados palestinos aceitável para Israel, é a sua instalação nos países árabes» — dizia-se na declaração oficial do Governo israelita. Para legalizar a expropriação das terras árabes, foram emitidos em abundância portarias, leis e decretos. «A ocupação das terras árabes é uma base da estratégia do sionismo (na Palestina) e é elevada ao nível da política estatal de Israel», escreveu o prefeito da cidade de Nazaret, T. Ziyad. No período da criação do Estado de Israel, existiam no seu território 585 aldeias árabes. Hoje, restam apenas 107. A população das outras 478 fugiu ou foi expulsa, e as suas casas destruídas. O Governo proibiu aos exilados o regresso às suas antigas povoações».

A quinta fase (desde 1967 até à actualidade) compreende a ocupação da Cisjordânia, da faixa de Gaza, parte oriental de Jerusalém, montes Golan e a península do Sinai, expulsão dos nativos e judaização das terras árabes ocupadas. Segundo as estimativas da Agência para a Ajuda aos Refugiados Palestinos e Organização dos Trabalhos (UNRBA), cerca de 100 mil palestinos vivem na Síria,

250 mil — na Arábia Saudita, 650 mil — na Cisjordânia ocupada, 400 mil — na faixa de Gaza e no Sinai do Norte.

Centros populacionais arma da colonização

O governo israelita atribui um significado extremamente importante à criação de centros populacionais judeus nas terras árabes ocupadas, na medida em que eles constituem uma verdadeira arma para a colonização. Até ao fim de 1978, o número total desses centros israelitas na Cisjordânia, Montes Golan e faixa de Gaza atingiu 152. Nos próximos cinco anos planeiam-se criar na Cisjordânia mais 84 centros, com capacidade para 27 mil habitantes.

É o Departamento de Migração da Agência Judaica que elabora os planos de povoamento dos territórios ocupados. A comissão ministerial de que fazem parte ministros da Defesa, da Agricultura, do Comércio e Indústria, e da Construção Habitacional, determina o número de colonatos, o seu local e prazos de construção. O general Ariel Sharon, ministro da Agricultura, foi designado para Presidente da Comissão, tendo o seu nome baptizado o projecto de criação de uma faixa de colonatos judeus, que se estendeu dos Montes Golan através do vale do rio Jordão, até Sharm el Sheikh, no Sinai.

O Ministério da Defesa tem a palavra decisiva no que respeita à escolha do lugar para a instalação dos centros populacionais e à garantia da sua segurança. A Agência Judaica realiza, através do tesouro sionista nacional «Karen Naimen», os trabalhos preparatórios, ao passo que o Ministério da Construção Habitacional constrói casas residenciais, edifícios de instituições sociais e ocupa-se dos problemas de fornecimento de energia eléctrica e água.

Os primeiros centros populacionais na Cisjordânia datam de 1968.

Até 1990, está previsto o aproveitamento de 3 mil hectares de terras árabes. Especial atenção é dada à judaização das terras em torno das cidades de Nablus, Jerusalém e Hebron, e no vale do rio Jordão. Em torno de Jerusalém, já foi criado um semicírculo de centros populacionais para famílias judaicas, e planeia-se construir mais 10 colonatos de tipo industrial e três cidades-satélites. Na zona árabe de Jerusalém, continua a construção de bairros para judeus. Segundo o plano de construção, nos anos mais próximos, serão construídas na «Grande Jerusalém» 10 mil casas residenciais, para 150 mil habitantes. Além disso, está previsto construir duas



estradas, que ligarão Jerusalém ao litoral do Mediterrâneo, e ao longo das quais se erguerão novos colonatos.

A administração Begin continuou a construção de novos colonatos para famílias judaicas na região de Nablus, tendo já sido aprovado o plano de construção de 12 centros populacionais em terras árabes confiscadas.

Ao longo da nova estrada Allon, na margem ocidental do Jordão, fazem-se cuidadosamente desaparecer todos os vestígios de palestinos. As albufeiras estão aplanadas, as terras aráveis foram tratadas com desfolhantes, ou então entregues a emigrantes judeus. A partir de 1967, os poderes ocupacionistas confiscaram cerca de 80 por cento das terras árabes na Cisjordânia. Cerca de 200 mil palestinos que ficaram sem terra viram-se obrigados a abandonar a Cisjordânia e procurar abrigo em terras alheias.

Depois da ocupação do território sírio na região dos montes Golan, 1 130 quilómetros quadrados desta área foram destinados à construção de centros populacionais para 60 mil judeus. Os investimentos de capital para a construção atingem 761 milhões de libras israelitas. As autoridades velam para que sejam construídas grandes e médias empresas nas povoações judaicas de tipo urbano. Assim, por exemplo, no sul dos Montes Golan, ergueu-se o centro populacional Liabna-Yahuda, em que funciona uma empresa de equipamentos para aviões; em Mafkha e Kfar-Kharuf, foi construída uma empresa para o fabrico de aparelhos electrónicos; nos colonatos Djishur, no Sul, e Rum, no Norte, empresas para a produção de equipamentos eléctricos; em Ain-Zivan uma fábrica de calçado; em Mirom-Golan, uma olaria; em Shanir, uma fábrica de equipamentos para aquecimento.

De todas as terras ocupadas, a faixa de Gaza é a região de maior densidade populacional. Mas, também aqui, as autoridades israelitas confiscaram cerca de 12 mil hectares de terras árabes, o que corresponde a cerca de um terço de todo o território. O plano de construção de centros populacionais na faixa de Gaza, elaborado em 1967, previa a divisão de todo o território em três regiões não ligadas entre si, separadas artificialmente graças à criação de colonatos para judeus. Até ao início de 1977, já surgiram nesta região quatro grandes colonatos. Ultimamente, as autoridades ocupacionistas desenvolveram a construção na região compreendida entre o deserto do Sinai e a faixa de Gaza, tendo-lhe dado o nome de Izkhak Rafia. ●

AMÉRICA DO NORTE

Um negro é eleito presidente da Câmara de Birmingham

■ Nicole Bernjeim

A eleição de Richard Arrington para presidente da câmara de Birmingham (Alabama) é um símbolo. Porque Arrington, de quarenta e cinco anos de idade, educador e conselheiro municipal, filho de um modesto rendeiro de uma plantação de algodão do Velho-Sul,

e negro, e Birmingham foi, nos anos 60, um dos lugares onde maior foi a luta pelos direitos civis. Na Primavera de 1963 estalavam em Birmingham violentos motins que punham frente a frente vários milhares de manifestantes negros e os homens de um chefe de polícia. Eugénio Connor, estes últimos com as suas matracas, as suas granadas lacrimogéneas e os seus cães ferozes. As televisões de todo o mundo difundiram na época as imagens de uma batalha de rua que prometia mais dias sangrentos. Centenas de manifestantes foram então presos, e entre eles o pastor Martin Luther King. Dias depois uma igreja baptista negra era dinamitada e quatro crianças morriam.

Depois destes trágicos acontecimentos, Birmingham ainda foi teatro de outras lutas, embora menos violentas, entre as suas duas comunidades numericamente quase iguais. Mas nos últi-

mos dez anos vários brancos liberais sucederam-se na Câmara, conseguindo criar uma atmosfera de relativa cooperação entre brancos e negros. No entanto, continuava a haver incidentes, embora esporádicos, e a maioria eleitoral dos brancos ia diminuindo à medida que eles deixavam a cidade e se instalavam na periferia. A participação eleitoral dos negros ia pois aumentando lentamente.

O último presidente da câmara branco, David Vann, eleito há quatro anos, graças aos sufrágios de uma coligação de eleitores negros e brancos liberais, levada a efeito pelo seu adjunto Arrington, perdeu em Junho passado uma boa parte do seu crédito, quando um polícia branco matou, por engano, uma negra de vinte anos.

O polícia foi repreendido mas conservou o seu posto.

Arrington foi eleito por 51,1% dos votos contra os 48,9% do seu adversário Frank Parsons, advogado branco que fizera uma campanha deliberadamente racista, dando mesmo a entender que a Arrington preparava em Birmingham um futuro do estilo Atlanta, a segunda grande cidade do sul a ter eleito um presidente da Câmara negro. Parson referia-se ao facto de Atlanta ser uma das novas «capitais do crime».

Numa mensagem a Arrington, o presidente Carter saudou a sua eleição como «um grande dia para os Estados Unidos». ●



Reforma política na China

A China vai ser proximamente o palco de uma reforma política que se seguirá à reforma económica que nos últimos anos vem sendo aplicada. O jornal chinês «Kwan-ming Ribao» comentando uma reunião de altos responsáveis sobre o tema escreveu há dias que «a formulação de um novo sistema político é uma tarefa urgente» e que «sem democratização política não se podem realizar os objectivos da modernização socialista». O jornal, que se edita na cidade de Beijing assinala a «unilateralidade do conceito de sistema político socialista que se reduz à função do Estado». O jornal acrescenta: «a questão do poder num sentido lato tem sido uma zona proibida e temos que pôr fim a essa situação».



Trégua em El Salvador

A situação em El Salvador parece estabilizar-se. Terminou já a ocupação da catedral de San Salvador, último acto dos elementos esquerdistas que mantêm a sua contestação à Junta militar que apeou o ditador Romero. A hora parece ser de acalmia depois dos meses tumultuosos em que a violência da extrema-direita e do poder constituído gerou a contra-violência das organizações de esquerda. Contudo, as tréguas assentam em pilares muito débeis. Ou a Junta se decide a concretizar as reivindicações mais instantes, ou se arrisca a fazer explodir nova onda de violência. Na foto: elementos da FAPU (um dos agrupamentos de esquerda de El Salvador) erguem na capital uma estátua de Sandino, herói da Nicarágua inspirador da Frente Sandinista e ídolo da FAPU.



HUA GUOFENG TERMINOU "RONDA" PELA EUROPA OCIDENTAL

O primeiro-ministro chinês, Hua Guofeng, aproveitou a sua estadia em Inglaterra para visitar o túmulo de Karl Marx, fundador do marxismo, ideologia da qual, como se sabe, se reclamam os dirigentes de Pequim

"LEOPARDOS" PARA BONA



Os primeiros tanques até hoje recebidos pela República Federal Alemã são os «Leopard» que se vêem nesta foto. Até 1983, a RFA receberá pelo menos 1800 tanques deses no âmbito do programa de defesa da NATO

EXCLUSIVO

N.º 44/79

